

The image is a composite. The background is a close-up of reddish-brown tree bark with a distinct horizontal lenticel pattern. In the center, there is a rectangular window that reveals a lush, green tropical forest with dense foliage and a small white building visible in the distance. The text 'Amazônia' is overlaid on the upper part of the bark, and 'sem fogo' is overlaid on the lower part.

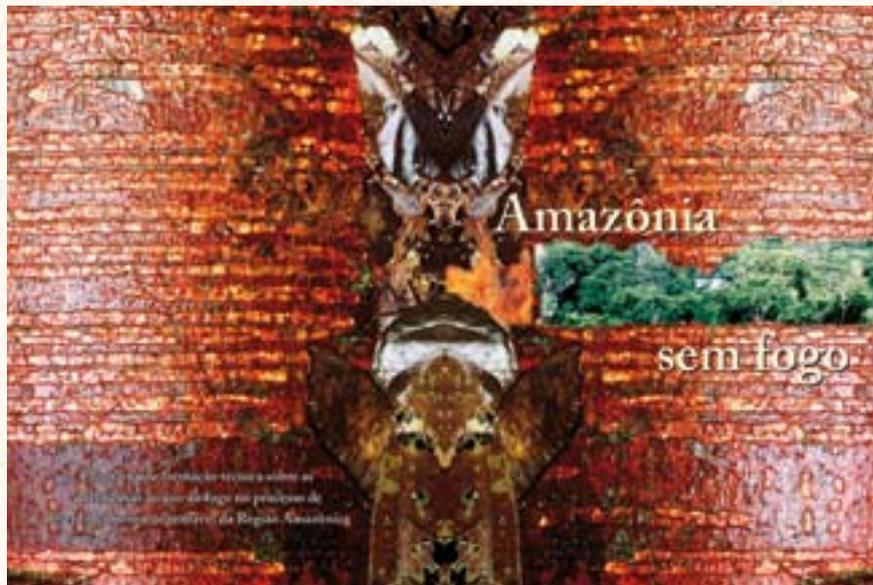
Amazônia

sem fogo



*Ministero degli Affari Esteri
Direzione Generale per la Cooperazione allo Sviluppo*

*Ambasciata d'Italia
Brasília*



**Ministério do
Meio Ambiente**





Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável (SEDR)
Ministério do Meio Ambiente - Brasil

Catálogo na Fonte

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

A486 Amazônia sem fogo: programa de formação técnica sobre as alternativas ao uso do fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica / Ministério do Meio Ambiente e Embaixada da Itália em Brasília. – Brasília: MMA, 2009.
140 p. : il. color. ; 21 cm.

Bibliografia

ISBN 978-85-7738-122-7

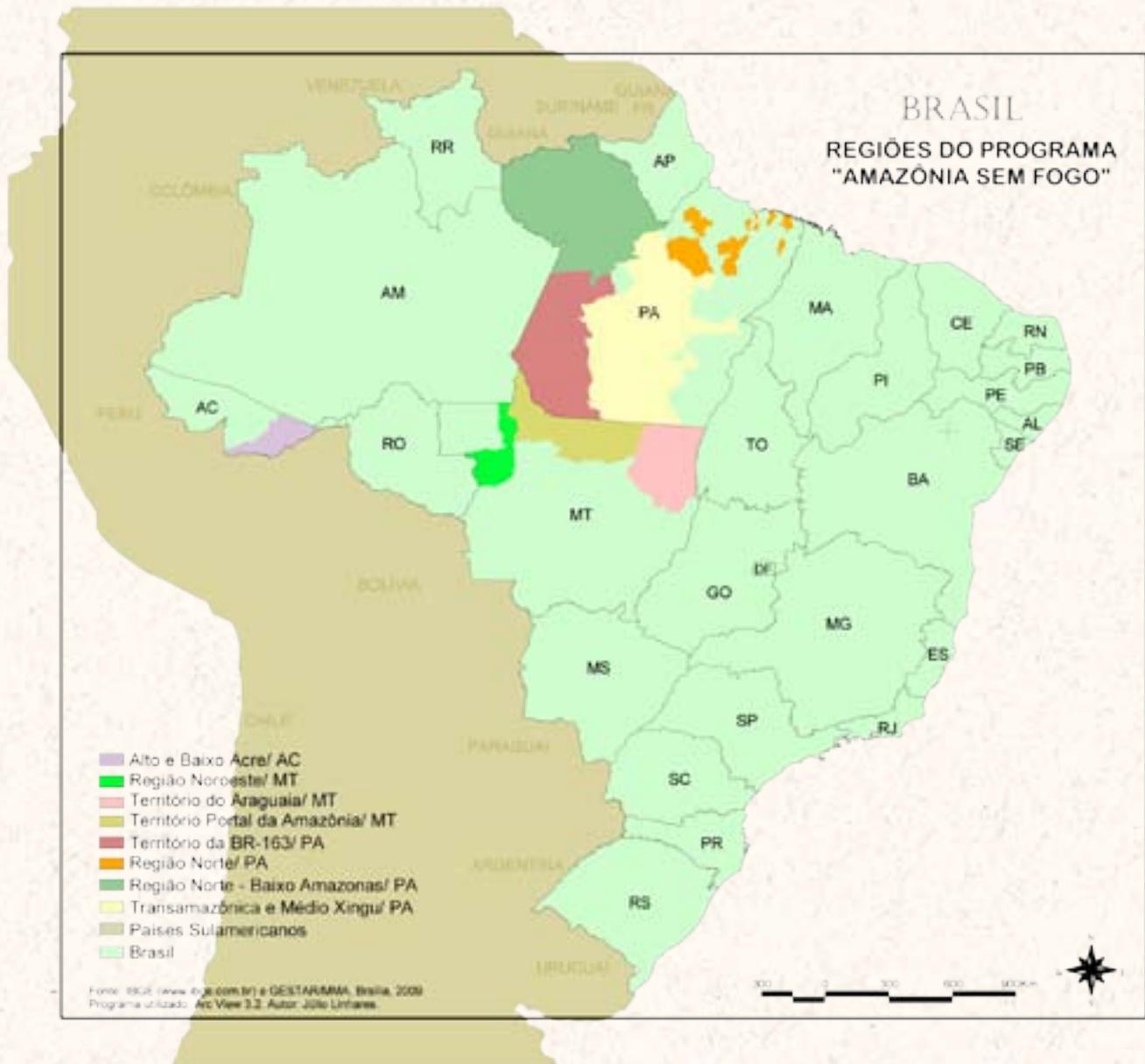
1. Incêndio florestal. 2. Amazônia. 3. Prevenção e controle de incêndios florestais. 4. Desenvolvimento sustentado. I. Ministério do Meio Ambiente. II. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR. III. Ministero degli Affari Esteri – Direzione Generale per La Cooperazione allo Sviluppo. IV. Embaixada da Itália – Brasília. V. Título.

CDU(2.ed.) 630.43(811.3)

Ministério das Relações Exteriores
Direção Geral para a Cooperação ao Desenvolvimento

BRASIL – ITÁLIA

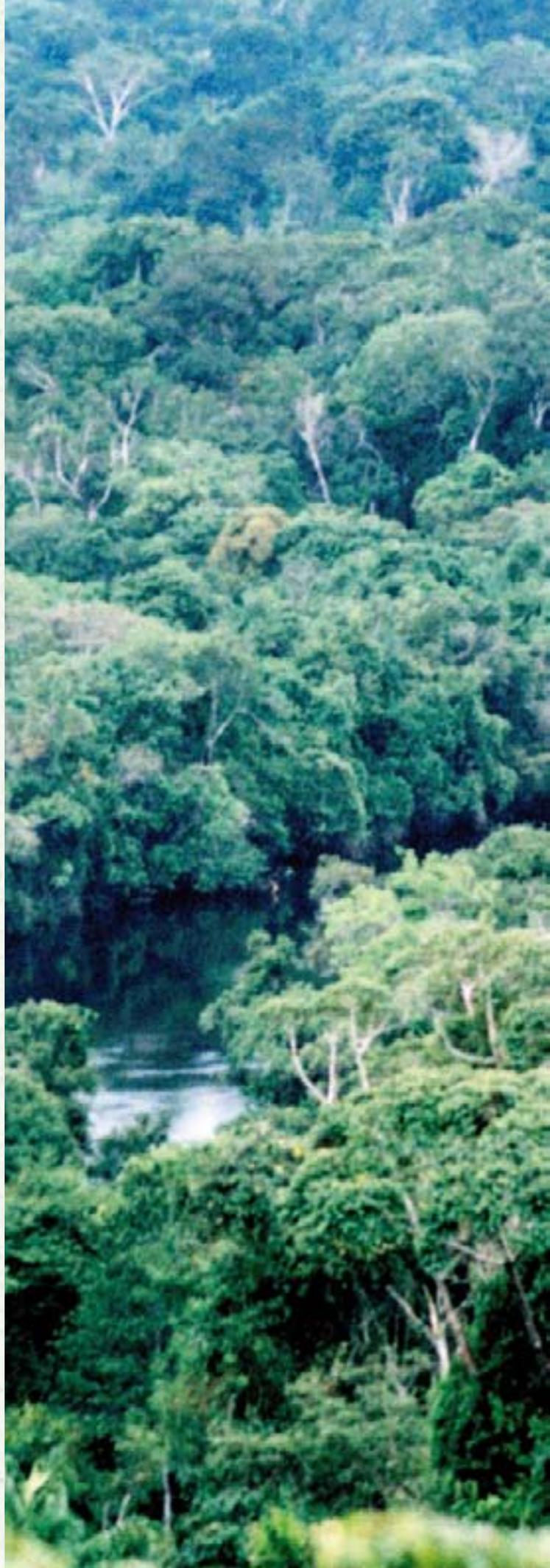
AMAZÔNIA SEM FOGO



Programa de formação técnica sobre as alternativas ao uso do fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica

Sumário

1. Introdução	9
1.1 A problemática do fogo na Amazônia	10
1.2 O Programa	13
2. Abrangência do Programa	23
2.1 Os Pólos e seus municípios	23
2.2 Contexto Local	26
2.3 Protocolos Municipais de Prevenção e Combate aos incêndios florestais: um instrumento para ação local na Amazônia	27
3. Resultados	31
3.1 Lições Aprendidas	33
4. Os Centros de Formação	39
4.1 Objetivos e estratégia de construção: a proposta do Projeto Político Pedagógico (PPP)	39
4.2 As Unidades Demonstrativas	40
5. Avaliação	45
5.1 Avaliação Nacional do Programa	45
5.2 O Programa em números	51
 <u>ANEXOS</u>	
Anexo 1	59
<i>Instituições parceiras que apoiaram com Coordenação Local e com a locação da sede dos Centros de Formação em cada Pólo</i>	
Anexo 2	61
<i>Municípios onde foram realizados os protocolos, por Pólo</i>	
Anexo 3	64
<i>Informações a respeito dos módulos e memória das Oficinas</i>	
Anexo 4	100
<i>Iniciativas resultantes do Programa</i>	
Anexo 5	107
<i>Os projetos de Ação Coletiva</i>	
Anexo 6	111
<i>Instituições parceiras locais</i>	
Anexo 7	117
<i>Lista de todos os participantes e instituições</i>	
 A linha do tempo	 138





Michele Valensise
Embaixador da Itália
Brasília

“Os resultados obtidos com a realização dos protocolos municipais foram considerados excelentes pelo Governo brasileiro e se tornaram referência para as políticas destinadas à proteção da floresta e para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica ”

Desde 1999 empenhada ao lado do Governo brasileiro nas iniciativas promovidas para reduzir os danos ambientais, sociais, sanitários e econômicos provocados por incêndios e práticas de abuso irracionais na Amazônia, a Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento decidiu contribuir também no ano de 2008 para a sustentabilidade ambiental com o programa de formação técnica Amazônia sem Fogo.

A estreita colaboração com o Ministério do Meio Ambiente brasileiro na coordenação e na realização das atividades voltadas à redução do fenômeno dos incêndios e ao melhoramento das condições de vida dos pequenos produtores residentes nas comunidades rurais, levou à qualificação de quatrocentos técnicos e líderes comunitários aptos a difundir metodologias e técnicas alternativas ao uso do fogo na agricultura.

A interação com as instituições estaduais e municipais favoreceu a assinatura de 64 protocolos de intenções, subscritos entre os diversos componentes representativos dos municípios e da sociedade civil organizada, direcionados à solução do fenômeno dos incêndios na região. Desta forma, foi possível transferir as metodologias inerentes ao processo de consolidação dos espaços e dos mecanismos participativos da sociedade civil na gestão das políticas públicas locais.

Os resultados obtidos com a realização dos protocolos municipais foram considerados excelentes pelo Governo brasileiro e se tornaram referência para as políticas destinadas à proteção da floresta e para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

É emblemático que nos municípios firmatários do protocolo houve uma redução dos incêndios equivalente a 75% com índices de 93% na região de Alta Floresta no Estado do Mato Grosso.

Os resultados alcançados pela intervenção obtiveram tanta aprovação que levaram a prever uma consolidação local do trabalho realizado e à extensão da intervenção a nível regional.

O futuro da Amazônia, e, portanto, do planeta, é estreitamente associado à contribuição de todos. As soluções apresentadas pela comunidade internacional nem sempre encontraram uma perfeita sintonia para obter os resultados esperados.

A Itália tem orgulho de estar colaborando com o Governo brasileiro, com a convicção de que os progressos realizados com o programa Amazônia sem Fogo estão seguindo a direção certa para a solução de um dos problemas que colocam em risco a Região Amazônica e os povos que nelas residem.

Um Sinal Verde Para a Amazônia Sem Fogo

Trabalho excelente, quer pelas informações técnicas substanciais, quer pelo oferecimento de sugestões relevantes às autoridades, em todas as instâncias; este livro revela um dos momentos mais atuantes em defesa da preservação do patrimônio universal que é a Amazônia Brasileira. Fruto das experiências compartilhadas no Programa de Cooperação Bilateral entre o Brasil e Itália, denominado Amazônia Sem Fogo, em 2008, com os pés, literalmente, no chão, e a cabeça no interesse nacional e, por conseguinte, mundial, causa-nos a impressão de que nasceu da razão e emoção de uma série de aulas, a céu aberto, com itens e questões relativas aos mais cruciais problemas a serem pautados pelos gestores, classe política e sociedade que reclamam resoluções urgentes.

Não é sem razão que registra que os atores que protagonizaram o supracitado projeto, em suas comunidades, indo do Mato Grosso ao Pará e Acre, dentre outros rincões do Baixo Amazonas, foram pequenos agricultores, lideranças comunitárias, técnicos do Ibama, engenheiros-agrônomo, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Conselhos Municipais do Meio Ambiente, Organizações não-governamentais (ONGs), Corpo de Bombeiros, etc. A par disso, salienta que todos receberam subsídios decisivos da presença do governo federal, por meio, dentre outros órgãos, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de prefeituras dos polos e diversos multiplicadores, como poetas, repentistas, radialistas, jornalistas e populares de várias atividades.

Este texto, de per si, é, praticamente, um leque abrangente de ensinamentos em que, com o Manejo Sustentável das Pastagens (Pastoreio Racional Voisin e Pastagem Ecológica), têm-se uma melhor utilização para a produção de dois fatores fundamentais, quase sempre relegados ao esquecimento, ou a um segundo plano na pecuária convencional, que são: a energia solar, que passa a ser melhor utilizada, adequando as pastagens para um máximo de aproveitamento da fotossíntese; e a biocenose, ou vida do solo, com seu poder de reciclar a matéria orgânica, e o solo disponibilizando nutrientes, antes indisponíveis às plantas. “Isso reflete numa maior eficiência produtiva do pasto e numa maior produtividade geral”. – assinala.

Mais adiante, a obra interage os participantes das oficinas para o equilíbrio da biodiversidade que pode ser alcançado com a pastagem ecológica ao longo do tempo, facilitando em demasia o controle natural das principais pragas do pasto e do gado, dispensando, ou minimizando, a necessidade de tratamentos convencionais. Fica à vista, assim, consoante a orientação clarividente, que “a interação de todos estes fatores positivos torna a pastagem ecológica extremamente atraente para todos aqueles que pretendem voltar seus esforços para a produção orgânica da carne ou leite, que é, hoje, sem dúvida, o ideal de produção, pois concilia, entre outras vantagens, produtos isentos de resíduos com um menor custo de produção e a necessária proteção ao meio ambiente”.

Em todos os pontos abordados, a mesma intenção de acertar em cheio, e concentrar esforços no senso comum da preciosa causa do ecossistema. Aqui, a lição extensiva prossegue: “No manejo convencional, o usual é procurar soluções para os problemas; no manejo sustentável, o que se busca é evitar que os problemas surjam”.



Carlos Minc
Ministro do Meio Ambiente

“Esperamos que o programa Amazônia Sem Fogo seja um sinal verde para toda a humanidade interessar-se mais de perto nos cuidados indispensáveis por este insubstituível patrimônio do Universo”

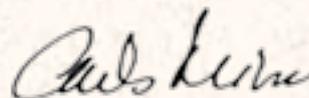
Ao propagar que as árvores, nas pastagens, têm um papel de suma importância, porque, além de amenizar os efeitos dos excessos de insolação, do vento e da chuva, melhora o equilíbrio ecológico, alia a educação ambiental com o saber de que a mecanização das áreas agrícolas, embora pareça ser uma alternativa interessante para a não utilização do fogo, não é adequada para a Amazônia, pois contribui para degradar o solo, ao torná-lo desestruturado e pulverizado, expô-lo às intempéries, trazendo para a superfície as camadas mais profundas, que são ácidas e menos férteis, e por aumentar a desagregação da matéria orgânica, reduzindo a vida do solo. “Os sistemas agrícolas modernos, baseados na mecanização, monocultura e uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, não são sustentáveis, encarecendo os custos, aumentando a deterioração ambiental e o risco para a agricultura familiar.” – aponta.

Salta aos olhos que este título pró-meio ambiente, sem sombra de dúvida, é um ingente esforço de bem comum, haja vista a realidade sombria de que, em média, 23 mil km² de florestas são devastadas e queimadas, anualmente, nestes topônimos do território amazônico. Como agravante, a liberação de incalculável quantidade de carbonos para a atmosfera, e, conseqüentemente, de gases propícios para a escalada do efeito estufa, forçando o aparecimento de mudanças climáticas bruscas, sem dúvida, uma das apreensões cotidianas da comunidade científica e da opinião pública internacional.

Ademais, a publicação é pródiga em noções de segurança no uso de ferramentas e técnicas para a queima controlada – contextualização da utilização do fogo e as conseqüências das queimadas em nível local. Em valorização do saber social, democratiza as informações sobre instrumentos de proteção, definindo o período de queimadas, noções de combate a incêndios florestais – legislações aplicadas ao tema fogo e necessidade para a solicitação da autorização da queimada, etc. Sempre se volta para a exigência da conservação nas relações que os seres vivos de um local estabelecem com os fatores ambientais, como terra, ar, água, alertando, a páginas tantas: “As florestas, uma vez devastadas não exercem a função de barreiras naturais à expansão do fogo, das pastagens agrícolas; em compensação, as raízes das árvores produzem a garantia de descompactação e fragmentação das rochas do solo, sendo, também, uma importante fonte de matéria orgânica, por ocasião da decomposição (tanto melhor, se forem leguminosas com capacidade de fixar o nitrogênio atmosférico).”

Confirma, enfim, este livro, o legado valiosíssimo do Mestre Paulo Freire, na recomendação de um melhor aprendizado, funcionando como interação social, pelos exemplos concebidos no dia-a-dia dos habitantes, portanto, de mais fácil assimilação e prática. Foi, justamente, Paulo Freire, muito lembrado no portentoso acordo de cooperação entre o Brasil e a Itália, como o autor de “Pedagogia do Oprimido” e “Pedagogia da Libertação” sendo citado, com frequência, em: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos algumas coisas. Todos nós ignoramos algumas coisas. Por isso, aprendemos sempre!”

Esperamos que o programa Amazônia Sem Fogo seja um sinal verde para toda a humanidade interessar-se mais de perto nos cuidados indispensáveis por este insubstituível patrimônio do Universo.





AMAZÔNIA SEM FOGO

1. Introdução

Esta publicação objetiva demonstrar e contextualizar as atividades desenvolvidas no âmbito de um programa de cooperação bilateral entre Brasil e Itália, no ano de 2008, denominado Programa Amazônia sem Fogo.

Além do registro, este trabalho pretende ser um meio de divulgação desta iniciativa, inspirando experiências novas e apresentar uma memória aos seus participantes, que poderão identificar situações vividas neste ano de intensas trocas e aprendizados.

Promovido pela Direção Geral da Cooperação ao Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores da Itália com a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, o Programa Amazônia sem Fogo é resultado do sucesso das experiências realizadas em caráter piloto no período de 1999 a 2007.

Os objetivos deste Programa foram a diminuição do uso do fogo e das queimadas

na Amazônia, mediante a educação ambiental e a divulgação de técnicas alternativas ao uso do fogo.

Durante o ano de 2008, com perfil de política pública e não mais como um piloto, adotou-se a estratégia de formação de 383 multiplicadores, entre técnicos e lideranças comunitárias, capazes de atuar na perspectiva da transformação de sua realidade. Outra estratégia utilizada foi a elaboração participativa de protocolos municipais de prevenção e alternativas ao uso do fogo.

Considerando que a questão dos incêndios florestais faz parte de um contexto amplo, cultural e de desenvolvimento, procurou-se enfocar no processo de formação: a problemática do fogo; a legislação ambiental, o valor da floresta, as técnicas de uso controlado e alternativas de produção sem o uso do fogo, bem como a educação ambiental. Esta última, não apenas como um módulo próprio, com enfoque à educomunicação, mas, também como tema transversal presente em todos os outros.

1.1. A problemática do fogo na Amazônia: breves considerações

Em média, cerca de 23 mil km² de floresta são desmatados e queimados por ano na Amazônia brasileira, liberando quantidade considerável de carbono para a atmosfera, o que agrava a tendência de aquecimento global pela emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas, uma das principais preocupações atuais da comunidade científica e da opinião pública nacional e internacional⁽¹⁾. Neste contexto, o Brasil, com a liberação de aproximadamente quatrocentos milhões de toneladas de CO₂ ao ano, coloca-se em quarto lugar na classificação mundial dos países com maior quantidade de emissões geradas pelas queimadas⁽²⁾.

Além do grave impacto da emissão de gás carbônico, a conversão de grandes áreas de florestas em pastagens na Amazônia pode levar a uma redução de chuvas e a um aumento da temperatura na região. A explicação para isto está no fato da floresta nativa,

com cerca de 300 toneladas de biomassa por hectare, com alta diversidade de espécies, ao ser substituída por gramíneas com apenas 10 toneladas, com poucas espécies, influencia o ciclo do carbono e da água. A pastagem reflete 50% mais radiação solar para o espaço e libera 10% a 20% menos água para a atmosfera através da evapotranspiração se comparado a uma floresta primária³.

De toda área queimada na Amazônia, aproximadamente 70% foram queimadas de forma acidental, ou seja, suas queimas não foram intencionais. O fogo destrói a vida das plantas e dos animais e empobrece o solo, pois, quando a vegetação é queimada, são liberados pela fumaça e fuligem nutrientes do solo que foram mobilizados pelas plantas. Além disso, a cinza, onde fica grande parte dos nutrientes, muitas vezes é levada pela água da chuva, para os igarapés e rios. Somada à essa perda significativa de nutrientes, o solo descoberto, exposto ao sol, vento e chuva, e, portanto à erosão, é definitivamente empobrecido. Esse conjunto de fatores reduz a possibilidade de desenvolvimento da vida nos ecossistemas amazônicos⁽³⁾.



Floresta em chamas – PA

- (1) Seminário O fogo no meio rural e a proteção dos sítios do patrimônio mundial natural no Brasil: alternativas, implicações socioeconômicas, preservação da biodiversidade e mudanças climáticas. Brasília: Ibama, UNESCO, 2008. 112p.
- (2) Bianchi, R. (org.) Programa de prevenção e controle dos incêndios na floresta amazônica. Brasília: Embaixada da Itália, 2006. 119p.
- (3) Nepstad, D.C., Moreira, A.G., Alencar, A.A. Floresta em Chamas: origens, impactos e prevenção do fogo na Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Brasília, Brasil. 1999, 202p.



Pasto avançando na floresta – AC

As florestas, uma vez queimadas, deixam de exercer a função de barreiras naturais à expansão do fogo ao longo das paisagens agrícolas. As queimadas podem levar à substituição das florestas da Amazônia por uma vegetação altamente inflamável e dominada por gramíneas, o que caracterizaria uma savanização perpetuada pela ação do fogo³.

Com a substituição das florestas tropicais densas por vegetação mais empobrecida e a liberação de grandes quantidades de gás carbônico na atmosfera, a tendência é que os períodos de seca fiquem cada vez mais intensos e freqüentes, o que fecha um ciclo vicioso, que se retro-alimenta. Assim, “um dos mais importantes efeitos do incêndio florestal de



Detalhe de sistema agroflorestal – AC

larga escala é o aumento da suscetibilidade dessas florestas aos incêndios subseqüentes” (Nepstad, 1999, p. 59).

Um plantio de culturas anuais, em sua grande maioria seqüestra mais carbono que uma floresta, porém o tempo que este carbono fica seqüestrado é muito pequeno, uma vez que, quando termina o ciclo produtivo destas culturas e todo o material orgânico sofre o processo de decomposição, o carbono volta para a atmosfera. O que acontece em uma floresta, quando queimada, é a liberação imediata de uma grande quantidade de CO₂ que, na maioria das vezes, demorou anos para ser capturado, pois há uma combustão do material lenhoso que é o carbono fixado. Por outro lado, o crescimento da floresta captura carbono, que ficará estocado durante anos. O plantio de culturas perenes, como os sistemas agroflorestais, são sistemas de produção que promovem a captura e armazenamento de carbono.

Além dos impactos ambientais, danos à saúde e danos econômicos causados por incêndios são também de grande relevância. Os fogaréis provocam doenças respiratórias, interrupções no fornecimento de energia e o fechamento de aeroportos. Além disso, causam sérias perdas em lavouras, plantações, pomares e pastos. Em anos de chuva normal, os prejuízos causados por incêndios acidentais em pastagem podem chegar a 100 milhões de dólares por ano para proprietários de terra da Amazônia, uma vez que há perdas de cercas, de animais, de pasto, obrigando produtores a alugar áreas para manter o gado. Ademais, os fogos



Floresta queimada – MT

rasteiros em mata acarretam perda de madeira, caça, cipós para construção, plantas medicinais, frutos da floresta e outros produtos não-florestais, reduzindo a viabilidade econômica do manejo florestal.

O uso do fogo está fortemente presente na lógica cultural e econômica dos agricultores e fazendeiros da Região Amazônica. Essa lógica é reflexo do atual modelo de desenvolvimento, no qual é facilitado o acesso às florestas e à terra, o que favorece o uso extensivo da terra e o uso do fogo como principal ferramenta de manejo, com poucos incentivos para prevenir e/ou controlar incêndios. A queimada é utilizada como método mais barato para a conversão da floresta em áreas agrícolas e para manter o pasto, porém, seu uso acarreta o empobrecimento do ecossistema e uma baixa produtividade ao longo do tempo.

Essa não-convivência com a floresta pode trazer conseqüências desastrosas para toda a humanidade, com perda de vidas, de água, processos de savanização, mudanças climáticas, etc. Se o ser humano soubesse conviver com a floresta, e a valorizasse, então o fogo não seria bem-vindo na cultura do produtor. Esse é um desafio que precisamos encarar:

o problema do fogo é uma questão cultural, e acaba se agravando num contexto favorável em termos econômicos e de políticas públicas, que estimulam um desenvolvimento baseado na lógica da substituição da mata por sistemas simplificados, de pastos e lavoura.

Uma alternativa para se reduzir o uso do fogo seria a valorização da floresta e das terras florestadas e o incentivo ao uso da terra com sistemas de produção mais sustentáveis, de produtos com maior valor agregado e facilidade de comercialização. Essa mudança de cenário depende de políticas públicas definidas que estimulem esses aspectos, por exemplo: condicionar aos projetos de infra-estrutura (construção de estradas, hidrovias, redes de energia elétrica e a concessão de áreas para mineração), avaliação de seus prováveis impactos na demografia e nas práticas de uso da terra da região; apresentar programas de incentivo como: prêmio a iniciativas inovadoras de produção sem uso do fogo, crédito agrícola e subsídios para a produção sustentável, condicionados a investimentos na prevenção e controle de incêndios; melhoria das vias de acesso aos mercados locais e fortalecimento dos mesmos para produtos agroflorestais e extrativistas.

Quando os sistemas de produção agrícola e florestal, que não dependem do fogo como ferramenta de manejo, forem mais competitivos em relação àqueles extensivos e dependentes do fogo, então haverá um forte motivo para que o fogo seja abolido como a ferramenta mais prática, porém imediatista e destrutiva. Investimentos em cercas, construções, reformas de pastagens, reflorestamento, sistemas agroflorestais e outros tipos de culturas perenes funcionam como um incentivo para essa mudança.

Construir na prática o cenário da sustentabilidade passa necessariamente por mudar a lógica de uso da terra, começando pela aplicação racional do fogo e avançando com sistemas de produção adaptados à realidade ecológica e sociocultural da Amazônia, integrando manejo da floresta, agricultura e produção animal numa abordagem agroecológica. Mobilizar pessoas para exercerem essa nova lógica é fundamental, e a formação de agentes de mudança ou multiplicadores, nesse sentido, é estratégico.

1.2. O Programa

1.2.1. Contextualização e objetivos

Desde 1999, a Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento – D.G.C.S. do Ministério das Relações Exteriores, com crescente envolvimento do Ministério do Meio Ambiente brasileiro (MMA), tem apoiado, a partir de um Programa, os esforços coletivos de prevenção e controle de incêndios florestais na Região Amazônica, realizados por diversas instituições e atores sociais. Dentre os envolvidos, estão instituições públicas locais, estaduais e federais, organizações não-governamentais brasileiras, associações e sindicatos de trabalhadores rurais, proprietários rurais, movimentos religiosos, educadores, estudiosos e cidadãos preocupados com a qualidade de vida das pessoas que habitam a região da maior floresta do Globo, bem como com a manutenção da vida de todo o planeta.

O Programa teve como objetivo integrar a ação emergencial à ação preventiva, com ampla articulação e mobilização envolvendo diferentes sujeitos sociais. Podemos dizer que o Programa teve quatro fases. Na primeira fase, no período de outubro de 1999 a 2002, com o título de “Fogo! Emergência Crônica”, o Programa teve atuação direta, em nível local, em 29 municípios dos Estados do Acre, Mato Grosso e Pará.

Nessa fase, o Programa foi inteiramente financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália, e contava com a parceria da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, e de outras instituições brasileiras, federais, estaduais, locais como prefeituras, sindicatos, secretarias de Saúde, Educação, Agricultura e Meio Ambiente, além de várias associações de diversas categorias.

Com a participação ativa da população, conseguiu-se negociar e estabelecer protocolos de acordos entre os diversos atores sociais, obtendo significativos resultados no controle da progressão das queimadas. Dentre as ações do Programa, podemos citar o treinamento de equipes de voluntários para apagar os incêndios (Brigadas Comunitárias), a mobilização da população para negociar os protocolos municipais, o desenvolvimento de um trabalho conjunto na área de comunicação e divulgação das alternativas utilizadas para erradicar o problema. Durante essa fase, foram iniciados os projetos demonstrativos de produção agrícola sem o uso de fogo.

Saindo dessa fase emergencial, com a qual foi possível intervir para reduzir o fenômeno das queimadas e dos incêndios florestais, iniciou-se uma nova fase, que valorizou, numa escala mais ampla e completa, os resultados obtidos até então.

Na segunda fase, desenvolvida no ano de 2003, denominada Programa “Amazônia Encontrando Soluções”, em parceria com o Instituto Centro Vida – ICV



Brigada voluntária de combate a incêndio – MT



Distribuição de semente de mucuna preta – AC

(Alta Floresta – MT), foi dada a continuidade às ações iniciadas na fase anterior e adotada a metodologia de implantação de Unidades Demonstrativas – UD's, para a difusão de tecnologias sustentáveis acessíveis aos produtores rurais.

Na terceira fase, ampliou-se a participação efetiva do Ministério do Meio Ambiente e foi desenvolvida no período de 2004 a 2006 com o nome “Programa de Prevenção e Controle dos Incêndios na Floresta Amazônica”. Nesta etapa as parcerias foram estabelecidas com organizações não-governamentais locais, as quais assumiram a coordenação dos projetos territoriais: Associação Agro-socio-ambiental – AASA (Juína – MT), Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável – IFPDS (Alta Floresta – MT), MAHIRA – Rede de Proteção ao Homem da Amazônia (Tucuruí – PA) e Patcha Mama Amazônia (Rio Branco – AC), ainda nos territórios correspondentes à faixa de avanço da fronteira agrícola, nos três estados já envolvidos, porém ampliando para 34 municípios.

As Unidades Demonstrativas permitiram múltiplas iniciativas de atividades formativas, de divulgação e de negociação, e promoveram a identificação de práticas agrícolas alternativas à prática do fogo. Os temas variaram de acordo com as condições territoriais e a pedidos das comunidades da região.

Algumas políticas públicas direcionadas para a prevenção e para o controle da utilização do fogo nas práticas agrícolas foram desenvolvidas a partir de metodologias participativas dos Protocolos Municipais.

O governo brasileiro considerou a iniciativa um exemplo no âmbito das estratégias adotadas para a defesa da Floresta Amazônica e para isto expressou, por meio do Ministério do Meio Ambiente, contraparte institucional que apóia a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, o interesse de estender o Programa a um número sempre maior de municípios localizados na Região Amazônica, como se confirma em documento de abril de 2007, da então Secretária de Coordenação da Amazônia e da Diretora de Articulação de Ações Estratégicas para a Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente. As gestoras subscreveram parecer com



Distribuição de mudas para SAFs – AC

relação à avaliação do Programa Fogo, reportando que o mesmo “obteve sucesso em promover políticas públicas municipais e estaduais; desenvolver capacitações junto a diferentes atores da sociedade; promover fomento à renda de pequenos produtores familiares e o processo de conscientização destes produtores na adoção de práticas sustentáveis”, salientando que “logrou significativo êxito e apresenta alto grau de replicabilidade”. Chamaram atenção ainda, “que as atividades desenvolvidas até então pelo Programa contribuem significativamente para a promoção do manejo ambientalmente adequado dos recursos naturais, bem como proporcionam subsídios técnicos para o incremento econômico dos pequenos produtores rurais da região”. Foi recomendada “a replicação das práticas exitosas e a expansão das atividades a partir da colaboração e sinergia com as experiências das diversas unidades do Ministério do Meio Ambiente, suas atividades vinculadas e da sociedade civil”.

Assim, nos primeiros quase oito anos iniciais do Programa, foram realizadas capacitações em diversos temas relacionados à queima controlada e práticas alternativas ao uso do fogo, implementação de unidades demonstrativas, elaboração e assinatura de protocolos, o que resultou em importantes aprendizados e permitiu a consolidação da experiência e a replicação sistematizada, colocada em prática pelo Programa com o título “Programa de Formação Técnica sobre as alternativas ao uso do fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica”, conhecido também como Programa

Amazônia sem Fogo, uma iniciativa da Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento – D.G.C.S., em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, implementado durante o ano de 2008.

Nessa quarta fase (2007 – 2008), o Programa trouxe elementos importantes para subsidiar políticas públicas com foco na replicação de conhecimentos associados às experiências de campo realizadas durante o desenvolvimento da iniciativa anterior (1999/2006) de modo que estas se tornem um patrimônio consolidado nas políticas de gestão ambiental do governo brasileiro e os resultados obtidos possam ser multiplicados nas áreas da Região Amazônica consideradas de risco. Para isso, baseou-se na formação de multiplicadores capazes de difundir, nas áreas indicadas pelo Ministério do Meio Ambiente, as metodologias e as técnicas experimentadas no curso do Programa anterior, ou seja, as alternativas ao uso do fogo e métodos de queima controlada, bem como promover articulação entre diferentes atores sociais. O Programa teve também a função de aproximar mais as esferas de poder (federal, estadual, municipal), que via de regra atuam separadamente, fortalecendo laços institucionais.

No âmbito das iniciativas promovidas pelo governo brasileiro em defesa da Floresta Amazônica, a Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento – D.G.C.S., em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente por meio do Projeto de Gestão

Ambiental Rural - Projeto GESTAR, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, realizou, em 2008, o Programa de formação técnica para a difusão em ampla escala dos métodos alternativos ao uso do fogo na agricultura e na pecuária. Nessa fase, o Ministério do Meio Ambiente colaborou com quadro técnico e recursos, sendo que, ainda, participam da execução, pelo Ministério do Meio Ambiente, além do GESTAR: o PREVFOGO/IBAMA; o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); e o Departamento de Educação Ambiental (DEA-MMA).

Graças ao apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública brasileira (SENASP), o Programa contou com a participação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e das localidades alcançadas pelo Programa. Para a realização das atividades de formação e de mobilização social, foi fundamental a parceria com ONGs locais, que coordenaram essa fase do Programa, a saber: em Alta Floresta/MT: Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (IFPDS); em Juína/MT: Associação Agro-Sócio-Ambiental (AASA); em São Félix do Araguaia/MT: Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA); em Rio Branco/AC Pacha Mama e Associação Mapinguari; em Santarém/PA: Centro de Estudos de Formação dos Trabalhadores Rurais do Baixo Amazonas (CEFT-BAM); em Belém/PA: Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Rede de Proteção ao Homem da Amazônia MAHIRA; em Altamira/PA: Fundação Viver Produzir e Preservar FVPP; em Itaituba/PA: Fórum da BR-163. Foi também de grande importância, o apoio e o envolvimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais presentes nos diversos municípios abrangidos pelo Programa, bem como outras organizações locais que apoiaram disponibilizando o local para a realização do Programa e outras que deram valiosa contribuição, de forma mais pontual durante alguns módulos.

Dentre as instituições do governo federal, estadual, municipal que foram também importantes parceiros, podemos citar o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Institutos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Acre, Mato Grosso e Pará; Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT); Instituto Estadual de Desenvolvimento



*Transferência de metodologias:
seminário de Cacoal – RO*

da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Ministério Público; Prefeituras Municipais dos municípios abrangidos, através de suas respectivas Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente.



Objetivo Geral do Programa Amazônia sem Fogo

Reduzir a incidência dos incêndios na Região Amazônica, mediante o emprego de práticas alternativas ao uso do fogo, contribuindo para a conservação do meio ambiente e para o melhoramento das condições de vida das comunidades rurais.

Objetivo Específico do Programa Amazônia sem Fogo

Potencializar (melhorar) a eficiência e a eficácia das ações do governo destinadas a ampliar localmente a aplicação das metodologias previstas para a contenção dos incêndios e para o desenvolvimento sustentável da região.

O Programa Amazônia sem Fogo foi direcionado à formação de multiplicadores que deverão atuar na área atualmente considerada como de maior risco de incêndios florestais. Essa área compreende o arco do desmatamento e especialmente o território abarcado pelas rodovias BR-163 e Transamazônica.

Esse Programa teve como beneficiários diretos: lideranças comunitárias de agricultores rurais familiares e de comunidades tradicionais (extrativistas, ribeirinhos e indígenas); produtores patronais; estudantes; técnicos extensionistas de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES); funcionários pertencentes às Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente; técnicos de instituições federais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); técnicos das ONG's presentes no território de abrangência do Programa. Muitos dos participantes do Programa Amazônia sem Fogo são técnicos, funcionários das instituições públicas locais, indicadas pelo Ministério do Meio Ambiente brasileiro, com vistas a potencializar outras ações governamentais realizadas na mesma região, como o GESTAR e o Pró-Ambiente.



Transferência de metodologias: dia de campo no Acre

O processo de formação procurou qualificar estes técnicos locais e lideranças comunitárias de modo que eles pudessem alcançar, nas áreas de competência, os seguintes resultados:

- a) sensibilização dos atores locais no compromisso a assumir responsabilidades para o limite e o controle do uso do fogo;
- b) reforço das capacidades locais para a proteção florestal e desenvolvimento de práticas agrícolas alternativas;
- c) consolidação, no território, da utilização de alternativas ao uso do fogo na agricultura.

A essência do(a) educador(a) socioambiental a ser cultivada nesse Programa diz respeito ao sujeito pró-ativo que tenha atitudes corretas em sua prática cotidiana, apresentando coerência entre discurso e prática; que envolva outras pessoas e desperte nelas processos reflexivos capazes de levar a mudanças de atitudes; articule e dialogue com diferentes iniciativas, instituições e sujeitos sociais; e seja capaz de deflagrar e participar ativamente da construção coletiva para superar desafios socioambientais.

1.2.2. Estratégias Pedagógicas do Programa

A formação no Programa Amazônia sem Fogo se deu a partir de momentos presenciais em *módulos* temáticos; da implementação de *Unidades Demonstrativas (UD)*; da elaboração de *protocolos*; e da *realização de seminários*. Foi previsto no projeto, desde o início, a constituição de *Centros de Formação (CF)*. Além disso, configurou-se uma coordenação pedagógica, com a participação do Departamento de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

O Programa de Formação foi organizado em dez módulos, os quais abordaram temas relacionados a métodos de queima controlada e de combate a incêndios florestais, alternativas ao uso do fogo e metodologias participativas para envolvimento da sociedade no enfrentamento das questões relativas ao uso do fogo.

Ministraram os Módulos profissionais com larga experiência no tema de sua responsabilidade e na realidade Amazônica.

1.2.2.1. Módulos Temáticos

O Programa (2007-2008), nesta fase, com foco na irradiação das metodologias e técnicas testadas, foi organizado em Módulos, no formato de oficinas ou cursos, utilizando-se de diferentes métodos pedagógicos, geralmente aliando teoria e prática, incluindo visitas e implantação de Unidades Demonstrativas, na perspectiva de incorporar na cultura local, ações relevantes e estratégicas para reduzir incêndios florestais na Amazônia e contribuir para o desenvolvimento sustentável, aliando conservação da floresta e de outros recursos naturais com a qualidade de vida das pessoas.

Cada Oficina teve a duração de três dias, resultando que a carga horária das 10 Oficinas realizadas somou 240 horas. A frequência dos módulos foi de aproximadamente um por mês, respeitando calendário previamente estabelecido, não seguindo uma ordem sequencial entre si.

Os módulos foram ministrados por instrutores (denominados formadores técnicos), experientes na temática e familiarizados com a realidade amazônica, e contaram também com a participação de palestrantes/colaboradores convidados. Cada instrutor elaborou uma apostila sobre o tema tratado no módulo de sua competência, que foi distribuída para os participantes.

Os temas dos módulos foram escolhidos com base nas experiências das fases anteriores do Programa, no período de 1999 a 2006, quando foram identificadas alternativas ao uso do fogo junto às comunidades envolvidas, no Acre, Mato Grosso e Pará, e também a partir dos aprendizados adquiridos em cursos realizados junto a essas comunidades. Os temas evidenciam que é possível produzir sem degradar o ambiente e mostram possibilidades sustentáveis de uso da terra na realidade Amazônia.

Nesta fase 4 (2007-2008), ou seja, o Programa Amazônia sem Fogo, que está sendo tratado com mais profundidade nessa publicação, tratou de muitos temas em comum das fases anteriores, tendo sido organizado nos seguintes Módulos:

- Módulo 1 – Desenvolvimento sustentável e legislação ambiental
- Módulo 2 – Educação Ambiental
- Módulo 3 – Metodologia Participativa para a Definição de Políticas Públicas: Protocolos Municipais – Um Instrumento para Ação Local
- Módulo 4 – Prevenção e Combate ao Fogo
- Módulo 5 – Técnicas de Manejo Integral da Propriedade Rural para o Incremento da Economia Familiar
- Módulo 6 – Recuperação de Solos Degradados e Sistemas Agroflorestais
- Módulo 7 – Técnicas para o manejo e o melhoramento das pastagens
- Módulo 8 – Valor da Floresta e alternativas à utilização de resíduos florestais
- Módulo 9 – Manejo florestal sustentável e gestão de florestas públicas
- Módulo 10 – Avaliação, sistematização e consolidação do Programa Amazônia sem Fogo

Os Módulos apresentaram informações e oportunidade de reflexão acerca do valor da floresta em pé, bem como orientação de como evitar incêndios

florestais, como recuperar áreas degradadas e desenvolver sistemas de produção que não dependem do fogo, que conservam os recursos naturais e aproveitam os recursos locais. Além disso, foi trazida à tona a questão do desenvolvimento sustentável à luz da legislação brasileira, foi abordada a importância das políticas públicas e da participação cidadã, da mobilização e elaboração dos protocolos, bem como de estratégias para difundir as experiências e técnicas de prevenção ao uso do fogo e controle aos incêndios florestais, envolvendo a comunidade. No anexo 3, encontram-se detalhadas informações sobre os módulos: quem foi o instrutor, os assuntos abordados e a carga horária de cada módulo seguida de uma memória das Oficinas, incluindo alguns detalhes que aconteceram em cada Pólo.

1.2.2.2. Unidades Demonstrativas

Com o intuito de consolidar o aprendizado e estimular a multiplicação das técnicas abordadas, foi prevista a instalação de Unidades Demonstrativas (UD) em cada sede de formação ou Pólo do Programa. As UD também servirão como pontos de referência para aplicação, no campo, das técnicas abordadas e também como lugar de encontro e aprendizado entre os multiplicadores e comunitários, ampliando as experiências junto às comunidades.



Seminário em Brasília – DF



Seminário em Cacoal – RO

A instalação das Unidades Demonstrativas ocorreu em propriedades dos produtores rurais interessados nos temas ou em terrenos colocados à disposição pelos municípios, na expectativa de que, na conclusão do Programa, as experiências alternativas de sistemas de produção sem o uso do fogo venham a ser adotadas pela maioria das famílias residentes nas comunidades rurais. Espera-se que, em médio prazo, a população dos pequenos produtores incorporem as práticas mais sustentáveis propostas pelo Programa em seu cotidiano, substituindo assim a “Cultura do Fogo” pela convivência com a floresta em um processo de produção sustentável.

1.2.2.3. Seminários

Com a finalidade de difundir as técnicas alternativas ao uso do fogo e mobilizar autoridades, instituições locais e cidadãos em torno da problemática do fogo e meios para a redução e controle dos incêndios florestais, foram realizados três seminários, um em Brasília, com a presença de um público de aproximadamente 250 pessoas, outro em Cacoal, em Rondônia, com a participação de cerca de 450 pessoas, e o terceiro em Marabá, no Pará, com cerca de 200 pessoas presentes.

Estes eventos, intitulados “Seminário sobre as alternativas ao uso do fogo no processo de desen-

volvimento sustentável da Região Amazônica”, com duração de dois dias e meio, foi orientado para o público em geral, especialmente agricultores, estudantes e profissionais com interesse na questão. Durante os seminários, houve a presença de autoridades governamentais e não-governamentais, e os formadores técnicos apresentaram, de forma sintética, os temas tratados nos Módulos. Vale ressaltar que o seminário de Cacoal foi realizado na presença de alunos filhos de agricultores familiares, na Escola Família Agrícola do município, despertando desde muito mais cedo o interesse pela preservação dos ecossistemas da Região Amazônica, aquecimento global alternativas de renda e manutenção da diversidade biológica.

1.2.2.4. Coordenação Pedagógica

O DEA/MMA colaborou na coordenação pedagógica do Programa. Durante os 12 meses de execução da terceira fase do Programa, foram realizadas quatro Oficinas Pedagógicas e de Avaliação com a participação dos Coordenadores Gerais, Coordenadores Locais e Formadores Técnicos. As três primeiras ocorreram em Brasília, nos meses de abril, junho e agosto de 2008, respectivamente, e a quarta aconteceu em Marabá, em novembro do mesmo ano, antecedendo o “Seminário sobre as alternativas



Seminário em Marabá – PA



Oficina dos Formadores em Brasília – DF

ao uso do fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica”. Esses encontros promoveram uma maior coesão entre os envolvidos e a uniformização das ações para constituição dos Centros de Formação, possibilitando uma avaliação constante dos módulos, estratégias pedagógicas e do Programa como um todo, permitindo ajustes quando necessários, reflexões, integração entre os módulos, troca de experiências, sistematização, estratégias para a consolidação do programa e sua continuidade, oportunidades para planejamento e encaminhamentos.

A coordenação pedagógica apontou para a importância de que os Centros de Formação fossem pensados pelos multiplicadores, considerando os desafios e potenciais locais; que a aplicação prática do aprendizado fosse planejada em pequenos grupos por meio dos Projetos de Ação Coletiva; e que o aprendizado fosse consolidado através da sistematização de todo o processo, no último Módulo do Programa.

A primeira Oficina Pedagógica e de Avaliação possibilitou o conhecimento dos conteúdos tratados em cada Módulo e das metodologias adotadas pelos formadores técnicos. Também foi discutido o perfil desejável do multiplicador e os princípios pedagógicos do Programa.

Nessa Oficina foi ressaltado que durante o processo de formação, a principal transformação é interior e esta é uma decisão pessoal, portanto só se internaliza um novo aprendizado que fizer sentido e que se relacionar com a motivação interna de cada indivíduo. Educar é um ato que se realiza de dentro para fora. É preciso querer. O interesse vem da leitura

da realidade e dos sonhos de vida de cada um. Com bases nestes pressupostos, a contextualização do tema trabalhado na realidade local, a problematização e participação dos educandos foram apontadas como pontos fortes a serem considerados durante os Módulos.

Com relação ao perfil do multiplicador, partiu-se da premissa de que a essência do(a) educador(a) socioambiental a ser cultivada nesse Programa diz respeito ao sujeito pró-ativo que:

- Tenha atitudes corretas em sua prática cotidiana, apresentando coerência entre discurso e prática;
- Busque seu aprimoramento constante;



Oficina dos formadores e coordenadores em Brasília – DF



Oficina dos formadores e coordenadores em Marabá – PA

- Envolver outras pessoas e despertar nelas processos reflexivos capazes de levar a mudanças de atitudes;
- Articule e dialogue com diferentes iniciativas, instituições e sujeitos sociais;

Seja capaz de deflagrar e participar ativamente da construção coletiva para superar desafios socioambientais.

A segunda Oficina Pedagógica e de Avaliação, foi realizada após seis meses de Programa, sistematizando-se em uma linha do tempo as atividades realizadas, identificando-se os principais resultados obtidos e os aprendizados adquiridos pelos coordenadores e formadores, o que resultou numa apre-

sentação aos financiadores e futuros apoiadores em reunião realizada na seqüência da segunda Oficina. Nesse momento, já se percebia a riqueza do processo de formação e já se identificava alguns resultados importantes.

A terceira Oficina Pedagógica e de Avaliação procurou aprofundar muito mais a integração e troca de experiências entre os formadores técnicos e coordenadores e também consolidar as metodologias propostas para o início de construção dos PPP dos Centros de Formação e também para a orientação dos Projetos de Ação Coletiva. Nesse momento, foi feito planejamento para a aplicação das metodologias propostas. Além disso, foram trabalhadas metodologias pedagógicas, evidenciando-se a importância da prática e da reflexão (práxis) para o processo de aprendizagem.

A quarta Oficina Pedagógica e de Avaliação teve como objetivos propiciar integração, resgate, troca de conhecimentos e atualização do Programa entre os formadores técnicos e coordenadores; realizar avaliação dos Módulos para ajustes na continuidade do Programa; construir indicadores, instrumentos de coleta de dados e metodologia de aplicação no Módulo 10 (módulo de Avaliação, sistematização e consolidação do Programa Amazônia sem Fogo); elaborar o processo de sistematização e o plano de trabalho constando protocolos, consolidação dos Centros de Formação, publicação e Módulo 10.



Oficinas dos formadores e coordenadores em Brasília – DF



AMAZÔNIA SEM FOGO

2. Abrangência do Programa

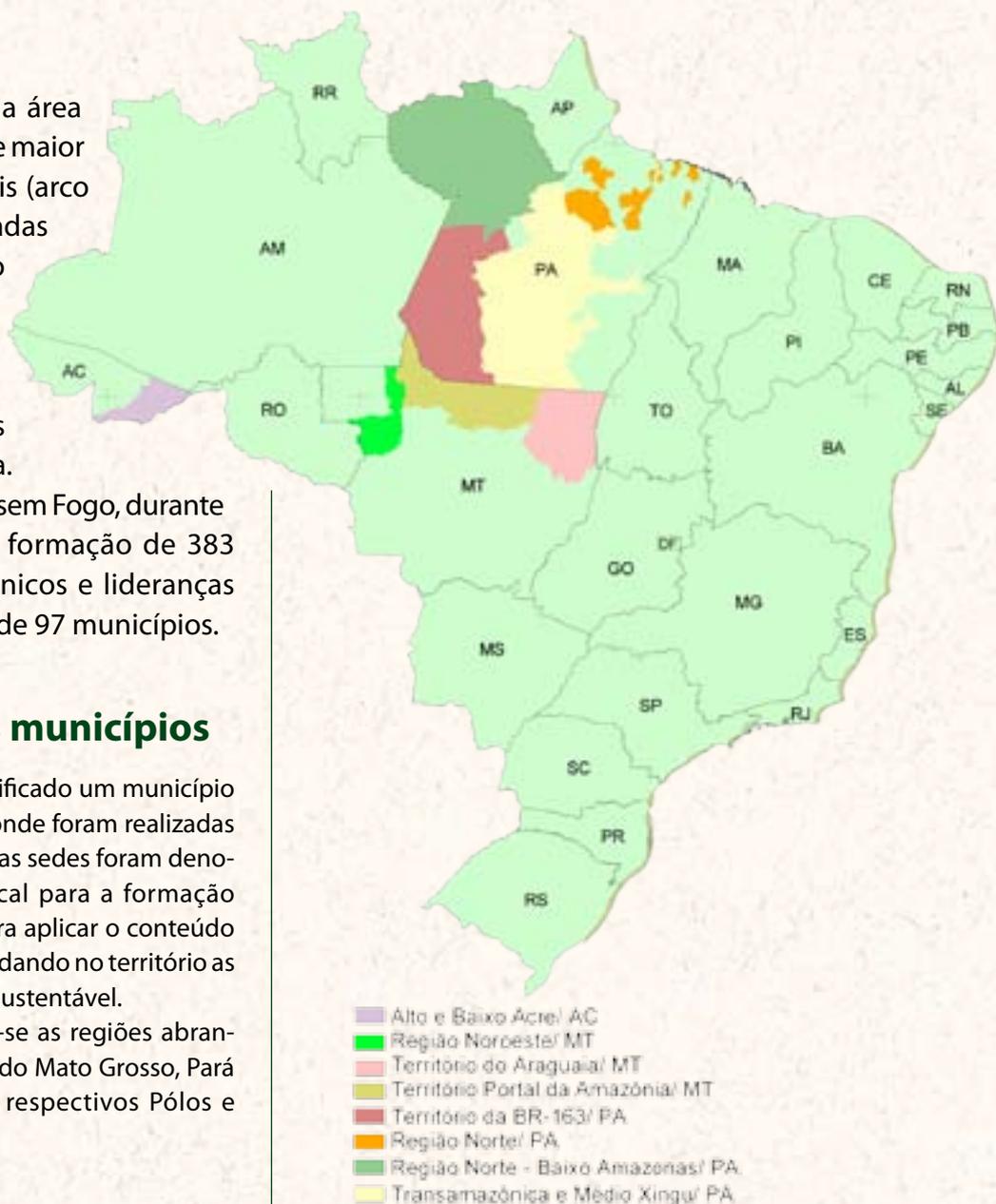
O Programa operou na área atualmente considerada de maior risco de incêndios florestais (arco de desmatamento), indicadas pelo Ministério do Meio Ambiente brasileiro, e compreende os territórios localizados na região onde se encontram as rodovias BR-163 e a Transamazônica.

O Programa Amazônia sem Fogo, durante o ano de 2008, atuou na formação de 383 multiplicadores, entre técnicos e lideranças comunitárias, de um total de 97 municípios.

2.1 Os Pólos e seus municípios

Para cada região foi identificado um município para ser a sede do Programa onde foram realizadas as atividades de formação. Essas sedes foram denominadas de Pólos e foi o local para a formação continuada e permanente, para aplicar o conteúdo temático do Programa, consolidando no território as práticas de desenvolvimento sustentável.

Em seguida, apresentam-se as regiões abrangidas, envolvendo os estados do Mato Grosso, Pará e Acre, caracterizadas pelos respectivos Pólos e municípios.



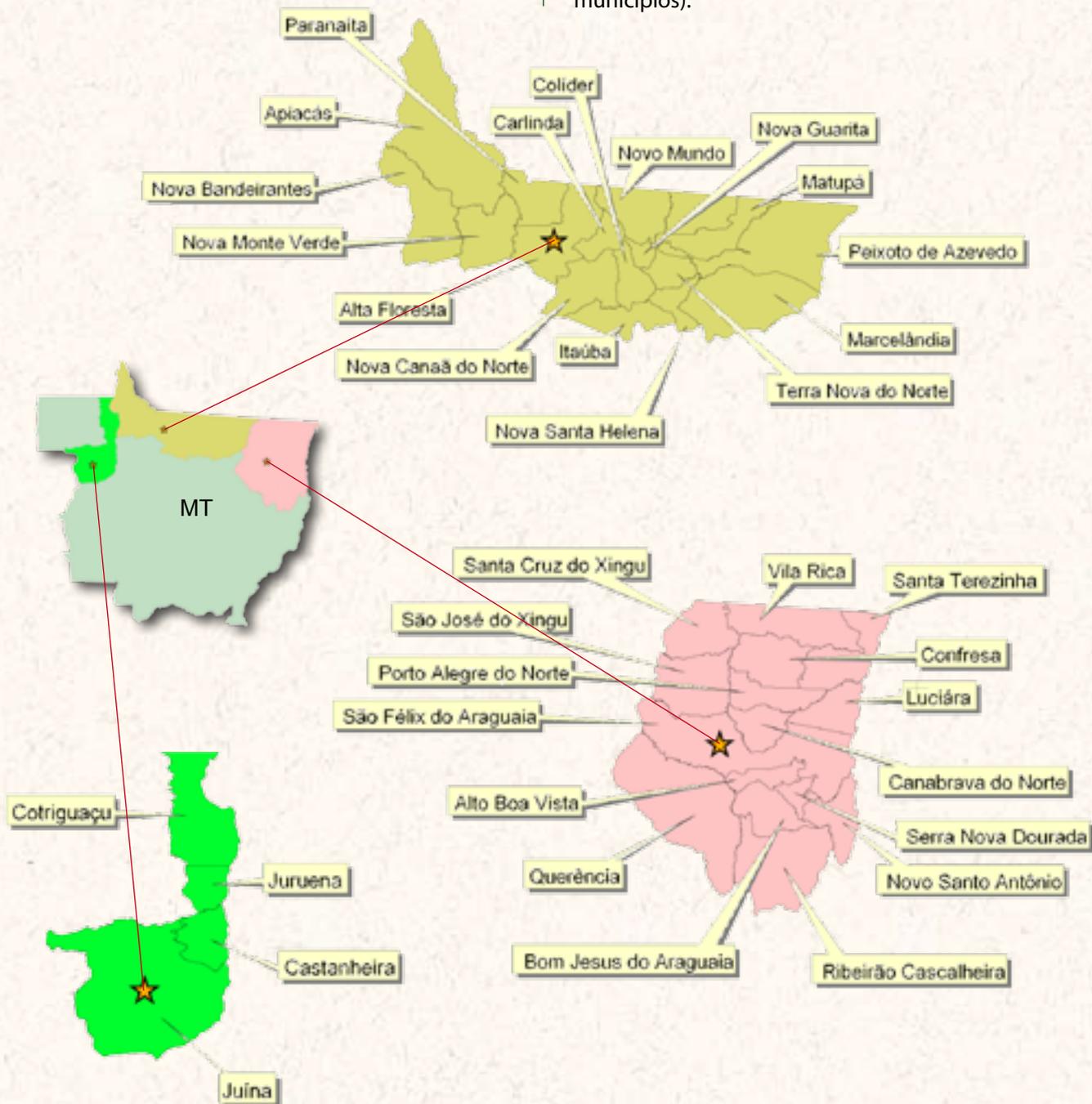
No Mato Grosso

a) Região Noroeste – **Pólo Juína**: Castanheira; Cotriguaçu; Juína; Juruena; Tangará da Serra (total de 5 municípios).

b) Território Portal da Amazônia – **Pólo Alta Floresta**: Alta Floresta; Apiacás; Carlinda; Colider; Guarantã do Norte; Itaúba; Marcelândia; Matupá; Nova Bandeirantes; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Santa Helena; Nova Monte Verde; Nova Santa Helena;

Novo Mundo; Paranaíta; Peixoto de Azevedo; Terra Nova do Norte (total de 17 municípios). Nesse Pólo participaram também técnicos de Brasília.

c) Território do Araguaia – **Pólo São Félix do Araguaia**: Alto Boa Vista; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Cana Brava do Norte; Confresa; Luciara; Novo Santo Antônio; Porto Alegre do Norte; Querência; Ribeirão Cascalheira; Santa Cruz do Xingu; Santa Terezinha; **São Félix do Araguaia**; São José do Xingu; Serra Nova Dourada; Vila Rica (total de 16 municípios).



No Pará

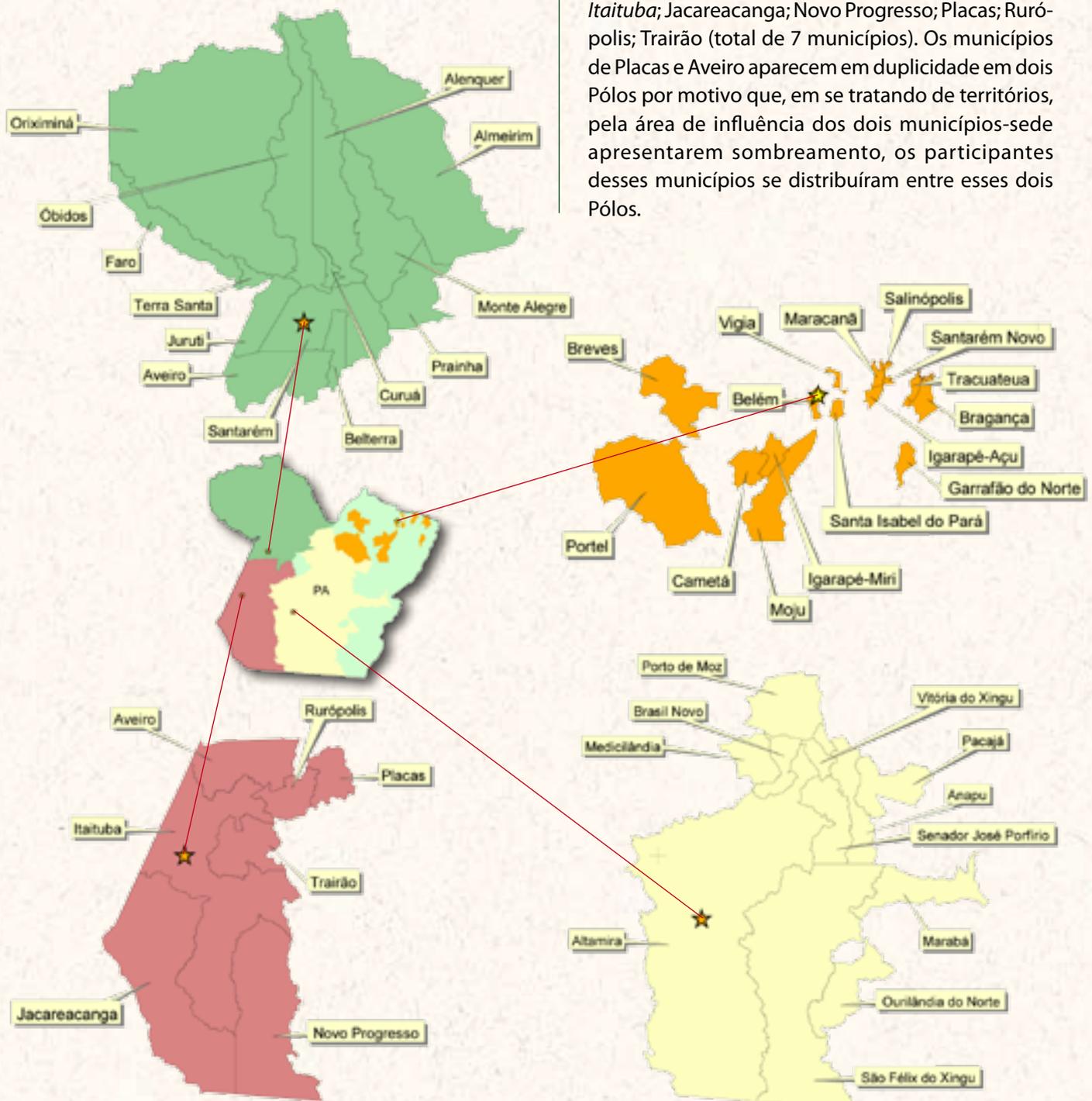
d) Região Norte – Baixo Amazonas – **Pólo Santarém**: Alenquer; Almeirim; Aveiro; Belterra; Curuá; Juruti; Maranhão; Monte Alegre; Oriximiná; Prainha; *Santarém*; São Félix do Xingu; Terra Santa (total de 13 municípios). Nesse Pólo também houve participação de Carajás e São Luís (MA).

e) Região Norte – **Pólo Belém**: *Belém*; Belterra; Bragança; Breves; Cametá; Garrafão do Norte;

Igarapé-Açu; Igarapé-Mirim; Marabá; Maracanã; Moju; Ourilândia; Portel; Salinópolis; Santa Isabel; Santarém Novo; Tracuateua; Vigia (total de 18 municípios). Nesse Pólo participaram também técnicos de Brasília.

f) Municípios da Transamazônica e Médio Xingu – **Pólo Altamira**: *Altamira*; Brasil Novo; Anapu; Medicilândia; Pacajá; Placas; Porto de Moz; Senador José Porfírio; Vitória do Xingu (total de 9 municípios).

g) Território da BR-163 – **Pólo Itaituba**: Aveiro; *Itaituba*; Jacareacanga; Novo Progresso; Placas; Rurópolis; Trairão (total de 7 municípios). Os municípios de Placas e Aveiro aparecem em duplicidade em dois Pólos por motivo que, em se tratando de territórios, pela área de influência dos dois municípios-sede apresentarem sobreposição, os participantes desses municípios se distribuíram entre esses dois Pólos.



No Acre

h) Alto e Baixo Acre – Pólo Rio Branco: Acrelândia; Assis Brasil; Brasiléia; Bujari; Capixaba; Epitaciolândia; Plácido de Castro; Porto Acre; *Rio Branco*; Senador Guimard; Xapuri (total de 11 municípios). Nesse Pólo houve também a inclusão de um participante de Porto Velho.

Cada Pólo contou com o apoio de uma Instituição tida como referência, tendo um Coordenador Local, com a função de organizar toda a mobilização, logística (deslocamentos, hospedagem e alimentação dos participantes), apoiar os formadores técnicos durante a realização dos Módulos (quanto a materiais, atividades de campo, etc.), articular com instituições locais e promover condições para a implementação dos protocolos (anexo 1).



2.2 O contexto local

2.2.1. Contexto local

A área de atuação do Programa Amazônia sem Fogo correspondeu à faixa de avanço da fronteira agrícola, hoje considerada de maior risco de incêndios florestais. A atividade agrícola é fortemente presente em toda a área da rodovia BR-163 ocupando a maior parte da população ativa ali residente. Praticada, há tempos remotos, nos territórios denominados “Calha do Rio Amazonas” e em algumas áreas da região paraense, a agricultura teve um forte impulso no início da década de setenta com a abertura da rodovia

Transamazônica e da interestadual Cuiabá-Santarém. Ao longo desta nova fronteira, assentaram-se colonos provenientes das regiões Nordeste e Sul do país, e em ambos os casos a atividade agrícola foi desenvolvida em pequenas áreas de terras com reduzida produtividade, onde se cultivava, em geral, arroz, milho, mandioca e feijão, no sistema de corte e queima.

A área agrícola ocupa aproximadamente 3,7 milhões de hectares, dos quais, 80% estão situados em territórios no Mato Grosso. A soja predomina no Mato Grosso, especificamente na região centro-norte que representa hoje a maior área do país destinada ao cultivo desse grão, na qual também estão localizadas grandes propriedades que concentram a produção de milho, arroz e algodão. Além das grandes monoculturas, o uso do solo é caracterizado também pela produção tradicional da mandioca, do arroz e do feijão, e a criação de gado bovino.

Mais ao norte, incluindo o Médio Amazonas e o eixo Altamira – Itaituba, predomina a agricultura de subsistência, com os cultivos da mandioca, arroz, feijão e milho, mas já se começa a observar a penetração da agricultura mecanizada, de larga escala. Nas duas regiões existe presença relevante da criação extensiva de gado bovino e de indústria ilegal de madeira.

Entre as duas extremidades estão localizadas as áreas de fronteira, constituídas por espaços territoriais conquistados com o corte da floresta. Os trabalhos em curso para o asfaltamento da BR-163 favorecem o avanço da fronteira, colocando em risco um território que necessita de particular proteção e planificação, para que a região possa se desenvolver de forma sustentável. Essa área compreende a região do médio Xingu-Iriri, inclui a Terra do Meio, o sudeste amazonense (Apuí) e parte do nordeste mato-grossense. Trata-se de uma área muito vasta, coberta principalmente por floresta nativa ameaçada

setores da sociedade e agregar as competências existentes para se evitar e combater as queimadas e os incêndios florestais. Assim, os Protocolos, associados a ações de formação (cursos, uso de unidades demonstrativas) e outras iniciativas, permitem uma mudança real das práticas relacionadas ao uso do fogo.

Vale ressaltar, como importante resultado do Programa Amazônia sem Fogo, relacionado aos protocolos, é ter sido referência para intervenções mais abrangentes, como se pode citar o Plano de Combate ao Desmatamento, que menciona os “pactos de prevenção e controle do fogo” como experiência inovadora, e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR – 163 Cuiabá - Santarém, que adotou como estratégia do Plano, na linha de Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental os “Pactos sociais para o manejo de recursos naturais”.

A seguir são apresentadas, resumidamente, explicações sobre o Protocolo

Objetivos:

- Integrar a ação emergencial à ação preventiva;
- Desenvolver ações integradas em escala municipal, com o envolvimento de todos os atores relevantes: econômicos, sociais e institucionais.

1 – Por que é preciso Desenvolver Ações Locais de Prevenção e Combate aos incêndios florestais?

- Devido aos problemas relacionados com o uso do fogo, pela ausência de ferramentas, insumos e conhecimentos;
- A maioria dos programas é coordenada em escala federal ou estadual, com poucos resultados efetivos e com ênfase geralmente no combate aos incêndios florestais;
- O fogo representa um desafio para os agricultores que trabalham com agricultura permanente e sistemas agroflorestais.

2 – O que é um Protocolo Municipal de Prevenção e Combate aos incêndios florestais?

- É um acordo assinado de maneira voluntária pelos representantes dos diversos setores da sociedade do município (associações, sindicatos, agremiações, órgãos públicos, etc.);

- No Protocolo consta uma série de compromissos que cada setor assume perante a sociedade, em relação ao uso, controle e limitação do fogo, assim como de atividades a ele relacionadas;
- Deve haver uma instituição (pública ou não-governamental) ou um grupo responsável para atuar como facilitador do processo, que deve ser conduzido de maneira transparente, com ampla participação;
- No evento de Assinatura do Protocolo participam todas as entidades parceiras, autoridades e a comunidade local.

3 – O que pode conter um Protocolo Municipal?

- O conteúdo do protocolo deve ser definido pelos atores locais, através de uma avaliação responsável da situação;
- Cada setor, grupo, associação deve definir um ou uma série de compromissos. É melhor assumir, compromissos modestos, mas viáveis;
- Os protocolos podem conter compromissos relacionados com: i) medidas de controle (tais como, aceiros, contrafogo, etc); ii) medidas que limitem o uso do fogo em certos períodos (por exemplo, durante o período mais seco); iii) uso de técnicas de manejo do solo, que dispensem o fogo; iv) medidas que evitem abrir novas áreas, com uso de técnicas que aumentem a produtividade agrícola por área, e que recuperem solos degradados; v) formação de brigadas comunitárias, profissionais, etc.

4 – Como funciona um Protocolo Municipal?

- O Protocolo não é uma lei fixa, mas um instrumento que pode ser adaptado e melhorado de acordo com a experiência;
- Trata-se de uma maneira de relatar dificuldades, aprender com a experiência dos outros e também cobrar atitudes mais coerentes de quem não levar a sério seus compromissos;
- Propicia o sentimento de pertencimento das pessoas para encontrar as soluções;
- A gestão dos Protocolos Municipais, preferencialmente, deverá ser feita pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, por meio de

uma Câmara Técnica (Comitês Municipais de Queimadas).

5 – Preparação dos Protocolos Municipais:

- O primeiro passo é a sensibilização e mobilização dos diversos setores da sociedade;
- Realizar reuniões (conselhos, professores, associações de agricultores, sindicatos, agentes de saúde, etc) para identificar os problemas causados pelo fogo e definir os compromissos;
- Identificar e articular novos parceiros para participarem do processo, apoiar as ações do Protocolo e fazer o monitoramento e a avaliação.

6 – Quais vantagens pode trazer o Protocolo para o Município?

- O Protocolo pode contribuir para resolver ou aliviar um problema sério da sociedade local e desenvolver uma iniciativa que valoriza a cidadania;
- Também demonstra que o município desenvolve iniciativas que priorizam as questões ambientais;
- Os municípios que têm protocolos municipais terão maiores oportunidades de acesso a recursos oriundos de programas em várias áreas;
- O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDRS, já manifestou a intenção de dar prioridade na avaliação de projetos dos municípios que têm protocolos.

7 – Exemplos de algumas entidades parceiras do Protocolo:

- Prefeituras
- Secretarias de Meio Ambiente, da Agricultura, de Educação, da Saúde, de Obras, etc.
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
- Sindicatos Rurais
- Cooperativas
- Associações Comunitárias
- Associações de Bairros
- Igrejas

- Escolas
- Conselhos Municipais de Meio Ambiente, de Agricultura, etc.;
- Universidades
- Empresas de Assistência Técnica
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA
- Organizações não-governamentais
- Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará - IDEFLOR
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
- Ministério do Meio Ambiente - MMA
- Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA

Durante o Programa Amazônia sem Fogo, foram realizados **64 Protocolos Municipais**. Cada Pólo identificou, junto aos multiplicadores formados e instituições dos municípios, a possibilidade de implementar o Protocolo. No caso dos pólos que já participavam das fases anteriores do Programa (Rio Branco/AC, Juína e Alta Floresta/MT foram feitas renovações dos Protocolos nos municípios que já haviam sido assinados, além de ampliar em novos municípios). Durante a elaboração desses acordos, cada setor empenhou-se em definir compromissos e ações que pudessem contribuir para solucionar a problemática do fogo na região. Para que funcione, é importante que todos conheçam as ações e o compromisso de cada um, e que, de tempos em tempos, o Protocolo seja revisto para não cair no esquecimento e para se avaliar se as ações têm sido colocadas em prática. Assim, um Protocolo deve ter prazo de validade e ser submetido à avaliação, e as assinaturas dos representantes das instituições parceiras devem ser renovadas, repetindo-se seus compromissos.

No anexo 2 estão relacionados os municípios que assinaram os Protocolos Municipais.

“A prevenção no uso do fogo é o fio condutor do trabalho de negociação de futuros protocolos de intenção, em que haja consenso global entre os atores locais, colaborando também como uma forma de Educação Ambiental”.

Marília Carnhelutti



AMAZÔNIA SEM FOGO

3. Resultados

O Programa bilateral Amazônia sem Fogo foi conduzido com muito diálogo, aprendizados, mobilização e criatividade. Durante sua execução, conseguiu-se ampliar a percepção e o engajamento da sociedade local em relação à redução do uso do fogo e diminuir de forma significativa os focos de queimadas em praticamente todos os municípios onde atuou. Os participantes, como multiplicadores, assumiram o papel de agentes de transformação local.

Como resultado do Programa, muitos dos multiplicadores passaram a adotar e a compartilhar o que aprenderam a respeito das alternativas ao uso do fogo e as técnicas de prevenção às queimadas, constatando-se a implementação destas alternativas em campo. Alguns agricultores multiplicadores passaram a adotar técnicas de controle do uso do fogo, chegando a evitá-lo, através da otimização dos sistemas de produção com a adoção das técnicas alternativas propostas como o manejo ecológico das pastagens, o uso de leguminosas para a recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais, integração da propriedade, criação de pequenos animais, aproveitamento dos resíduos da madeira.

Foram implantadas várias Unidades Demonstrativas, com o apoio direto do Programa, nos diferentes Pólos, sendo: 4 de manejo sustentável de pastagens; 1 de viveiro de produção de mudas de plantas tropicais; 5 de produção de adubos orgânicos (compostagem e bokashi); 3 de cerca - elétrica para manejo de animais; 5 de recuperação de área degradada com o uso de mucuna; 1 de produção de hortaliças sem

uso de agrotóxicos; 1 de aproveitamento de resíduos de madeira; 1 de Brigada Comunitária de prevenção e combate aos incêndios florestais.

Além disso, foram estabelecidos compromissos das comunidades em relação ao uso do fogo através dos Protocolos, tendo sido assinados 64 protocolos nos 8 Pólos do Programa, dentre eles, 49 novos e 15 renovados.

As atividades de educomunicação promoveram a interação com a mídia local e contribuíram para fortalecer as comunidades. Foram produzidos pelos participantes nas Oficinas de Educação Ambiental programas de rádio e TV, texto impresso, blog, audiovisuais, letras de músicas, poesias e repentis. Alguns desses produtos foram veiculados em rádios e TV locais. Os multiplicadores acessaram os meios de comunicação e atuaram na divulgação dos temas abordados pelos Módulos do Programa.

Foi criada uma página na Internet com as informações do Programa e de temas relacionados (www.amazoniasemfogo.org.br).

O Programa contou com apoio do governo federal, estadual e municipal. Um resultado importante foi a agregação de novos parceiros e setores das instituições públicas ao Programa, bem como a facilitação da interlocução entre estas instituições.

Em resumo, o Programa desenvolvido em parceria entre Brasil e Itália resultou no fortalecimento de uma cultura para o não uso do fogo ou o seu uso racional.

A partir de levantamento junto aos multiplicadores, durante o Módulo 10 (de avaliação, sistema-

tização, e consolidação do Programa Amazônia sem Fogo), foram identificados os seguintes resultados, além dos já citados:

a) Participantes atuando como multiplicadores (difundindo técnicas de controle/combate aos incêndios florestais e alternativas mais sustentáveis para o não uso do fogo; realizando divulgação e mobilização social para atacar esta problemática).

- Multiplicadores planejando e atuando para potencializar os conhecimentos adquiridos para somar ao processo de desenvolvimento regional
- Aumento da capacidade técnica dos profissionais e da confiança nas técnicas alternativas
- Aumento significativo de intercâmbio e contatos profissionais com diferentes instituições proporcionando maior capacidade de atuação dos participantes como multiplicadores
- Maior credibilidade do técnico pelo produtor
- Melhor interação entre técnico e produtor
- Multiplicação do aprendizado nas comunidades, sindicatos e cooperativas
- Socialização de informações técnicas, comprovadas na prática, para agricultores

b) Mudança nas práticas de uso da terra pelos agricultores, com adoção de práticas mais sustentáveis de uso da terra

- Quebra de conceitos antigos adotados pelo produtor
 - Sensibilização do produtor para fazer rotação de pastagem
 - Produtores mobilizados para recuperar áreas degradadas
 - Implantação de experiências piloto em algumas propriedades
 - Prova de que existe baixo custo e eficiência com o uso de inseticidas e repelentes naturais
 - Participantes individualmente produzindo insumos
 - Produtos sem agrotóxicos
 - Preparo de composto orgânico com EM
 - Criação de galinhas caipiras com cerca elétrica
 - Prevenção e Combate à prática de incêndios florestais criminosos
- c) Impactos positivos nos municípios com relação ao meio ambiente e à saúde
- Valorização do que já existe na localidade em que o trabalho está sendo desenvolvido
 - Municípios com mais créditos
 - Diminuição dos gastos de saúde pública com relação às doenças respiratórias
 - Diminuição de doenças respiratórias
 - Diminuição de índice de queimadas



Alunos do centro de formação de Itaituba – PA



Depoimento de um participante do curso do centro de formação de Itaituba – PA



Protocolo Regional Indígena – Aldeia Primavera, Juína – MT



Dia de campo dos alunos do centro de formação de Rio Branco – AC

- Diminuição da degradação do solo e contaminação do ar
- Controle das queimadas
- Redução do uso do fogo para limpeza de pastagens e preparo do solo para plantio
- Mudança na paisagem dos córregos urbanos
- Recuperação de APP com estudantes

d) Mudança de comportamento no sentido de contribuir com a conservação da natureza

No anexo 4, encontram-se as iniciativas resultantes do Programa

Ainda como resultado, foram elaborados Projetos de Ação Coletiva, os quais se encontram no anexo 5.

3.1. Lições Aprendidas

A seguir são apresentados alguns depoimentos dos participantes do Programa, com relação aos aprendizados:

▼ Pólo São Félix do Araguaia – MT

“A união faz a força e quando se aprende algo podemos ajudar o nosso município na questão social, cultural e ambiental”

“A integração das ações é muito importante”.

“Podemos produzir sem desmatar e sem queimar e mesmo assim gerar renda”.

“É grande a dificuldade (custo financeiro e tempo) de refazer o que já estava pronto e foi destruído sem responsabilidade e compromisso”.

“Aprendemos a fazer o reaproveitamento das áreas”

“Aprendemos a fazer adubação verde, a usar defensivos naturais e compostos orgânicos”.

“Aprendemos a utilizar o fogo de maneira consciente”.

“Aprendemos a aplicação das normas legais sobre queimadas ao conhecer e ter esclarecimentos sobre a Legislação Ambiental”.

“O que foi aprendido nos módulos que falou sobre o uso desordenado do fogo, o mal que ele causa ao meio ambiente, conseguimos desenvolver no nosso município em forma de palestras e reuniões tentando conscientizar. Em relação a aulas práticas, desenvolvemos em nossa comunidade o interesse de tornar suas propriedades autossustentáveis e conscientizar as pessoas que sua propriedade é uma empresa que deve ser trabalhada em consonância com o meio ambiente. Também conseguimos envolver a administração e as entidades do município para juntas fazer um trabalho de recuperação

das áreas degradadas e na prevenção de incêndios na época das queimadas. É importante dizer que o aprendizado de todos os módulos será uma ferramenta de trabalho para toda a vida, podendo multiplicar estes conhecimentos para a comunidade". (Ivanir – STTR / município Vila Rica)

"Na Comunidade Vila Alta, onde resido, temos realizado trabalhos referentes principalmente aos módulos 1 e 7. No projeto social Heilans Informática, colônia Z7 dos pescadores e associação de moradores, tem sido feito trabalho de educação ambiental, apresentando alternativas para o desenvolvimento sustentável e esclarecendo sobre a legislação ambiental. Já reunimos com vereadores da cidade de São Felix do Araguaia e moradores, e observamos que tiveram alto grau de rendimento no desenvolvimento educativo". (José Carlos/ município São Félix do Araguaia)

"Achei muito interessante o módulo do Sr. Júlio Santin, porque antes usávamos muito herbicida e o solo ficava muito compactado e após utilizar o método de carpir e deixar os materiais se decompondo no local, pude perceber que o solo mudou totalmente seu aspecto, ficando de coloração mais escura, aerado... O desafio foi encarar a enxada". (Eliene/ Alto Boa Vista)

"Tive um maior aproveitamento no módulo de Sr. Júlio, pois consegui realmente colocar em prática o adubo orgânico, já fiz até uma horta... A terra que antes era inviável agora produz. Outro que teve bastante impacto foi o do Prevfogo. Fizemos palestras nas escolas e repassamos para os colegas o que causa as queimadas e que não devemos derrubar e nem tocar fogo". (Aparecida/ município São Félix do Araguaia)

"Todos os módulos foram ótimos. A aprendemos muito. Não desmerecendo os outros módulos, os mais importantes para mim foram: o do João Paulo, que falou da legislação ambiental; o do Jurandir Melado, que tivemos aulas práticas e teóricas; Prevfogo com Ibama e CBB, onde tivemos aulas práticas e teóricas; também o módulo do Júlio Santin, onde aprendemos a fazer adubos orgânicos e inseticidas; o módulo florestal e as políticas públicas, onde foi iniciado os protocolos municipais; o módulo dos resíduos de madeira com Virgílio, no nosso pensar para nossa região que deveria ser de

acordo com a comunidade que é pobre". (Benones/ Alberto/ Terezinha/ município Novo Santo Antônio)

"Enfrentamos muitos desafios, falta de apoio e não encontramos parcerias com entidades do nosso município, onde também ocorreu a falta de credibilidade entre partes o apoio para que possamos desenvolver nosso trabalho, para que não paremos por aqui". (Benones/ Alberto/ Terezinha/ município Novo Santo Antônio)

"Conseguimos o Protocolo Municipal foi com muita luta. Temos um projeto do viveiro de mudas para reflorestamento de áreas degradadas, fizemos palestras com professores e alunos no colégio municipal onde passamos o filme (Uma Verdade Inconveniente), para superarmos os desafios e continuarmos na luta todos na mesma direção". (Benones/ Alberto/ Terezinha/ município Novo Santo Antônio)

"Gostaríamos que o Programa Amazônia sem Fogo tivesse continuidade, capacitando educadores ambientais, e também como oportunidade de trabalho". (Benones/ Alberto/ Terezinha/ município Novo Santo Antônio)

"... Se os nossos administradores trabalharem pensando na coletividade e não na individualidade, se cada um de nós que seremos disseminadores do programa começarmos a agir e a pensar global e trabalhar localmente com certeza teremos o amanhã para nossas futuras gerações". (Milton/ Santa Terezinha)

"Na verdade, já estamos sentindo as conseqüências do desmatamento, como falta de chuvas provocando baixos níveis dos rios e a escassez de peixes, elevando a temperatura causando secas em varias regiões, tudo isto provocado por uma forma precipitada e sem planejamento, sendo que poderia aumentar a extração de uma forma planejada sem prejudicar a floresta".

▼ Pólo Alta Floresta – MT

"Aprendemos sobre a importância de usar as leguminosas para a recuperação de solos".

"Não existe receita pronta para SAF".

"É muito importante a união da prática com a teoria".

"Aprendemos técnicas de combate a incêndios florestais, conhecemos os materiais e equipamentos".

“É possível exploração de madeira com baixo impacto ambiental”.

“Os projetos devem ser elaborados de acordo com a necessidade de interesses locais”.

“Aprendemos novos conceitos que podem superar os tradicionais problemas do produtor”.

“Agora temos maior certeza de dialogar com produtor, sabendo que em algo podemos ajudá-lo”.

“Esse é o início de um longo caminho a ser percorrido para atingir a sustentabilidade”.

“Podemos obter novas informações para elaboração de projetos técnicos a serem implantados”.

“Aprendemos sobre a importância do trabalho coletivo (entre diferentes órgãos e sociedade)”.

“É importante detectar melhor os problemas da sociedade”.

“Sozinho ninguém faz nada, é fundamental buscar sempre parcerias”.

“Aprendemos muito quando trocamos experiências nos trabalhos realizados por outras instituições/municípios”.

“Aprendemos a ter maior respeito à natureza”.

“A desinformação do produtor rural ainda causa desmatamento, queimadas e outras atividades irregulares”.

“Antes não sabia montar uma cerca elétrica; hoje já consigo, e aprendi a confeccionar materiais diminuindo custos” (Adriano)

“Aprendemos que há possibilidade de recuperação de áreas degradadas, o que anteriormente parecia distante, com alternativas de produção com ótimos resultados a baixo custo”. (registro de participante ao curso)

▼ Pólo Juína – MT

“Quanto mais aprendo, mais eu vejo que sei pouco”. (Ilse – Juruena/MT)

“Em todas as lutas devemos sermos sempre persistentes, pois é o caminho da vitória”. (Cazuza – Fontanillas/Juína/MT)

“Andar com os próprios pés”. (Altair – Juína/MT)

“As alternativas existem, a esperança é constante durante persistência, e a iniciativa depende de cada um.” (Clayton – Juína/MT)

“Construir o futuro para consertar o passado”.

“O desmatamento e a queimada sem limite estão fazendo de nosso país o deserto do futuro”. (José Nestor – Castanheira/MT)

“Não podemos parar, mas a luta continua”. (Luizão – Cotriguaçu/MT)

“CONVERSANDO COM A NATUREZA

Inspiração: Uma árvore velha grande

“Caminhando para os lugares onde me desperta curiosidade e ver os pontos positivo, para tirar as dúvidas, colocar o pensamento em ordem. Fazer o que a natureza pede. Não me maltrate, procure conhecer meu valor. Desfrutar de tudo sem ferir minha origem. Eu vivo para você respirar faço o lugar ficar deslumbrante, procuro conservar meu espaço, fazer minha parte, colaborar, partilhar meu valor, transmitir alegria. Procurar as melhores opções, levar respeito, proteger tudo o que me rodeia, abrigar os animais, fazê-los sentir a vontade, essa é a minha missão, proteger as nascentes das águas, e vê-las correndo pela superfície da terra, sabendo que vai matar a sede dos seres vivos e irrigar a vegetação, transformando em paisagem crescendo os rios formando represas e barragens, gerando energia elétrica através de usina, iluminando as casa, dando conforto às famílias, mesmo que não reconheça ainda sou a fonte da vida, sou o oxigênio do pulmão, o ar que respira, a casa dos pássaros e animais a fauna a flora dependem de mim, sou a esperança e o futuro dos inocentes, sou o início, o meio e o fim, sou tudo o que você pensar e mais ainda, sou a razão de tudo. Não acabe comigo, que eu ‘protejo você”.

Poesia de José Nestor Cruz – pequeno agricultor familiar – Juína/MT

▼ Pólo Altamira – PA

“Há dois anos que não uso fogo e preparo minha área com uso guandu, e planto anualmente milho, arroz, tenho um sistema florestal com cedro, mogno e diversas essências florestais e tenho tido bons resultados, estou agora irrigando uma área onde vou produzir adubo orgânico suficiente para ampliar a produção na área de cultivo”.

“Quando realizar uma queima, prestar atenção no dia da queimada; no horário da queimada; no uso de aceiros; cuidar para que o fogo não fuja ao controle; avisar aos vizinhos; usar equipamentos; observar as condições climáticas”.

“Propriedade agroecológica é mudar o conceito de produção, para adubar o solo e não a planta”.

“No TCC de graduação em biologia, usamos muitas informações do módulo Legislação Ambiental e Manejo Florestal. No estudo do Igarapé Ambé, estamos fazendo apresentação e discussão desse trabalho mediante convite e foi elaborado um projeto para o CNPq para recuperação de matas ciliares do Igarapé Ambé, como unidade demonstrativa, com interiorização desse tema pelo campus da UFPA e por nossa iniciativa” *(Maise – Altamira)*

▼ Pólo Itaituba – PA

“Os acordos devem ter metas capazes de serem atingidas, visando fortalecer e renovar os protocolos”.

“Deve-se valorizar todas as plantas que nascem no pasto, para não estressar o gado”.

“Um pequeno pedaço de madeira desperdiçado pode fazer grande renda”.

“Aprendi como organizar uma propriedade rural”.

“De forma prática, simples e barata, Júlio Santin nos mostra como trabalhar a terra, mudando o conceito de relação com a natureza”.

“Foi sentida a necessidade de trabalhar a comunicação local como fonte de informação e divulgação”

“Todos podemos ser educadores ambientais”.

“Aprendemos o que é o Serviço Florestal Brasileiro”.

“Foi importante saber o que são políticas públicas e como participar na elaboração”.

“Aprendi como trabalhar na propriedade dentro da legalidade”.

“Fiquei conhecendo melhor sobre a legislação que fala sobre a subsistência familiar; passei isso para os meus colegas do sindicato”.

“Podemos nos sustentar sem degradar e ao mesmo tempo preservando as florestas”.

“Aprendemos a usar a floresta da maneira correta, não só derrubando, mas extraindo óleo, semente, frutos, cipó, os resíduos para artesanato”.

“Eu achei muito bom o Programa. Eu planto arroz, feijão, cacau, açaí, mandioca, cupuaçu, de tudo um pouco... e queimava a minha lavoura. Nós éramos desinformados. Hoje eu planto mucuna e estou reduzindo o fogo na minha lavoura. Depois do Programa, comecei a reduzir o fogo e quero parar de uma vez por todas de usar”. *(Adão Gonçalves de Araújo – Liderança Comunitária da Associação Comunitária São Francisco de Assis)*

“Eu comparo que o planeta é um corpo. Ele tem água e microrganismos, que são as células, que dão vida a esse corpo. Se ocorrer de todos esses microrganismos morrerem, é também o final da vida humana”. *(Ailton Burmann – Liderança Comunitária da Comunidade São Francisco de Assis)*

“Somos seres vivos colocados no planeta Terra, criados por Deus. Viemos para alimentar o homem, mas o homem foi quem colocou o nome em cada um de nós, animais e todos os répteis e os peixes da Terra após a vinda do homem. Nós, animais, passamos a sofrer, passar fome. Antes nós andávamos pouco para encontrar uma fruta no mato. Hoje, nós andamos muito e não encontramos nada. O fruto do jatobá que era tão gostoso, acabou a flor do pequi, a andiroba, a flor da sapucaia, o estopeiro...” *(Ailton Burmann – Liderança Comunitária da Comunidade São Francisco de Assis)*

“Só o fato de uma mulher, que é ainda tão discriminada na nossa sociedade, lutar nos movimentos sociais por uma sociedade mais justa, já é uma conquista. Participar do Programa “Amazônia sem Fogo” foi o primeiro passo que possibilitou fazer a diferença. Em se tratando de sensibilizar pessoas, é importante que a própria família seja a primeira

a ser sensibilizada, pois ela é a base da sociedade. Consegui sensibilizar meu esposo, que em virtude do Programa, mudou a sua prática de trabalho. Ele não fez mais queima no pasto, e passou a acreditar que o fogo destrói toda a vida do solo, e que é possível mudar a nossa prática. Mas para isso, temos que ter atitude". (Audirene Pereira da Silva – Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade - MMCC-BR-163)

▼ Pólo Santarém – PA

"As alternativas ao uso do fogo como ferramenta agrícola existem e são aplicáveis na agricultura familiar e devem ser definidas de acordo com realidade local".

"A mobilização comunitária para mudança da realidade do uso do fogo na Amazônia é fundamental para o sucesso de qualquer programa nesse sentido".

"Aprendemos como usar o fogo de forma controlada".

"A integração das instituições é essencial para a aplicação das políticas públicas".

"A internalização das ações depende da implantação de unidades demonstrativas, da consolidação do Centro de Formação, da massificação do conteúdo dos módulos".

"É preciso compatibilizar as diretrizes de ações das diferentes instituições públicas para deixar de ser política de governo para ser política de Estado".

"Aprendemos a importância da simbiose entre o conhecimento empírico e o conhecimento técnico-científico".

"Percebemos a importância dos acordos com poder público local e sociedade civil: acordo de pesca, protocolo do uso do fogo". (registros de participantes ao curso)

▼ Pólo Belém - PA

"É preciso adotar toda alternativa de práticas ao uso do fogo como forma de conscientização da comunidade para valorização da floresta em pé".

"Caso haja necessidade de usar o fogo, realizar a prática da queima controlada".

"Os técnicos aprenderam a atuar de forma mais conjunta com as lideranças comunitárias".

"A floresta é muito mais valiosa em pé, e para isso é preciso manejá-la de forma racional".

"Adubação verde ou morta é muito mais vantajosa na produtividade e, conseqüentemente, na lucratividade".

"Percebemos a importância da parceria entre técnicos de instituições e os agricultores".

"Vivenciamos a facilidade no desenvolvimento de atividades que antes eram tidas como inalcançáveis".

"Aprendemos como fazer um protocolo".

"Nas tomadas de decisões nas ações dos técnicos, os mesmos devem levar em consideração conhecimentos dos agricultores". (registros de participantes ao curso)

▼ Pólo Rio Branco – AC

"O Programa incentivou o aproveitamento dos resíduos de madeira; valorizou a matéria-prima extraída da floresta e gerou oportunidade de negócios para os artesãos".

"O manejo ecológico de pastagem é uma contribuição para a redução do desmatamento; uma alternativa ao uso do fogo; ajuda a combater o aquecimento global; viabiliza o a criação de mais gado em menor área".

"Aprendemos como fazer queimada controlada. E o importante: queimada nunca se faz só".

"Vimos temas inovadores como o uso da farinha de osso e a desmistificação da mecanização".

"Aprendemos a importância da alimentação saudável, como planejar uma propriedade integrada, a técnica de Bokashi, como fazer a captura de microorganismos (para produção de E.M.), a fazer composto, caldas para dispensar o uso de agrotóxicos".

"Aprendemos a importância da comunicação na Educação Ambiental".

"As técnicas de educação são adequadas à realidade das comunidades".

"Todos nós temos um potencial. Com o exercício de educação cada participante descobriu o seu". (registros de participantes ao curso)



AMAZÔNIA SEM FOGO

4. Os Centros de Formação

4.1. Objetivos e estratégia de construção: a proposta do Projeto Político Pedagógico (PPP)

Considerando o desafio de continuidade do Programa Amazônia sem Fogo, propôs-se a se estruturar os Centros de Formação, um em cada pólo do Programa. A permanência dos Centros de Formação, além de criar uma referência espacial para a continuidade das atividades de formação já iniciadas, poderá funcionar para que sejam realizados processos de capacitação, considerando que já contam com uma certa estrutura (sala e equipamentos).

Ao final do período de execução do Programa Amazônia sem Fogo, os multiplicadores mostraram-se bastante motivados, desejando colocar em prática o que aprenderam. Os Centros de Formação apresentam-se como uma estratégia para viabilizar que os multiplicadores venham a desempenhar seu papel como tais, de forma organizada e com o apoio necessário, além de poderem contar com formação continuada.

Espera-se, então, que os multiplicadores formados juntamente com as instituições parceiras, ao se organizarem, planejem e executem atividades de formação e qualificação profissional, preparando outras pessoas para que venham a atuar no sentido

de reduzir o uso do fogo na Amazônia, evitando os incêndios florestais e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do território.

Para que o Centro de Formação exerça eficientemente sua função, foi sugerido que, em cada Pólo, fosse construído um Projeto Político-Pedagógico do Centro de Formação. Esta atividade teve início em alguns Pólos, em determinados módulos. É importante se aprofundar nesse planejamento, uma vez que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento construído coletivamente, que representa a identidade do Centro, no qual os sujeitos se vêem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos. O PPP consiste numa proposta educacional para determinado espaço, grupo ou processo, apresentando desde seus referenciais conceituais, filosóficos e políticos até a forma como será operacionalizado.

O projeto político-pedagógico serve para “situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para que projeto de sociedade? (Romão & Gadotti, 1994⁽⁴⁾; Veiga, 2007⁽⁵⁾)”.

Construir o PPP com todos os envolvidos significa exercitar a capacidade de tomar decisões coletivamente. Tendo participado ativamente do plane-

(4) Gadotti, M. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000. 217p.

(5) Veiga, I.P.A. *Projeto político-pedagógico: uma construção possível*. Campinas, SP: Papyrus, 2007. 192p.

jamento do Centro de Formação, os multiplicadores e instituições parceiras estarão comprometidos com ele e, principalmente, organizando suas atividades com base no que foi decidido coletivamente. O diagnóstico, os sonhos e o planejamento de ações são aspectos que devem estar presentes para a elaboração do PPP.

Por se tratar de um planejamento, o PPP tem as seguintes características: é um processo permanente e contínuo, é sempre voltado para o futuro, visa à racionalidade da tomada de decisões, visa a selecionar entre várias alternativas um curso de ação, é sistêmico, é interativo (flexível a ajustes e correções), é uma técnica de coordenação, de mudança e inovação (Chiavenato 1979 *apud* Padilha⁽⁶⁾, 2008).

A partir do PPP, se decide como o Centro de Formação vai funcionar, que ações serão realizadas, tudo em sintonia com o capital humano local, a demanda local (contexto, diagnóstico), as possibilidades das parcerias, as oportunidades oferecidas pelas políticas públicas.

Cada Centro de Formação, em cada Pólo, responderá às necessidades dos municípios pertencentes ao território correspondente. Vinculados aos Centros de Formação estão as Unidades Demonstrativas (UDs), as quais serão utilizadas para fins de capacitação sobre as técnicas de alternativas ao uso do fogo.

Para o início do processo de construção do Projeto Político-Pedagógico dos Centros de Formação, sugeriu-se que os participantes se debruçassem sobre as seguintes questões: i) quais devem ser os princípios do Centro de Formação?; ii) quais são as situações ambientais que queremos transformar?; iii) quais as iniciativas que já existem e podem ser fortalecidas ou ampliadas?; iv) onde queremos chegar? (cenários futuros); v) quais ações o Centro de Formação vai desenvolver? e vi) que atividades vão acontecer para estruturar o Centro de Formação?

Sem dúvida, foi de fundamental importância o envolvimento e colaboração das instituições parceiras, sem o que esse trabalho, em toda sua complexidade e abrangência, não teria sido possível.

No anexo 6, apresentam-se as instituições parceiras de cada Pólo.

4.2. As Unidades Demonstrativas (UDs)

Com o objetivo de consolidar o aprendizado e estimular a multiplicação das técnicas abordadas no programa de formação, foi prevista a instalação de Unidades Demonstrativas em cada Pólo do Programa. As UD's também foram planejadas para servirem como pontos de referência para aplicação, no campo, das técnicas abordadas e também como lugar de encontro e aprendizado entre os multiplicadores e comunitários, ampliando as experiências junto às comunidades.



Inauguração da unidade demonstrativa de Santarém – PA. Viveiro de produção de mudas de plantas tropicais

(6) Padilha, P.R. Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola. Guia da Escola Cidadã, São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008. 157p.

A instalação das Unidades Demonstrativas ocorreu em propriedades dos produtores rurais interessados no Projeto ou em terrenos colocados à disposição dos municípios, na expectativa de que na conclusão do atual Projeto as experiências alternativas de sistemas de produção sem o uso do fogo venham a ser adotadas pela maioria das famílias residentes nas comunidades rurais. Espera-se que, em médio prazo, a população dos pequenos produtores incorporem as práticas mais sustentáveis propostas pelo Programa em seu cotidiano, substituindo assim a “cultura do fogo” pela convivência com a floresta pela produção sustentável.



As Unidades Demonstrativas (UDs) possibilitam vivenciar na prática, e, portanto, de aprender fazendo. Quando se coloca em prática uma idéia e se observam os resultados alcançados, a realização da ação, no cotidiano das pessoas, passa a ser muito mais provável. Outra possibilidade também interessante nessa direção, mas que não foi adotada nessa fase do Programa, seriam as visitas de campo.

Unidades Demonstrativas (UDs) instaladas nos Pólos:

Rio Branco – AC:

- UD de Manejo Sustentável de Pastagens, na “Escola da Floresta” Roberval Cardoso.

Santarém – PA:

- UD de Viveiro de Produção de Mudanças de Plantas Tropicais, em parceria com a prefeitura e IPAM.

Altamira – PA:

- UD de Produção de Adubos Orgânicos (compostagem e bokashi) na Casa Familiar Rural de Altamira.
- UD de cerca-elétrica nos municípios de Placas e Brasil Novo.



UD de brigada comunitária de prevenção e combate aos incêndios florestais. Município de São Félix – MT



UD de aproveitamento de resíduos de madeira, Belém – PA

Itaituba – PA:

- UD de Recuperação de área degradada com o uso de mucuna, Comunidade São Francisco;
- UD de produção de hortaliças sem uso de agrotóxicos, vicinal km 35.
- UD de Manejo Sustentável de Pastagens km 15, rodovia transamazônica.

Belém – PA:

- UD de Aproveitamento de Resíduos de Madeira no município de Belém.
- UD de cerca-elétrica na Escola da Amazônia, no município de Vigia.

No Pólo de Belém, junto à realização dos Protocolos Municipais dos municípios de Bragança; Cametá; Garrafão do Norte; Salinópolis e Vigia; houve a implementação coletiva de Unidades Demonstrativas (UDs), acatando à proposta de alguns multiplicadores que atuam como lideranças comunitárias. Assim, os protocolos nesses municípios foram denominados de Protocolo Comunitário de Consolidação às Práticas Alternativas ao Uso do Fogo, porque ocorreram acompanhados da implantação de quatro UD de Recuperação de Solos Degradados e de cinco UD de Produção de Adubos Orgânicos, utilizando os conhecimentos adquiridos nos Módulos 6 e 5 respectivamente.



UD de manejo sustentável de pastagens. Chácara Esteio, Alta Floresta – MT

São Félix do Araguaia – MT:

- UD de Propriedade Integrada.
- UD de Brigada Comunitária de prevenção e combate aos incêndios florestais. Município de São Félix.

Juína – MT:

- UD de Manejo Sustentável de Pastagens, linha 5, município de Juína.

Alta Floresta – MT:

- UD Manejo Sustentável de Pastagens, chácara Esteio.



UD de manejo sustentável de pastagens. Dia de campo, Alta Floresta – MT



UD de produção de hortaliças sem uso de agrotóxicos, Itaituba – PA



UD de manejo sustentável de pastagens, Itaituba – PA



UD de recuperação de solo degradado, Vigia – PA



UD de manejo sustentável de pastagens, Rio Branco – AC



AMAZÔNIA SEM FOGO

5. Avaliação

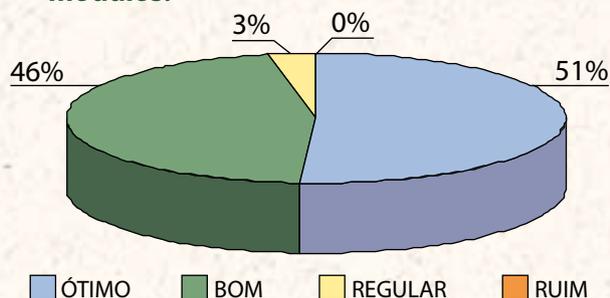
5.1. Avaliação Nacional do Programa

Apresentaremos a avaliação do Programa realizada pelos participantes, pelos coordenadores e formadores, e por um avaliador externo contratado para essa função.

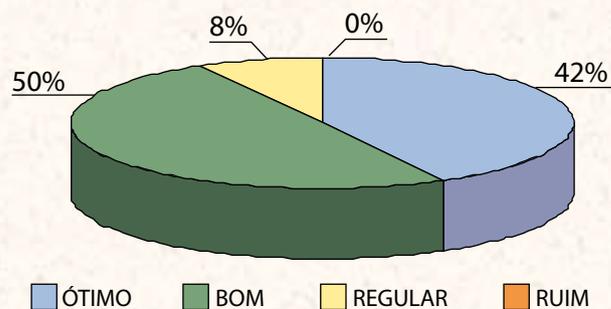
5.1.1. Avaliação realizada pelos participantes

Depois de cada Módulo do Programa, era realizada uma avaliação, utilizando-se uma *ficha a ser preenchida pelos participantes*, individualmente. Os resultados apresentam-se a seguir, sistematizados a partir dos valores médios dos 9 módulos, nos 8 Pólos:

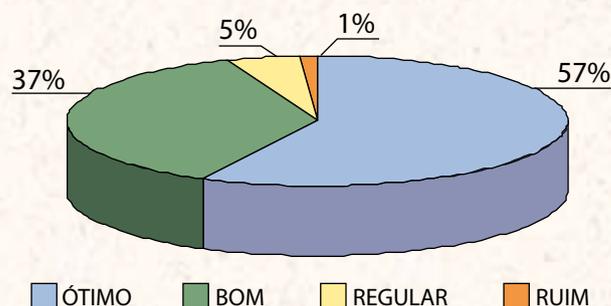
a) com relação ao local de realização dos módulos:



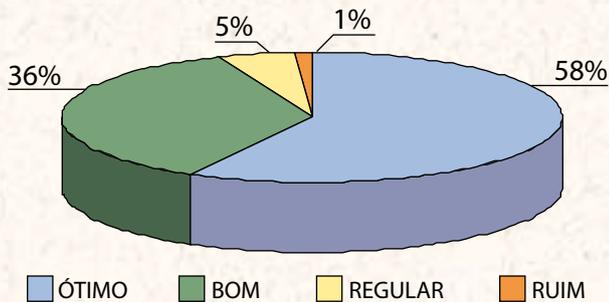
b) Com relação ao material dos módulos:



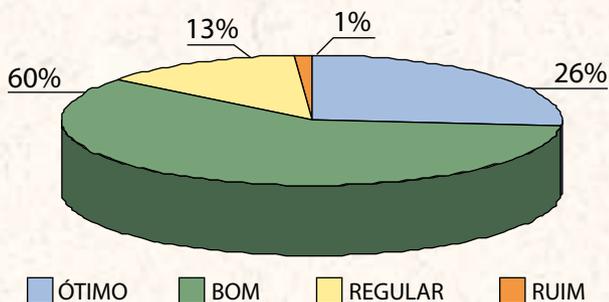
c) Com relação à transmissão do conteúdo:



d) Quanto à relação do instrutor com o participante:



e) Com relação ao tempo de duração dos módulos:



Com a execução do Programa Amazônia sem Fogo, ressaltou-se a importância da íntima relação entre a teoria e a prática e a integração dos conhecimentos popular e técnico-científico.

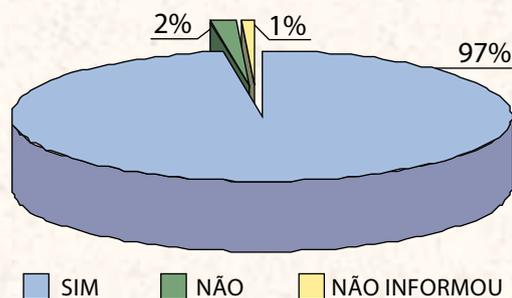
5.1.2. Avaliação realizada por um apreciador externo

Este Programa passou por uma avaliação a partir de um olhar externo. Foi contratado um consultor

pelo Ministério do Meio Ambiente especificamente para esse trabalho.

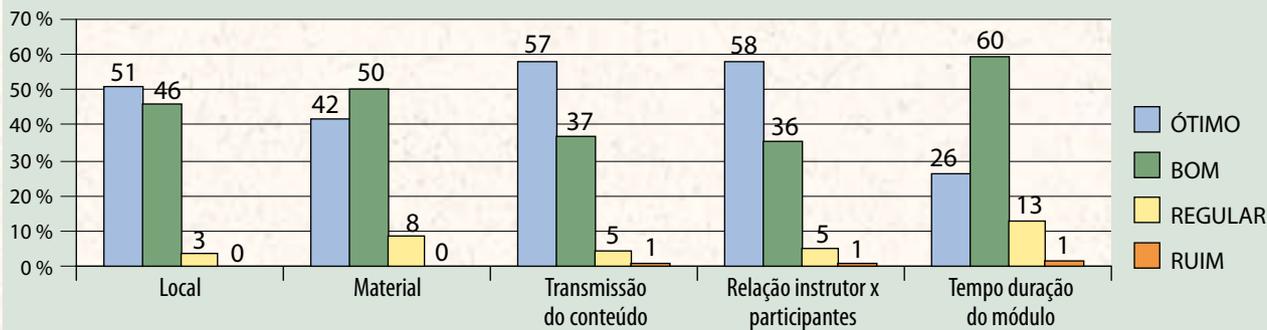
De acordo com a pesquisa feita pelo avaliador, o Programa apresenta altos índices de desempenho satisfatório. Essa apreciação analisou o Programa quanto: eficácia do conteúdo programático, dos pressupostos metodológicos, da didática, da flexibilidade e habilidade, com valorização dos saberes existentes, da diversidade, e convergência aos objetivos do Programa. Esse levantamento foi feito em quatro Pólos no Pará, através da aplicação de 28 questionários no pólo de Belém, 27 no pólo de Itaituba, 34 no pólo de Santarém e 30 no pólo de Altamira, obtendo-se respostas válidas de um total de 167 participantes do Programa de Formação Técnica Sobre Alternativas ao Uso do Fogo no Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica.

Durante o processo de realização do estudo de viabilidade e relevância do Programa Amazônia Sem Fogo, a Pesquisa de Avaliação Participativa indagou aos participantes se estes gostariam de ver o referido Programa tendo continuidade. Os resultados obtidos revelam que 97% responderam afirmativamente, e apenas 2% responderam negativamente, enquanto que, 1% não informou (gráfico abaixo).

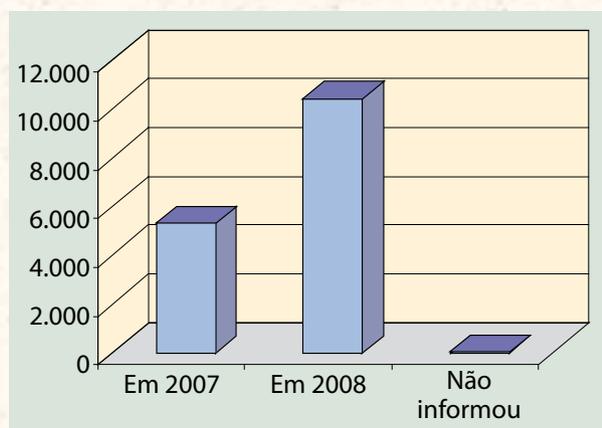


Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Resultados da Avaliação Nacional do Programa dos 9 módulos em todos os Pólos, para os 5 critérios considerados:



A pesquisa solicitou aos participantes do Programa, que, comparando entre os anos 2007 e 2008, respondessem à questão: “quantas pessoas você conseguiu orientar para não usar o fogo?”. Os resultados obtidos para o conjunto dos pólos de Belém, Itaituba, Santarém e Altamira, revelam que, no ano de 2007, um total de 5.293 pessoas foram orientadas para o não uso do fogo, e no ano de 2008 o processo de orientação se elevou de 5.293 para 10.389 orientações. Apenas 16 não informaram. Os números mostram que as aprendizagens recebidas nos módulos de formação se constituem em fator de difusão nos municípios e localidades do interior do Estado do Pará.

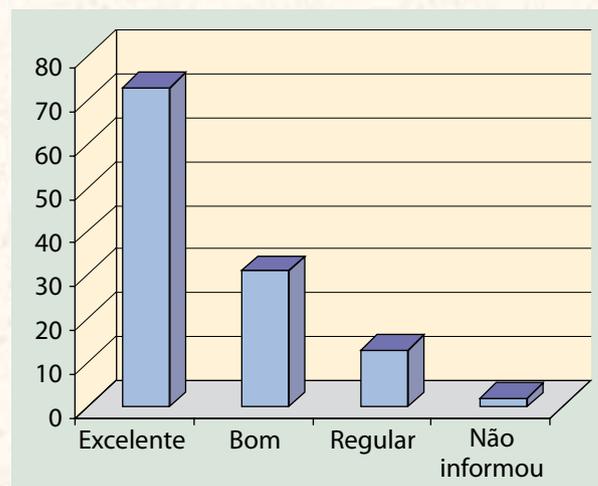


Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

Ainda com relação a essa questão, foi solicitado aos participantes do programa que comparassem o uso do fogo na sua região de atuação - propriedade, comunidade, município - entre os anos de 2007 e 2008, com a finalidade de informar se o uso do fogo aumentou ou diminuiu (veja tabela 1).

Também foi solicitado aos participantes que fizessem uma análise avaliativa sobre a relevância

do Programa para os seus municípios visando às gerações presentes e futuras. Os resultados foram os seguintes: 73 responderam excelente, 31 afirmaram bom, 13 responderam regular, e 2 não informaram (gráfico abaixo)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008

5.1.3. Avaliação realizada pela equipe de formadores e coordenadores locais

A equipe de formadores e coordenadores realizaram a avaliação de cada Módulo, que se apresenta a seguir:

Módulo 1 – Desenvolvimento sustentável e legislação ambiental

Conseguiu falar de legislação sem os jargões jurídicos, com uma linguagem acessível para o público. Também foi lançado o tema “alternativa ao uso do fogo” no cenário jurídico.

Tabela 1 – Pólos de Belém, Itaituba, Santarém e Altamira

Classificação	Nº. Respostas	%
O uso do fogo aumentou	2	1,68
O uso do fogo diminuiu	65	54,63
O uso do fogo nem aumentou e nem diminuiu	36	30,25
Não informou	16	13,44
Total	119	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo no Estado do Pará – 2008.

Pontos fortes: Todos achavam que o Módulo 1 seria maçante e viram aplicabilidade do conteúdo à realidade dos participantes. Os multiplicadores gostaram da participação do Ministério Público nas Oficinas e também de poderem falar para o promotor o que sempre gostariam de falar. Os vídeos e a simulação da audiência pública foram considerados interessantes e instrumentos que facilitaram a aprendizagem.

Pontos fracos: Alguns participantes acharam o conteúdo extenso e alguns pontos complexos, difíceis.

Módulo 2 – Educação Ambiental

Procurou-se, durante toda a Oficina, pelo próprio exemplo do trabalho desenvolvido, introduzir conceitos e métodos participativos.

Pontos fortes: Educomunicação como ferramenta para levantar o debate sobre questões socioambientais, com potencial de transformação da realidade no sentido da sustentabilidade, mobilização, sensibilização, capacitação e empoderamento. O tema possibilita o exercício da autogestão e valorização das iniciativas dos participantes. Contar com o apoio dos Coordenadores Locais foi fundamental, assim como das instituições parceiras locais.

Pontos fracos: A complexidade da metodologia, por ser bastante participativa e por haver muitos participantes, em alguns momentos dificulta a mediação. A dependência com relação aos apoios locais (técnicos de diversas áreas de comunicação) deixa o módulo vulnerável, pois o sucesso depende em grande medida de uma boa articulação anterior.

Módulo 3 – Metodologia Participativa para a Definição de Políticas Públicas: Protocolos Municipais

Pontos fortes: Debate sobre políticas públicas e Gestão Ambiental. Para realizar o protocolo, procurou-se mostrar para as pessoas a capacidade delas em realizar intervenções para melhorar a situação (de que forma podem participar). Mostrar experiências concretas que ocorreram nas fases anteriores ao programa foi muito importante. Participação de convidados/colaboradores trouxe riqueza para o módulo.

Pontos fracos: Poderia ter havido mais dinâmicas e mais oportunidade para os participantes participarem.

Módulo 4 – Prevenção e Combate ao Fogo

O foco deve ser no combate terrestre, mais do que na queima controlada.

Pontos fortes: Legislação ao uso do fogo e descrição das técnicas de queima controlada. O foco mais prático do que teórico. Material didático ilustrado foi considerado bom.

Pontos fracos: Barreiras institucionais entre bombeiros de diferentes localidades.

Alternância de instrutores. Dificuldade em conseguir licença para a queima e realizar a atividade prática.

Módulo 5 – Técnicas de Manejo Integral da Propriedade Rural para o Incremento da Economia Familiar

Seria interessante se todas as práticas do programa fossem feitas numa mesma propriedade, pois então seria uma unidade demonstrativa integrada.

Pontos fortes: Trabalha a realidade dos produtores rurais. Pode ser implantado em qualquer propriedade. Foca as necessidades do dia-a-dia do produtor. O módulo é bastante dinâmico. Exemplos reais de propriedades que praticam o que é abordado no módulo.

Pontos fracos: Muita informação para o tempo curto do módulo. As atividades deveriam todas terem sido realizadas em propriedade de agricultores, para que pudessem ser melhor aproveitadas e terem continuidade.

Módulo 6 – Recuperação de Solos Degradados e Sistemas Agroflorestais

Um diferencial da abordagem do tema no módulo e o uso de leguminosas não como adubação verde, mas como cobertura morta (não incorporar com mecanização). O módulo focou muito no uso da mucuna. A parte de SAF poderia ter sido mais aprofundada dada a importância do tema.

Pontos fortes: Apresenta experiências concretas vividas pelos participantes, o que gera confiança. Permite o debate sobre comercialização, a segurança

alimentar e a realidade econômica na definição dos arranjos dos SAFs. Modelos de produção de baixo custo, sem necessidades de recursos externos e acessíveis ao produtor familiar.

Pontos fracos: Excesso de informações para o curto tempo do módulo. Uso restrito de dinâmicas. Dificuldade para conduzir os grupos nas aulas práticas.

Módulo 7 – Técnicas para o manejo e o melhoramento das pastagens

A tecnologia apresentada, sobre manejo ecológico da pastagem e uso de cerca elétrica é viável para a realidade dos locais, sendo acessível para agricultores familiares.

Pontos fortes: O conteúdo abrangeu todos os assuntos importantes ao manejo sustentável de pastagens, por um lado e também apresentou os principais problemas da pecuária convencional, além de indicar os caminhos para a sua solução. Houve inclusive abordagem quanto à criação de pequenos animais utilizando cerca elétrica. Aborda a recuperação de áreas degradadas, uso de leguminosas e arborização.

Pontos fracos: Faltou a verificação antecipada das demandas locais, para uma possível adaptação do conteúdo às necessidades regionais. O número elevado de participantes não permitiu que todos compartilhassem ativamente da prática, como seria desejável.

Módulo 8 – Valor da Floresta e alternativas à utilização de resíduos florestais

Pontos fortes: Conseguiu mostrar o fato do brasileiro não dar valor às nossas florestas. O módulo gera reflexão, quebra paradigmas, muda o olhar sobre a floresta. O pessoal sai do módulo querendo se envolver em projetos de aproveitamento de resíduos de madeira. Instiga e desperta os participantes para tomar a frente na possibilidade de transformação da realidade.

Pontos fracos: Faltou atividade prática. Dificuldade para realizar o exercício devido à alta periculosidade das marcenarias da região e o público não ter familiaridade em manipular os equipamentos. O tempo do módulo é curto para possibilitar a experiência com segurança.

Módulo 9 – Manejo florestal sustentável e gestão de florestas públicas

Pontos fortes: O tema de uso do recurso florestal foi pertinente em todos os Pólos. Adaptação do tema floresta para cada Pólo, em função das realidades distintas, adequando-se a abordagem e aprofundamento do tema (em alguns pólos, o foco foi dado em Manejo Florestal Comunitário e em outros nas Concessões Florestais).

Pontos fracos: Dificuldade de incorporar atividades práticas do módulo em alguns pólos pela sazonalidade da atividade (a atividade exploratória é feita no período da seca). Um fator limitante é que para fazer essa atividade prática exploratória tem que ter plano de manejo em execução e ser licenciada, e que não é o caso que encontramos em todos os pólos. O tamanho da turma é limitante para a atividade prática (turmas grandes). Três dias para esse tema é pouco tempo.

Para a maioria dos módulos, como aprendizados foram apontados a adequação da metodologia para cada realidade e a necessidade de antecipar o planejamento das atividades práticas.

Módulo 10 – Avaliação, sistematização e consolidação do Programa “Amazônia sem Fogo”

Pontos fortes: A sistematização propiciou reflexão crítica e extração dos aprendizados, e gerou informações para serem organizadas na publicação. A linha do tempo permitiu que todos recapitulassem o que foi vivenciado durante todos os módulos, incluindo outras atividades relacionadas. Os trabalhos em grupo possibilitou interação entre os participantes e consolidação dos aprendizados. Facilitou o encaminhamento para a finalização de ações em andamento.

Pontos fracos: em alguns pólos, a metodologia da Oficina não foi toda desenvolvida e detalhada como se esperava. Seria ideal que tivesse uma devolução dos dados sistematizados para ajustes junto aos multiplicadores. A publicação poderia ter sido um produto da sistematização, realizada pelos próprios participantes. O ideal seria a sistematização completa do Programa, não só em cada Pólo, proporcionando a troca de experiências entre todos. Um Encontro Nacional para a devolução dos produtos e aprendizados da sistematização teria sido muito rico. Mas como viabilizar?

Alguns depoimentos da equipe do Programa:

“Contribuir com o trabalho de formação de multiplicadores para atuarem na educação ambiental é de grande responsabilidade, pois enquanto formadora de opinião preciso ter consciência da importância desse papel, devo priorizar a participação do outro e considerar suas intervenções, pois é justamente aí que é possível intervir e fazer os ajustes necessários. Saber que ouvir o outro é de grande importância isso qualquer um sabe, até por uma questão de educação, porém, esse ouvir não se resume apenas a isso, vai um pouco além, já que neste processo, o crescimento intelectual se dá também pela troca de experiências que só é possível com a prática desse exercício... Passei a agir considerando que o meu papel enquanto ser individual não é apenas de mais um, mas de mais um que está agindo, fazendo a diferença e conseqüentemente formando seguidores. Esse é um papel que não deve ser desempenhado apenas na sala de aula, mas também fora dela, para que a minha prática se torne tão autêntica e espontânea que outros possam adotar...” (Roberta - Coordenadora local do Pólo Rio Branco/AC)

“Esta quarta fase do Programa (Amazônia sem Fogo), que desde 1999 vem sendo implementado por iniciativa da Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S. em meu país, do qual pude vivenciar e participar indiretamente desde a 1ª etapa e trabalhar ativamente desde a 3ª, foi de árdua labuta, mas de grandes conquistas e resultados. A D.G.C.S. sempre respeitou o pensamento e necessidades de nós brasileiros, moradores deste relevante bioma que é a Floresta Amazônica, não só para o Brasil, mas para todo o planeta Terra. Em minha concepção, o mais extraordinário foi possibilitar, além dos importantes conhecimentos, o relacionamento, a troca de idéias e de experiências entre autoridades públicas, políticas, de movimentos sociais, de organizações não-governamentais, estudantes, produtores rurais, artesãos, indígenas, madeireiros e outros tantos atores da sociedade, que vivem nesta região da Amazônia brasileira e sofrem com sua problemática socioambiental, no sentido de perceberem uns aos outros, de paralisarem suas atitudes isoladas e promoverem ações coletivas com maior legitimidade na resolução destes problemas. Acredito que apenas

assim será possível alcançar o tão sonhado patamar da sustentabilidade, que permitirá não apenas a esta geração, mas também aos seus herdeiros, não apenas aos brasileiros, mas também a todos os seres vivos do Mundo, desfrutar de tudo o que a natureza nos proporciona com a racionalidade e o devido respeito” (Kátia - Coordenadora local do Pólo Juína/MT).

“Trabalhando desde o ano de 2000, com a Cooperação Itália Brasil, em todas as fases do Programa, quero expressar meu orgulho e satisfação por participar deste trabalho, que em todas as suas fases e atividades, está sendo um exemplo para todos que se preocupam com a preservação e uso sustentável da Região Amazônica. Essa fase do Programa (Amazônia sem Fogo) foi a meu ver um coroamento de um esforço de 10 anos, ao se concentrar na formação de multiplicadores dos conteúdos das alternativas que mais se destacaram nas fases anteriores, levando conhecimentos a mais de 400 técnicos e líderes comunitários, conhecimentos estes passíveis de serem aplicados com sucesso em suas comunidades e áreas de atuação. Devido à dimensão continental desta região única no planeta, os esforços foram ainda insuficientes para atingir de forma completa e abrangente todos os seus objetivos desejados. Por esta razão, acho imprescindível que tão louvável iniciativa tenha continuidade e seja expandida para outras regiões ainda não beneficiadas até agora, no Brasil e nos países vizinhos integrantes da Região Amazônica” (Jurandir Melado - Formador técnico do Módulo 7).

“Para mim, estar nesse trabalho com esse formato foi uma oportunidade de somar ecologia e madeira, meu saber. Aprendemos mais do que ensinamos. Foi um grande prazer” (Virgílio Moura - Formador técnico do Módulo 8).

“Ao mesmo tempo em que os participantes se envolvem com as atividades, trazem para suas instituições formas de fortalecer suas ações e ver germinar as sementes plantadas” (Fabiola Siqueira de Lacerda - Prevfogo/IBAMA).

“Todos somos capazes de contribuir para a mudança que queremos ver em nossa sociedade, começando por transformar a nós mesmos, nossas ações cotidianas, e envolver outras pessoas, convidando-as para sonhar e agir junto conosco, semeando idéias e atuando a favor da vida e da justiça social” (Fabiana Mongeli Peneireiro - Formadora técnica do Módulo 2).

5.2. O Programa em números

Um dos resultados obtidos pelo Programa foi, certamente, a cumplicidade, o empenho e a comunhão de intenções que surgiu entre os alunos, os quais, mensalmente, dispuseram-se a participar do curso de formação.

É difícil poder descrever os momentos de vida coletiva, que cada um viveu no período em que estiveram juntos. Certamente, os grupos de estudo que se formaram em cada pólo, tornaram-se, em um ano, algo mais do que uma experiência ligada ao período de aprendizado e discussão das técnicas propostas pelo Programa.

Eventos pessoais e coletivos permitiram, de fato, que, mediante os argumentos tratados, cada um se tornasse protagonista e parte integrante de um percurso comum.

Vale a pena, entender melhor, através de alguns dados, o compromisso de quem teve que enfrentar as distâncias amazônicas que o separavam do Centro de Formação, que demonstram

a dedicação dos alunos para sua freqüência; a responsabilidade pessoal dos formadores, que, com constância, corresponderam às expectativas locais com a sua presença e profissionalismo; a eficiência dos coordenadores, que desenvolveram localmente um trabalho exemplar de acompanhamento das atividades, permitindo que fossem alcançados os resultados esperados.

Muitas histórias deveriam ser contadas, mas talvez esses números possam ajudar a imaginar o quão importante é a iniciativa, o quão grande é a necessidade de aprendizado de novos conhecimentos por parte dos pequenos produtores rurais. Sobretudo, enfim, resulta evidente como é necessário intervir nesta região com ações direcionadas ao sustento das comunidades rurais e ao desenvolvimento sustentável do território.

Experimentemos, portanto, entrar na realidade do Programa e dos Centros de Formação com os números indicadores relacionados à realização da intervenção, de forma geral e também por pólo de atuação.

Indicadores gerais (aproximados) da mobilidade dos participantes ao curso:

Total de quilômetros percorridos pelos participantes dos cursos, da localidade de residência até a o centro de formação. Ida e Volta para freqüência dos 10 módulos prevista	613.400 Km
Total de horas empregadas pelos participantes para cobrir os quilômetros percorridos da localidade de residência até ao centro de formação. Ida e Volta para freqüência dos 10 módulos prevista	7.290 horas
Total dos dias empregados pelos participantes para cobrir os quilômetros percorridos da localidade de residência até ao centro de formação. Ida e Volta para freqüência dos 10 módulos prevista	304 dias
Total dos dias de navegação nos rios amazônicos empregados pelos participantes para chegar aos pólos de formação da própria localidade de residência. Ida e Volta para freqüência dos 10 módulos prevista	112 dias
Total de horas empregadas pelos participantes para cobrir os trechos de rios percorridos, da localidade de residência até ao centro de formação. Ida e Volta para freqüência dos 10 módulos prevista	2.685 horas

Indicadores gerais (aproximados) da mobilidade dos formadores ao curso:

Horas de vôos empregadas pelos formadores e coordenadores para acompanhar os módulos no período de duração do curso.	600 horas
Total de quilômetros percorridos pelos formadores e coordenadores.	26.000 Km

Distâncias percorridas em cada Pólo:

ACRE

▼ Centro de formação de Rio Branco

Nº	Nome do participante	Município de procedência	Distância de só ida	Distância percorrida em 10 módulos
1	Agostinho Messias Abegão	Porto Acre	63	630
2	Airton do Espírito Santo	Bujari	27	270
3	Antônio José Passamani	Plácido de Castro	95	950
4	Camila Celuta Maia Pedroza	Bujari	27	270
5	Cristina de Almeida Lima	Rio Branco		
6	Diogo de Lima Sobreira	Bujari	27	270
7	Edna Maria Guimarães Maia	Rio Branco		
8	Elaine da Silva	Epitaciolândia	169	1.690
9	Elizângela Cavalcante Barbosa	Plácido de Castro	95	950
10	Ezaque Saraiva do Nascimento	Rio Branco		
11	Fábio Rufino de Oliveira	Bujari	27	270
12	* Fernando Jorge Muniz Pereira	Brasília/DF	3.123	31.230
13	Francisca da Silva Torres	Bujari	27	270
14	Francisca Élide Carvalho da Silva	Porto Acre	63	630
15	Francisco Batista dos Reis	Capixaba	81	810
16	Francisco Martins Ferreira	Bujari	27	270
17	Francisco Raimundo Freire Cabral	Bujari	27	270
18	*Giorgenes Martins de Souza	Brasília/DF	3.123	31.230
19	Hélio Guedes Vasconcelos da Silva	Rio Branco		
20	Irene Ferro da Silva	Rio Branco		
21	Ivan Nilton Silva de Carvalho	Porto Acre	63	630
22	Jarbas de Freitas Oliveira	Senador Guiomard	25	250
23	Joelma da Silva Paes	Rio Branco		
24	Jonas Ferreira da Silva	Capixaba	81	810
25	José Paes Verus	Capixaba	81	810
26	Josicleide Aquino da Silva	Rio Branco		
27	Lázara Marcelino de Souza	Rio Branco		
28	Leda Ferreira da Silva	Rio Branco		
29	Luiz Severino Saraiva de Queiroz	Bujari	27	270
30	Manoel da Rocha Neto	Transacreeana	17	170
31	Marcela Marrane Dalman Bernardes	Rio Branco		
32	Marcos Alberto Azevedo de Assis	Rio Branco		
33	Marcus Aurélio Peres de Freitas	Plácido de Castro	95	950
34	Maria D'Arc do Nascimento	Bujari	27	270
35	Maria Lúcia do Nascimento	Bujari	27	270
36	Maria Vanderlei de Lima Souza	Bujari	27	270
37	Marineiva Menezes da Silva	Bujari	27	270
38	Marquiano Saboia dos Santos	Assis Brasil	253	2.530

Nº	Nome do participante	Município de procedência	Distância de só ida	Distância percorrida em 10 módulos
39	Oder José da Costa Gurgel	Rio Branco		
40	Pedro Arruda Campos	Rio Branco		
41	Ricardo Alencar Nepomuceno	Bujari	27	270
42	Rita de Cácia Freire Cabral	Bujari	27	270
43	Solange Lins Ribeiro de Matos	Rio Branco		
44	Thiago da Silva Vieira	Rio Branco		
45	Veralúcia Marques Carvalho	Porto Velho - RO	505	5.050
46	Wemerson dos Santos Luz	Porto Acre	63	630
47	Wylles de Souza Alencar	Bujari	27	270
Total de quilômetros percorridos pelos participantes do Acre, da localidade de residência até a o centro de formação. Ida e Volta para frequência dos 10 módulos prevista.				42.580 Km

* Foram excluídos do cálculo os participantes das Instituições provenientes em voo de Brasília-DF

MATO GROSSO

▼ Centro de formação de Alta Floresta

Meio de Transporte	TRECHOS PERCORRIDOS	DURAÇÃO DAS VIAGENS		
		HORAS	Total Hora (10 meses)	Dias
CARRO	Novo Mundo X Alta Floresta	6	60	2,5
VAN	Matupá X Alta Floresta	6	60	2,5
CARRO	Colíder X Alta Floresta	4	40	1,7
VAN	Guarantã do Norte X Alta Floresta	6	60	2,5
VAN	Itaúba X Alta Floresta	7	70	2,9
CARRO	Nova Santa Helena X Alta Floresta	6	60	2,5
VAN	Guarantã do Norte X Alta Floresta	6	60	2,5
CARRO	Nova Monte Verde X Alta Floresta	14	140	5,8
VAN	Peixoto de Azevedo X Alta Floresta	6	60	2,5
CARRO	Nova Monte Verde X Alta Floresta	14	140	5,8
CARRO	Carlinda X Alta Floresta	2	20	0,8
ÔNIBUS	Pista do Cabeça X Alta Floresta	6	60	2,5
VAN	Peixoto de Azevedo X Alta Floresta	6	60	2,5
CARRO	Terra Nova do Norte X Alta Floresta	5	50	2,1
VAN	Nova Canaã do Norte X Alta Floresta	3	30	1,3
MOTO	Paranaíta X Alta Floresta	4	40	1,7
CARRO	Colíder X Alta Floresta	4	40	1,7
CARRO	Nova Canaã do Norte X Alta Floresta	3	30	1,3
CARRO	Carlinda X Alta Floresta	2	20	0,8
VAN	Guarantã do Norte X Alta Floresta	6	60	2,5
VAN	Guarantã do Norte X Alta Floresta	6	60	2,5
ÔNIBUS	Nova Bandeirantes X Alta Floresta	16	160	6,66667
AVIÃO	Brasília X Alta Floresta	5	50	2,08333
CARRO	Paranaíta X Alta Floresta	3	30	1,3
VAN	Peixoto de Azevedo X Alta Floresta	6	60	2,5
CARRO	Apiacás X Alta Floresta	16	160	6,66667

Meio de Transporte	TRECHOS PERCORRIDOS	DURAÇÃO DAS VIAGENS		
	Ida e volta	HORAS	Total Hora (10 meses)	Dias
CARRO	Terra Nova do Norte X Alta Floresta	5	50	2,1
CARRO	Novo Mundo X Alta Floresta	6	60	2,5
CARRO	Terra Nova do Norte X Alta Floresta	5	50	2,1
VAN	Peixoto de Azevedo X Alta Floresta	6	60	2,5
MOTO	Com. Monte Alegre X Alta Floresta	4	40	1,7
MOTO	Novo Mundo X Alta Floresta	6	60	2,5
CARRO	Nova Monte Verde X Alta Floresta	14	140	5,8
ÔNIBUS	Nova Bandeirantes X Alta Floresta	16	160	6,66667
VAN	Matupá X Alta Floresta	6	60	2,5
CARRO	Apicás X Alta Floresta	16	160	6,66667
MOTO	Com. Novo Mundo X Alta Floresta	5	50	2,08333
VAN	Itaúba X Alta Floresta	7	70	2,9
TOTAIS		264	2640	110,0

OBS.: Ressaltamos que os participantes dos mesmos municípios geralmente vinham no mesmo veículo: VAN ou CARRO da EMPAER ou até mesmo nos carros particulares.

▼ Centro de formação de Juína

Numero de participantes	Trecho percorrido	Distância percorrida em quilômetros ida/volta	Distância percorrida para frequência de 10 módulos	Horas de Viagens	Dias gastos
1	Assentamento Cotriguaçu-Juína	1.450 Km	14.500 Km	680	28,3
2	Juruena - Juína	540 Km	5.400 Km	280	11,6
4	Castanheira - Juína	600 Km	6.000 Km	470	19,6
5	Aldeias Erikbatsa	360 Km	3.600 Km	240	10
6	Comunidades rurais	2.200 Km	22.000 Km	976	40,6

Total da quilometragem dos participantes – 51.500 Km

3	Comunidades-Juína	Total horas de barco 150	Total dias 6,25
---	-------------------	--------------------------	-----------------

▼ Centro de formação de São Félix do Araguaia

Nº	Nome	Município	Local/sede (ida e volta)	Km/Total
1	Alberto Fernandes Aguiar	Novo Santo Antônio	420	4.200
2	Alcides Pereira da Silva	Novo Santo Antônio	420	4.200
3	Alcione Lourdes dos Santos Aidar	Canabrava do Norte	440	4.400
4	Altair Luiz Gonçalves	Barra do Garças	1.360	13.600
5	Aparecida A. de Castro Ribeiro	P,A, Dom Pedro - São Félix do Araguaia	260	2.600
6	Aparecida Barbosa da Silva	Confresa	500	5.000
7	Arlindo José Barbosa Filho	Alto Boa Vista	180	1.800
8	Benones Costa dos Santos	Novo Santo Antônio	420	4.200
9	Cleber Cardoso Silva	P,A, Dom Pedro - São Félix do Araguaia	260	2.600
10	Deorandes Thomaz Duarte	P,A, Dom Pedro - São Félix do Araguaia	260	2.600

Nº	Nome	Município	Local/sede (ida e volta)	Km/Total
11	Edivaldo de Souza Melo	Santa Cruz do Xingu	700	7.000
12	Edno Bezerra Lima	Serra Nova Dourada	300	3.000
13	Eleandro Mariani Ribeiro	Querência	880	8.800
14	Eliene Pereira Abreu Máximo	Alto Boa Vista	180	1.800
15	Elson Farias de Sousa	Serra Nova Dourada	300	3.000
16	Emanoel Martins da Silveira	São José do Xingu	580	5.800
17	Geroni Tavares de Souza	Canabrava do Norte	440	4.400
18	Gerson Alves dos Santos	São Félix do Araguaia	0	0
19	Gilberto Ribeiro Alencar	Luciara	200	2.000
20	Gilmar Barrura de Almeida	São Félix do Araguaia	0	0
21	Heleno Sebastião de Souza	P,A, Dom Pedro - São Félix do Araguaia	260	2.600
22	Ivalderina Barbosa da Silva	São Félix do Araguaia	0	0
23	Ivanir Antônio Gallo	Vila Rica	720	7.200
24	João Luiz da Silva Milhomem	São Félix do Araguaia	0	0
25	João Miranda da Silva	São José do Xingu	580	5.800
26	Jocélio Ribeiro de Brito	Serra Nova Dourada	300	3.000
27	Jorcelina Ferreira da Conceição	São Félix do Araguaia	0	0
28	José Carlos Alves de Abreu	São Félix do Araguaia	0	0
29	Josemi Souza Ramos	Canabrava do Norte	440	4.400
30	Joventino Borges Pereira	Canabrava do Norte	440	4.400
31	Luciana Silva dos Santos	Luciara	200	2.000
32	Manoel Sebastião de Sousa	P,A, Dom Pedro - São Félix do Araguaia	260	2.600
33	Marcílio da Silva	São Félix do Araguaia	0	0
34	Maria das Graças Rezende Alves	São Félix do Araguaia	0	0
35	Marlon Silva R. Pinto	Serra Nova Dourada	300	3.000
36	Matuzalém Pereira L. Milhomem	São Félix do Araguaia	0	0
37	Mauro José da Silva	P,A, Dom Pedro - São Félix do Araguaia	260	2.600
38	Michelina Siwela Karaja	São Félix do Araguaia	0	0
39	Nilva Batista da Silva	Brasília	2.560	25.600
40	Pedro Teixeira Noletto	Novo Santo Antônio	420	4.200
41	Raquel Fernandes Tavares Coelho	São Félix do Araguaia	0	0
42	Reinaldo Moraes da Silva	Confresa	500	5.000
43	Robson Edicarlos Silva	Vila Rica	720	7.200
44	Rodrigo Magno de Aquino Moyses	Confresa	500	5.000
45	Rosa Mônica C. de Ferreira	P,A, Dom Pedro - São Félix do Araguaia	260	2.600
46	Sabrina Rodrigues Silva	Brasília	2560	25.600
47	Samuel Yriwana Karajá	São Félix do Araguaia	0	0
48	Sandro de Castro Martins	Querência	880	8.800
49	Taiguara dos Santos Pereira	Porto Alegre do Norte	440	4.400
50	Terezinha Bela Firmino	Novo Santo Antonio	420	4.200
51	Thais Rezende Reindel	São Félix do Araguaia	0	0
52	Uelliton Lopes Cardoso	Querência	880	8.800
53	Valdiva de Oliveira e Silva	Confresa	500	5.000
54	Vera Lúcia Salvador Araújo	P,A, Dom Pedro - São Félix do Araguaia	260	2.600
Total da quilometragem percorrida pelos participantes, exceto os que vieram de fora da região grifados em amarelo e moradores da cidade de São Félix do Araguaia.			162.800	

PARÁ

▼ Centro de Formação de Santarém - Região Baixo Amazonas

Meio de Transporte	TRECHOS PERCORRIDOS				DURAÇÃO DAS VIAGENS		
	Ida	Horas de Viagens	Volta	Horas de Viagens	Total Horas	Total horas (10 meses)	Dias
Barco	Almeirim X Santarém **	24	Santarém X Almeirim *	22	46	460	19,2
Barco	Prainha X Santarém **	15	Santarém X Prainha *	13	28	280	11,7
Barco	Monte Alegre X Santarém **	8	Santarém X Monte Alegre *	6	14	140	5,8
Barco	Alenquer X Santarém *	5	Santarém X Alenquer **	6,5	11,5	115	4,8
Barco	Curuá X Santarém	7	Santarém X Curuá	7	14	140	5,8
Barco	Óbidos X Santarém *	7	Santarém X Óbidos **	8	15	150	6,3
Barco	Oriximiná X Santarém *	11	Santarém X Oriximiná **	12	23	230	9,6
Barco	Juruti X Santarém *	18	Santarém X Juruti **	20	38	380	15,8
Barco	Terra Santa X Santarém *	23	Santarém X Terra Santa **	25	48	480	20,0
Barco	Lago Grande X Santarém	8	Santarém X Lago Grande	8	16	160	6,7
Barco	Faro X Santarém *	25	Santarém X Faro **	28	53	530	22,0
Ônibus	Belterra X Santarém	2	Santarém X Belterra	2	4	40	1,7
Totais		153		157,5	310,5	3.105	129,3

* DESCENDO RIO

** SUBINDO RIO

▼ Centro de Formação de Itaituba

Nº	Nome	Município	Local/Sede /Km (ida e volta)	Km/Total
1	Egídio Alves Sampaio	Rurópolis	356	3.560
2	Roberto Costa Veloso	Aveiro	160	1.600
3	Francisco Neto dos Santos Oliveira	Trairão	160	1.600
4	José Jocenildo Pereira de Castro	Itaituba	60	600
5	Ruberval Veloso Campos	Itaituba	110	1.110
6	Maria Madalena A. de Oliveira	Itaituba	80	800
7	Geraldo Lira de Oliveira	Itaituba	60	600
8	Ailton Burmann	Placas	200	2.000
9	Veridiano P. de Castro	Itaituba	60	600
10	Nelson F. Alves da Silva	Aveiro	160	1.600
11	Vera Lucia Khizoni	Itaituba	60	600
12	Jurandir Alves da Silva	Itaituba	60	600
13	Claudionor Silva Oliveira	Itaituba	100	1.000
14	Fagner Soares de Lima	Rurópolis	356	3.560
15	Audirene Pereira da Silva	Itaituba	70	700
16	Adão Gonçalves Araujo	Itaituba	110	1.100
17	Geraldo Biesek	Aveiro	160	1.600
Total Geral				25.420

▼ Centro de formação de Altamira

Meio de transporte	Ida e Volta	Horas de Viagens	Total Hora (10 meses)	Dias
Carro	Pacajá x Altamira	12	120	5,0
Carro	Anapu x Altamira	10	100	4,2
Barco e Carro	Porto de Moz x Altamira	24	240	10,0
Barco e Carro	Senador a Altamira	6	60	2,5
Carro	Vitória do Xingu x Altamira	4	40	1,7
Carro	Brasil Novo x Altamira	2	20	0,8
Carro	Medicilândia x Altamira	4	40	1,7
Carro	Placas x Altamira	16	160	6,7
Carro	Zona Rural de Altamira x Altamira	4	40	1,7
TOTAIS			820	34,2
Total km percorridos		Km 49.200		

▼ Centro de formação de Belém

Nome	Município	Instituição	Distância Percorrida Km
Anderson de N. Coimbra	Salinópolis	Agricultor indicado pela Fanep	5.000
Carlos Nazareno dos Santos	Tracuateua	Agricultor indicado pela Fanep	5.200
Dhne Maria Pereira da Silva	Tracuateua	Ong	5.200
Elder Luis dias Serra	Cachoeira do Arari	Fetagri	20 dias - barco
Eliane Mendes Leão	Vigia	Agricultor da Ass. Agrop. de Vigia	3.600
Elizabete Gomes Ferreira	Maracanã	STR Maracanã	3.000
Florisvaldo Freitas Martins	Igarapé-Mirim	Fetagri	3.700
Gerson Guimarães Campos	Bélem	STR Local	600
Helena Ferreira da Cruz	Cametá	Fetagri	13.000
João de Oliveira Coutinho - Dandão	Garrafão do Norte	Proj. Manejo de Capoeira – Embrapa	6.600
José Amilton Reis de Carvalho	Santarém Novo	Ass. de Peq. Agric. de Santo Antônio	4.000
José Lailson Ribeiro dos Santos	Bragança	Proj Manejo de Capoeira – Embrapa	5.400
Jurandir Santa Brígida Sales	Maracanã	STR Maracanã	3.000
Leonice Carvalho de Oliveira	Belterra	STR Belterra	50 dias - barco
Luciano Melo Braga	Igarapé-Açu	Tipitamba -Embrapa	2.800
Mauricildo Lopes Soares	Vigia	Agricultor da Ass. Agrop. de Vigia	3.000
Milena Pimentel de Brito	Santarém Novo	Ass. dos Prod. Rurais do Livramento	4.000
Olacir Martins de Jesus	Ourilândia do Norte	Fetagri	19.500
Rudá Galileu Silva Lima	Marabá	Fetagri	11.000
Firmino Freitas da Silva	Ourilândia do Norte	Fetagri	19.500

Observações: consideramos somente as lideranças comunitárias, pois os técnicos do Centro de Formação de Belem eram da própria Belém)

Total em Km 118.100 (cento e dezoito mil e cem quilômetros podemos comparar com quase 3 voltas em torno do planeta) + 70 dias de barco



AMAZÔNIA SEM FOGO

ANEXOS

Anexo 1

Instituições parceiras que apoiaram com Coordenação Local e com a locação da sede dos Centros de Formação em cada Pólo:

Pólo de São Félix do Araguaia – MT

Coordenação Local:

Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA)

Av. Dr. José Fragelli, 1.050 – Vila Nova
CEP: 78.670-000 São Félix do Araguaia – MT
Coordenadores: Antonio Tadeu M. Escame,
Jorcelina Conceição

Sede do Centro de Formação:

Centro Comunitário da Prelazia de São Félix do Araguaia

Avenida Araguaia, nº 50 - Centro
CEP: 78670-000 São Félix do Araguaia – MT
Responsável: Pe. Paulo Gabriel Lopez Blanco

Pólo de Juína – MT

Coordenação Local:

Associação Agro-sócio-ambiental (AASA)

Av. Arapongas, 105 – Módulo 04
CEP: 78.320-000 Juína – MT
Coordenadora: Katia Gobatti Calça

Sede do Centro de Formação:

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Rua das Dálías, 300 - Módulo 04
CEP: 78320-000 - Juína-MT
Responsável: Ivani Dalla Vale

Pólo de Alta Floresta – MT

Coordenação Local:

Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (IFPDS)

Av. Ariosto da Riva, nº 3.413 - Centro
Alta Floresta - MT / CEP: 78580-000
Coordenador: Marcos Roberto Tiso

Sede do Centro de Formação:

Fundação Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

Av. Ariosto da Riva, 3.075 – Centro
CEP: 78.580-000 Alta Floresta – MT

Responsável: Marco Antônio Camillo de Carvalho

Pólo de Belém – PA

Coordenação Local:

Rede de Proteção ao Homem da Amazônia (MAHIRA)

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal
CEP: 66055-080 Belém – PA
Coordenadores: José Virgílio de Oliveira Moura (MAHIRA), Arthur Gustavo de Figueiredo Costa (FASE)

Sede do Centro de Formação:

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará – IDEFLOR

R. Boaventura da Silva, 1.591 – Umarizal
CEP: 66.060-060 Belém – PA
Responsável: Raimunda Monteiro

Polo de Santarém – PA

Coordenação Local:

Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas – CEFTBAM

Trav. Raimundo Fona, 608 – Liberdade
CEP: 68.040-260 Santarém – PA
Coordenadores: Sandra Ferreira, Raimundo Tarcísio Feitosa Maia, Venilson José Taveira da Silva (Presidente CEFTBAM)

Sede do Centro de Formação:

Escola da Floresta / Secretaria Municipal de Educação de Santarém

Endereço da Escola: Rodovia Dr. Everaldo Martins, Km 26 - Comunidade Carananzal
Secretária de Educação: Raimunda Lucineide Gonçalves Pinheiro
Coordenadora da Escola da Floresta: Clarice Rebelo Silva

Polo de Itaituba – PA

Coordenação Local:

Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163
Rod. Transamazônica, Km 30 – Distrito Campo Verde / Cx.p.: 32
CEP: 68.181-970 Itaituba – PA
Coordenador: João Gerdal Paiva Diniz Júnior
Responsável: Pe. Arno

Sede do Centro de Formação:

Escola Agrícola
Rodov: Transamazônica Km 7 s/nº

Pólo de Altamira – PA

Coordenação Local e Sede do Centro de Formação:

Fundação Viver, Produzir e Preservar
R. Anchieta, 2.092 – Centro
CEP: 68.371-190 Altamira – PA

Coordenadores: Márcia Nascimento Castro, Ana Paula dos Santos Souza,

Rio Branco – AC

Coordenação Local:

Patcha Mama, Associação Mapinguari
Conjunto Solar II, Quadra 12, casa 04. Vila Ivonete
CEP: 69914-500 Rio Branco – AC
Coordenadora: Roberta Soares Borges

Sede do Centro de Formação:

Escola da Floresta Roberval Cardoso
Instituto de Desenvolvimento da Educação
Profissional Dom Moacyr Grechi
Av. Nações Unidas, 1.068 – Bosque
CEP: 69.907-520 Rio Branco – AC
Responsável: Irailton Lima



Rio Juruena – MT

Anexo 2

Municípios onde foram realizados os protocolos, por Pólo:

Região Norte – Baixo Amazonas

PÓLO SANTARÉM – PA:

Alenquer; Almeirim; Aveiro; Belterra; Curuá; Juruti; Monte Alegre; Óbidos; Oriximiná; Prainha; Santarém; Terra Santa.

Território da BR-163

PÓLO ITAITUBA – PA:

Itaituba; Jacareacanga; Novo Progresso; Rurópolis; Trairão.

Municípios da Transamazônica e Médio Xingu

PÓLO ALTAMIRA – PA:

Altamira.

Região Norte

PÓLO BELÉM – PA:

Bragança; Cametá; Garrafão do Norte; Salinópolis; Vigia.

Território Portal da Amazônia

PÓLO ALTA FLORESTA – MT:

Alta Floresta; Apicás; Carlinda; Colíder; Guarantã do Norte; Itaúba; Nova Monte Verde; Marcelândia; Matupá; Nova Bandeirantes; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Novo Mundo; Paranaíta; Peixoto de Azevedo; Santa Helena; Terra Nova do Norte.

Região Noroeste

PÓLO JUÍNA – MT:

Castanheira; Cotriguaçu; Juína; Juruena; Regional Indígena (com representantes das etnias: Rikbaktsa, Apicá, Kayabi, Cinta Larga, Kaiapó, Bakairi, Arara).

Território do Araguaia

PÓLO SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT:

Alto Boa Vista; Bom Jesus do Araguaia; Cana Brava do Norte; Confresa; Luciara; Novo Santo Antônio; Porto Alegre do Norte; Querência; Ribeirão Cascalheira; Santa Terezinha; São Félix do Araguaia; Serra Nova Dourada; Vila Rica.

Alto e Baixo Acre

PÓLO RIO BRANCO – AC:

Bujari; Capixaba; Plácido de Castro; Rio Branco.

“A prevenção no uso do fogo é o fio condutor do trabalho de negociação de futuros protocolos de intenção, em que haja consenso global entre os atores locais, colaborando também como uma forma de Educação Ambiental”.

Marilia Carnhelutti



Cerimônia de assinatura do protocolo municipal de Santarém – PA

PROTOCOLOS MUNICIPAIS





9



10



11



12



13



14



15

Presença das instituições e da comunidade nos protocolos:
 1 e 8) Regional indígena, aldeia Primavera
 2 e 7) Itaituba – PA
 3) Plácido de Castro – AC
 4) Santarém
 5) Vigia – PA
 6) São Félix do Araguaia – MT
 9, 10 e 11) Guarantã do Norte – MT
 12) Cametá – PA
 13) Peixoto de Azevedo
 14) Senador Guimard – AC
 15) Itaúba – MT

Anexo 3

Informações dos módulos e memória das Oficinas

Abaixo segue a apresentação resumida dos Módulos:

Módulo 1 – Desenvolvimento sustentável e legislação ambiental

INSTRUTOR E FORMAÇÃO:

João Paulo Rocha de Miranda

Especialista em direito ambiental e desenvolvimento sustentável (FESMP-MT/ UNIC);

Especialista em sociedade e desenvolvimento regional (UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso);

Pós-graduado em direito ambiental e políticas públicas (UFPA – Universidade Federal do Pará);

Pós-graduado em direito ambiental (IIEB / MOORE FOUNDATION);

Graduado em direito (UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso);

Zootecnista (UFSM – Universidade Federal de Santa Maria).

ASSUNTOS ABORDADOS:

- Contextualização da problemática ambiental na Amazônia legal brasileira;
- Relação entre queimadas e aquecimento global;
- Legislação sobre as queimadas;
- Desenvolvimento sustentável;
- Princípios do direito ambiental;
- Relação entre soberania e princípio da cooperação;
- Estado ambiental de direito;
- Direitos de terceira geração;
- Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA;
- Competências comuns e concorrentes em matéria ambiental;
- Poder de polícia ambiental;
- Licenciamento ambiental;
- Estudo de impacto ambiental;
- Audiência pública;
- Espaços territoriais especialmente protegidos;
- Sistema nacional de unidades de conservação;
- Unidades de conservação;
- Áreas de preservação permanente;
- Reserva legal;
- Terras indígenas;

- Terreno de marinha e acrescidos;
- Terrenos marginais;
- Áreas tombadas;
- Instrumentos jurídicos de proteção ambiental:
- Ações civil pública e popular ambiental;
- Mandados de segurança e de injunção.

CARGA HORÁRIA: 24 horas

Módulo 2 – Educação Ambiental

INSTRUTORES E FORMAÇÃO:

Fabiana Mongeli Peneireiro

Consultora;

Mestre em ciências florestais (ESALQ/USP – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz / Universidade de São Paulo);

Engenheira-agrônoma (ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz / Universidade de São Paulo).

Julio César Magalhães de Almeida

Consultor

Educador popular

Geógrafo e geólogo (UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto / UnB – Universidade de Brasília)

ASSUNTOS ABORDADOS

- Sensibilização para as questões socioambientais (aspectos socioculturais, políticos, econômicos, ambientais);
- Desenvolvimento sustentável;
- Articulação e integração dos Módulos do Programa;
- Postura e papel do multiplicador / extensionista;
- Métodos participativos e lúdicos em educação ambiental: dinâmicas, músicas, acordos, trabalhos em grupo com perguntas orientadoras, visualização em tarjetas;
- Interlocução e articulação com instituições locais no apoio a iniciativas de educação;
- A práxis reflexiva como método de aprendizagem;

- Técnicas de fotografia;
- Como construir uma notícia;
- Educomunicação (abordagem conceitual, técnica e prática);
- rádio;
- texto escrito (jornal, site);
- poesia;
- radionovela;
- teatro;
- blog;
- roteiro para TV;
- vídeo.
- Projeto político pedagógico do Centro de Formação;
- Projetos de ação coletiva.

CARGA HORÁRIA: 24 horas

Módulo 3 – Metodologia Participativa para a Definição de Políticas Públicas: Protocolos Municipais – Um Instrumento para Ação Local na Amazônia

INSTRUTOR E FORMAÇÃO

Marília Carnhelutti

Especialista em Educação Ambiental para a Conservação da Amazônia Norte Mato-Grossense (UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso);
Aperfeiçoamento em Educação Ambiental (UNB - Universidade de Brasília / Decanato de Extensão);
Pós-graduada em Direito Ambiental e Políticas Públicas (UFPA – Universidade Federal do Pará);
Graduada em Licenciatura Plena em Matemática (UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso).

ASSUNTOS ABORDADOS

- Conceito e formulação de Políticas públicas;
- Principais políticas públicas federais, estaduais e municipais na prevenção e alternativas ao uso do fogo;
- Dinâmica e impactos das queimadas na Floresta Amazônica;
- Contextualização da utilização do fogo e as consequências das queimadas em nível local;
- Competência Municipal e a descentralização da gestão ambiental;

- Legislação ambiental quanto ao uso do fogo (Código Florestal);
- Conselhos Municipais de Meio Ambiente;
- Protocolos Municipais de Prevenção e Alternativas ao uso do Fogo;
- Quais ações que pode conter um Protocolo Municipal: a experiência do Programa “Fogo: emergência crônica”;
- Instrumentos de prevenção ao fogo: brigadas comunitárias, brigadas municipais e brigadas parques;
- Definição do período de queimadas;
- Compromissos assumidos pelas comunidades no Protocolo;
- Elaboração do documento do Protocolo.

CARGA HORÁRIA: 24 horas

Módulo 4 – Prevenção e Combate ao Fogo

INSTRUTORES E FORMAÇÃO

COORDENADORES:

Fabiola Siqueira de Lacerda

Gabriel Constantino Zacharias

Tenente Coronel Jodir Cezar Menezes

Tenente Coronel Marco Aurélio Vieira

1ª Tenente Maria Luiza Spinelli Parca Tedeschi

Lara Steil

FORMADORES:

Amarílio Coutinho Fernandes

Augusto Avelino de Araújo Lima

Fabrcio Ribeiro de Castro

Frederico Drummond Martins

Gabriel Cardoso Borges

Gabriel Constantino Zacharias

Ivanildo Barbosa de Farias

Lara Steil

Marcus Cantuário Salim

Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo/Ibama, em parceria com o Corpo de Bombeiros do DF

ASSUNTOS ABORDADOS

- Legislação aplicada ao tema fogo e necessidades para a solicitação de autorização de queima;
- O uso do fogo e seus impactos;
- Noções de comportamento do fogo;
- Noções de combate a incêndios florestais;

- Noções de segurança no uso de ferramentas e na realização de queimas e técnicas para a realização da queima controlada;
- Técnicas de abertura de aceiros: método progressivo funcional e o método rotativo.
- Técnicas de queima (queima frontal, retrocesso, circular simples, circular com concentração de calor, por focos, por faixas, em U, e em L) e rescaldo, vigilância e desmobilização.
- Particularidades das técnicas de queima em relação à velocidade, que influencia a quantidade de combustível que será queimado, danos causados ao solo e à fauna e maior ou menor segurança;
- Vantagens e desvantagens dos métodos apresentados.

CARGA HORÁRIA: 24 horas – 8 h teórica e 16h prática

Módulo 5 – Técnicas de Manejo Integral da Propriedade Rural para o Incremento da Economia Familiar

INSTRUTOR E FORMAÇÃO

Júlio César Santin

Professor de Gestão Ambiental e Administração Rural no Curso de Administração de Empresas na UNIFLOR – União das Faculdades de Alta Floresta – Guarantã do Norte – MT
 Pós-graduado em Didática de ensino Superior (Instituto Varzeagrandense de Ensino Superior)
 Pós-Graduando em Gestão Empresarial (UNIFLOR)
 Engenheiro-agrônomo – EARTH (Escuela de Agricultura de La Región Tropical Humeda) Costa Rica, América Central.
 Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Guarantã do Norte, MT.

ASSUNTOS ABORDADOS

- Diversificação e integração da propriedade numa perspectiva agroecológica;
- O uso do veneno e suas conseqüências para o meio ambiente e os seres humanos;
- Tipos de propriedades (tradicional com monoculturas, diversificada, integrada e a relação entre elas);
- Solo (evolução e destruição pela utilização do homem, produtividade, fertilidade, cadeia alimentar);

- Valorização dos insumos internos da propriedade e do uso dos recursos locais;
- Controle de pragas e doenças;
- Preparo de produtos alternativos para o controle de pragas e doenças;
- Produção de diferentes tipos de adubos orgânicos;
- Técnicas de manejo para integração produtiva de uma propriedade;
- Experiências e técnicas de produção (integração, pasto, sistemas agroflorestais);
- Abordagem de técnicas de forma articulada com outros Módulos do Programa (como o Módulo 7: manejo de pastagem e Módulo 6: recuperação de solos e sistemas agroflorestais).

CARGA HORÁRIA: 24 horas

Módulo 6 – Recuperação de Solos Degradados e Sistemas Agroflorestais

INSTRUTOR E FORMAÇÃO

Clovis Brasileiro Franco

Engenheiro-agrônomo (UFBA – Universidade Federal da Bahia).

ASSUNTOS ABORDADOS

- Sensibilização para a possibilidade de interferência na inclusão de alternativas sustentáveis de produção, aplicáveis para a Região Amazônica;
- Contextualização da produção rural na Amazônia brasileira e os impactos sobre o meio ambiente;
- Dificuldades comuns para adoção de técnicas de recuperação de solos na Amazônia;
- Desafios para introdução de técnicas de recuperação de solos;
- Informações técnicas sobre solos degradados;
- Técnicas de reconhecimento dos solos degradados;
- Efeitos do uso do fogo sobre os solos;
- O uso de leguminosas para proteção e recuperação de solos;
- Informações técnicas sobre a leguminosa mucuna preta e relato de experiências de seu uso no Estado do Acre;
- Registros fotográficos dos processos de recuperação com o uso de leguminosas;

- Dificuldades apontadas por produtores e contornadas com o uso da leguminosa mucuna preta;
- Informações técnicas sobre sistemas agroflorestais;
- Etapas na implantação de sistemas agroflorestais;
- Elaboração de projetos técnicos de recuperação de solos e sistemas agroflorestais;
- Abordagem de técnicas de forma articulada com outros Módulos do Programa (como o Módulo 7: manejo de pastagem, e Módulo 1: desenvolvimento sustentável e legislação ambiental).

CARGA HORÁRIA: 24 horas

Módulo 7 – Técnicas para o manejo e o melhoramento das pastagens

INSTRUTOR E FORMAÇÃO

Jurandir Melado

Professor na UFMT (aposentado)
Engenheiro-agrônomo – Consultor em Manejo Sustentável de Pastagens.

ASSUNTOS ABORDADOS

- Causas da baixa produtividade média das pastagens brasileiras e as condicionantes que têm levado as pastagens à degradação;
- Malefícios do uso do fogo nas pastagens;
- Contribuição do desmatamento e das pastagens degradadas no processo de aquecimento global e como reverter o quadro com o uso do Manejo Racional das pastagens (Pastoreio Voisin e a Pastagem Ecológica);
- Tecnologias para elevar significativamente a produtividade das pastagens e promover a recuperação natural das pastagens degradadas, tornando-as sustentáveis: Pastoreio Racional Voisin e Pastagem Ecológica;
- Fundamentos e normas operacionais do Pastoreio Racional Voisin e da Pastagem Ecológica;
- Principais benefícios alcançados com o uso do Pastoreio Racional e da Pastagem Ecológica:
 - Aumento da produtividade da pastagem: mais animais na mesma área;
 - Recuperação natural de pastagens degradadas;

- Aumento progressivo da fertilidade do solo, sem adubações químicas;
- Melhoria das condições ambientais e de conforto para o gado, com a arborização das pastagens e a diversidade de forrageiras;
- Diminuição do uso de insumos em geral e de suplementos alimentares e medicamentos para o gado;
- Aumento do nível de sustentabilidade e rentabilidade da propriedade;
- Sequestro de carbono atmosférico.
- Cercas elétricas: fundamentos e vantagens, em relação à cerca convencional;
- Cerca elétrica padrão Fazenda Ecológica:
 - Materiais e equipamentos usados na instalação da cerca elétrica;
 - Particularidades: elementos e ferramentas exclusivos que facilitam a implantação, o uso e a manutenção da cerca elétrica;
 - Normas de implantação, uso e manutenção da cerca elétrica.

CARGA HORÁRIA: 24 horas – 8h de abordagem teórica e apresentação de exemplos, e 16h de prática em campo.

Módulo 8 – Valor da Floresta e alternativas à utilização de resíduos florestais

INSTRUTOR E FORMAÇÃO

José Virgílio de Oliveira Moura

Eco-designer

ASSUNTOS ABORDADOS

- História do uso das florestas brasileiras na construção do Brasil;
- O impacto das políticas públicas para o desmatamento das florestas no Brasil;
- Sensibilização para o valor da floresta em pé;
- Valorização das iniciativas locais de aproveitamento de resíduos florestais e ou madeireiros
- Estudo de caso de Tucuruí: exemplos de confecção de pequenos objetos a partir do uso de resíduos de madeira, que anteriormente eram destinados à carvoaria ou que não tinham nenhuma utilidade;
- Técnicas de confecção de objetos de madeira.

CARGA HORÁRIA: 24 horas

Módulo 9 – Manejo florestal sustentável e gestão de florestas públicas

INSTRUTORES E FORMAÇÃO

Karla Oliveira

Técnica do Serviço Florestal Brasileiro
Engenheira-florestal (UnB – Universidade de Brasília)

Cristina Galvão

Técnica do Serviço Florestal Brasileiro –
CENAFLO
Mestre em Ciências Biológicas – área de
concentração: Ciência de Florestas Tropicais
(Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia -
INPA)
Engenheira Florestal (ESALQ – Escola Superior
de Agricultura Luiz de Queiroz / Universidade
de São Paulo).

ASSUNTOS ABORDADOS

- Sensibilização para a importância da floresta em pé para o agricultor familiar;
- O manejo florestal como atividade produtiva no contexto do desenvolvimento sustentável da Amazônia;
- Aspectos técnicos da execução de um Plano de Manejo;
- Técnicas operacionais do manejo florestal de impacto reduzido;
- Princípios e técnicas voltadas para exploração de produtos madeireiros: planejamento, exploração, corte, abate e arraste;
- Lei de Gestão de Florestas Públicas e Gestão Florestal Federal;
- Concessão florestal;
- Manejo Florestal Comunitário.

CARGA HORÁRIA: 24 horas – 16h teórica e 8h prática

Módulo 10 – Avaliação, sistematização e consolidação do Programa Amazônia sem Fogo

INSTRUTORES E FORMAÇÃO

Karla Oliveira

Cristina Galvão

José Virgílio de Oliveira Moura

Jurandir Melado

Clovis Brasileiro Franco

Júlio César Santin

Marília Carnhelutti

João Paulo Rocha de Miranda

ASSUNTOS ABORDADOS

- Sistematização das experiências vivenciadas durante o Programa: a linha do tempo; principais aprendizados;
- Avaliação com o uso de indicadores;
- Encaminhamento das Propostas de Ação Coletiva;
- Encaminhamento para conclusão dos Protocolos;
- Encaminhamentos para a consolidação do Centro de Formação;
- Contribuições para a elaboração de uma publicação sobre o Programa;
- Encerramento;
- Confraternização.

CARGA HORÁRIA: 24 horas

Memória das Oficinas

A seguir, com a colaboração dos facilitadores, apresenta-se a memória das Oficinas de cada Módulo, com alguns detalhes que aconteceram em cada Pólo:

Módulo 1 - Desenvolvimento sustentável e legislação ambiental

“Se o homem, por vezes, não tentasse o impossível, não teria alcançado o possível”.

Max Weber

Neste módulo foram abordados os princípios do direito ambiental, os quais não regem apenas as normas e a ciência jurídica, mas, também diversas outras questões ambientais, como o desenvolvimento regional, e as políticas públicas, por exemplo.

Foi destacado o princípio do desenvolvimento sustentável, uma vez que constitui o alicerce de toda a teoria política contemporânea de salvaguarda do meio ambiente, inclusive da concepção do Estado Ambiental de Direito, teoria esta que prevê um Estado que é, ao mesmo tempo, democrático, social e ambiental, sendo assentado nos princípios do direito ambiental, o qual surge à luz da reconciliação do ser humano com a natureza e consigo mesmo.



Oficina de desenvolvimento sustentável e legislação ambiental – MT

Este processo se dá através da conscientização de que os recursos ambientais são finitos e esgotáveis se não forem cuidados. Desta forma, não só o Poder Público, mas também a coletividade, assumem o direito-dever de preservarem o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Esta responsabilidade, porém, não surge do altruísmo humano, mas de seu instinto de sobrevivência, aguçado pela inexorável constatação de que o planeta e a humanidade encontram-se ameaçados pelas próprias atitudes humanas.

Desta forma, este módulo não teve a finalidade de formar nenhum especialista na matéria, mas foi planejado com a função precípua de subsidiar cada aluno, seja agricultor, liderança comunitária, ou técnico, com informações úteis e contextualizadas ao seu cotidiano e à sua realidade. Assim, com uma metodologia alternando exposições, dinâmicas de grupo e debates, almejou-se não apenas capacitar, mas formar multiplicadores comprometidos na defesa e preservação do meio ambiente, enquanto bem coletivo e essencial à sadia qualidade de vida.

Contudo, a unidade em questão não se limitou a tratar do desenvolvimento sustentável, mas também de questões práticas e atuais, presentes na vida de todos que habitam nos rincões da Amazônia brasileira. Entre estas, destacamos o direito de propriedade frente aos direitos difusos, a gestão ambiental, o licenciamento ambiental, instrumentos jurídicos de proteção do meio ambiente e da cidadania, bem como os espaços territoriais especialmente protegidos, com destaque para as áreas de preservação

permanente e a reserva legal, esta última, causa de grande parte dos atuais conflitos agroambientais.

Os conteúdos trabalhados foram: a contextualização, os princípios do direito ambiental, o Estado ambiental de direito, como um processo em curso, gestão ambiental, licenciamento ambiental, direitos de terceira geração, instrumentos jurídicos e sociais de tutela do meio ambiente, reserva legal, áreas de preservação permanente, unidades de conservação e demais espécies de terras especialmente protegidas.

Além dos conteúdos abordados, o módulo gerou uma grande aproximação entre as lideranças comunitárias e os técnicos. Sem falar no Ministério Público, que participou de todas as oficinas, criando um canal com este órgão, integrando a coletividade com o poder público na tutela do meio ambiente.

Diante da alternância dos métodos didático-pedagógicos entre exposições, debates, estudos de casos locais, vídeos, dinâmicas de grupo e exposições das instituições locais, os participantes declararam que, apesar de acharem de antemão que o Módulo 1 seria enfadonho, perceberam a pertinência do tema, que se tornou interessante devido à abordagem sócio-ambiental, ao se trabalhar conflitos reais e aplicações no cotidiano. Além disso, comentaram que o tratado da legislação não utilizou jargões jurídicos, mas uma linguagem acessível para o público. Tais fatos ficaram patentes nas avaliações dos participantes, as quais são brevemente resumidas pelos respectivos pólos:

No **Acre - AC** houve a participação da Dra. Meri Cristina Amaral, promotora de Defesa do Meio Ambiente. O que foi avaliado, de forma extre-



Módulo de desenvolvimento sustentável e legislação ambiental, palestra da Promotora Dra. Audrey Thomaz Ility. Centro de formação de Alta Floresta – MT

mamente positiva, como uma oportunidade dos participantes perceberem que podem ter acesso ao poder público e que não estão sozinhos na defesa do meio ambiente, bem como de debaterem sobre a audiência pública da usina de álcool verde.

Em **Alta Floresta - MT** houve a participação da promotora Dra. Audrey Thomaz Ility, representando o Ministério Público. Além disso, o participante Marcos Roberto Bernardi, do município de Apiacás, transmitiu sua experiência sobre os procedimentos e trâmites para adquirir o Licenciamento Ambiental Único.

Em **Belém - PA**, com a aproximação com o Ministério Público, mediante a palestra com o Dr. Raimundo Moraes, promotor público, foi despertada a questão da ilegalidade e a possibilidade de fazerem denúncias, o qual mostrou como todos podem, de alguma forma, ser mais responsáveis por suas comunidades, sabendo fazer denúncias, estimulando todos a fiscalizar as ações predatórias de outras propriedades. Os participantes comentaram que, com os conhecimentos adquiridos nesse Módulo, foi possível uma comunidade elaborar com a prefeitura local um acordo de queima comunitária.

Em **Altamira - PA** também houve a participação do Ministério Público, representado pelo Dr. Eduardo, sendo que o debate se concentrou nas questões relacionadas ao fogo, às matas ciliares e nascentes, bem como as questões ambientais urbanas.

Em **Itaituba - PA** foi marcante o trabalho de grupo sobre a simulação da audiência pública da hidrelétrica do rio Tapajós.

Em **Juína - MT**, esse foi o módulo que abriu o Programa, e teve o brilho do grupo de dança de rua. Foi bastante acalorada a discussão sobre o decreto 6321, evidenciando como um dos temas mais polêmico da região. Além disso, a integração dos líderes comunitários com os técnicos, já no primeiro módulo, gerou a formação de brigadas comunitárias contra incêndios pelo IBAMA, que ainda visitou a propriedade de vários participantes do projeto, mas não com finalidade repressora, mas contributiva e informativa.

Em **Santarém - PA** o grupo percebeu a fragilidade e subjetividade da legislação ambiental e as discussões durante a execução do módulo possibilitaram se pensar na continuidade do programa.

Desta forma, em geral, os participantes acharam o módulo muito bom, e consideraram que o formador tem grande domínio do conteúdo, bom senso de humor, e utilizou uma metodologia bastante adequada, com destaque para a presença de palestrantes convidados (promotores) e a promoção de debate no grupo, valorizando os temas. Ressaltaram também a riqueza do material didático.

Segundo os participantes, esse módulo disponibilizou informações importantes que no dia-a-dia as pessoas não teriam, por exemplo, passaram a conhecer sobre as leis ambientais e por que se deve respeitá-las, as leis sobre a subsistência familiar, leis que garantem a vida da Amazônia, a importância das matas ciliares e de se respeitar os rios, igarapés e nascentes... e já estão passando essas informações para outras pessoas, no sindicato, por exemplo. Apontaram ainda que esse módulo demonstrou a grande importância do Programa para a região; que a lei defende o meio ambiente e os direitos coletivos; contribuiu para esclarecer pontos polêmicos acerca da legislação ambiental e especialmente no esclarecimento destas leis ambientais e sobre o fogo. Percebeu-se que é importante conhecer as leis, se quisermos viver em conformidade e trabalhar na propriedade dentro da legalidade, mesmo que seu cumprimento seja, por vezes, difícil.

Módulo 2 – Educação Ambiental

*“Ninguém ignora tudo.
Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos algumas coisas.
Todos nós ignoramos algumas coisas.
Por isso, aprendemos sempre”.*

Paulo Freire

A abordagem desse Módulo foi que a própria metodologia adotada pudesse ser uma oportunidade de aprendizagem quanto à forma de se trabalhar participativamente, envolvendo a todos, estimulando o diálogo e a reflexão sobre a realidade e a desenvolverem o seu potencial criativo. A metodologia utilizada foi bastante variada, o que fez com que o Módulo fosse dinâmico e propiciasse reflexão e interação entre todos. Utilizou-se, para isso, estratégias como: trabalhos em grupos a partir de perguntas de estímulo, metas objetivas e orientações, com posterior apresentação dos trabalhos e debate; palestras interativas com apresentação em datashow; materiais didáticos como audiovisual com fotos e som; vídeo; atividade prática de plantio; dinâmicas de grupo para concentração e descontração; músicas para sensibilização e reflexão; uso de tarjetas para visualização em planejamento (Metaplan); registro escrito a partir de perguntas abertas e diálogo.

As Oficinas de Educação Ambiental iniciavam recebendo os participantes com a Canção dos Herdeiros, de Arlindo Moniz, gravado por Pena

Branca. Logo em seguida, o grupo era provocado com uma pergunta visualizada na parede: “Que pergunta você traz para esse Módulo?”. Todos escreviam sua pergunta, em papel, que era fixado em mural, logo após a apresentação pessoal, ficando visível durante todo o Módulo. Esse é um exemplo que tem tudo a ver com educação ambiental: afinar a ação educativa com as expectativas dos participantes e dialogar com as questões de seu interesse durante o desenrolar da atividade (no caso, da Oficina). Em seguida, foi feito um acordo de convivência, registrado em papel, visível durante todo o trabalho, quanto aos horários e os comportamentos esperados, para que os três dias em que estaríamos juntos fluíssem da melhor maneira possível. E então foram apresentados os objetivos da Oficina e a sua programação.

Uma das atividades desenvolvidas durante a Oficina tratou de sensibilização para a educação ambiental, a partir de um audiovisual, com imagens a um ritmo compassado, terminando com reflexão em grupos a partir de perguntas dirigidas. Cada grupo apresentava suas considerações e concluímos que educação ambiental tem a ver com a forma como cuidamos do nosso planeta, da nossa casa, de nós mesmos e dos nossos semelhantes. Esse é um exemplo de atividade que parte da problematização da realidade, propicia reflexão crítica e a proposição de alternativas para a transformação da sociedade de forma responsável para a manutenção da vida, com justiça social. A Educação Ambiental parte dos princípios de que transformar a realidade é possível e que



Módulo de educação ambiental. Centro de formação de Belém – PA

cada um de nós pode contribuir na construção de sociedades mais sustentáveis. A Educação Ambiental crítica pode desempenhar um papel importante, à medida que dá visibilidade para as questões socioambientais, sensibiliza e potencializa a capacidade de ação das pessoas como sujeitos da transformação. Nesse sentido, visa a repensar cultura e valores no sentido da ética do cuidado pela vida.

Outra questão tratada foi o perfil do educador socioambiental ou multiplicador / extensionista. A partir de apresentação com slides ou leitura de um texto inspirado em Paulo Freire, estimulou-se a reflexão em grupos sobre o papel de cada um e como deveria ser sua postura ao desempenhar a função de multiplicador. O educador socioambiental deve primar pela coerência em suas ações (“educa-se com o exemplo”), pelo diálogo constante entre teoria e prática (práxis), pela construção do conhecimento partindo da intervenção na realidade (pesquisa-ação) e pelo uso de métodos e linguagem adequados ao universo do educando.

Também foi tratado sobre princípios orientadores para a sustentabilidade e a integração das temáticas dos diferentes módulos nesse contexto. Em alguns Pólos, demos início à construção do Projeto Político-Pedagógico do Centro de Formação e também estimulamos a elaboração dos Projetos de Ação Coletiva.

A música foi utilizada como instrumento de sensibilização e reflexão. As atividades artísticas (música, poesia, teatro...), por envolver as emoções, o subjetivo, toca as pessoas, despertando interesses e reflexões de forma distinta daquela que se alcança com o uso apenas do discurso, da razão. Nas oficinas, todos cantaram, acompanhando a letra da Saga da Amazônia, de Vital Farias, e depois houve debate acerca das idéias presentes.

Nas Oficinas de Educação Ambiental, optou-se pelo foco no tema educação. A educação é uma ferramenta poderosa para mobilização social e conscientização, pois ao mesmo tempo em que informa, estimula a reflexão na sociedade/comunidade, dá foco nas questões locais, contextualizando o tema socioambiental à realidade vivida pelo público-alvo, propicia a leitura crítica da realidade, a criatividade e o aprendizado.

Em alguns Pólos, o tema foi introduzido através da apresentação do filme do Projeto Vídeo nas

Aldeias, desenvolvido pelos próprios indígenas e a seguir foi feita uma breve apresentação conceitual e reflexiva sobre Educomunicação, sobre o que é uma notícia, como elaborar, etc.

A principal ferramenta do(a) educador(a) é o diálogo. Esse aspecto foi vivenciado durante toda a Oficina, com momentos interativos entre os participantes, tendo acontecido intensamente, por exemplo, quando se lançou o desafio da criação de produtos de educação a partir de diferentes linguagens e ferramentas, como texto escrito (pôster, folder, jornal), blog, programa de rádio e radionovela, audiovisual (vídeo e slides com som), roteiro para TV, poesias, teatro, letra de música e repente, para comunicar as questões socioambientais amplamente discutidas no Programa de Formação. Ao se debruçarem sobre a problemática socioambiental e refletirem sobre as múltiplas possibilidades de intervenção, os participantes percebem interconexões entre variados temas tratados nos diferentes módulos, caracterizando a visão sistêmica propiciada pela Educação Ambiental. Os participantes, em pequenos grupos de trabalho, elegeram temas de interesse (relacionados à questão do fogo e sustentabilidade na Amazônia) e criaram produtos simples, que pudessem ser veiculados localmente, como aconteceu em várias oportunidades. Em alguns municípios se conseguiu espaço na rádio local para a veiculação permanente de programas de rádio e cobertura de reportagens pela própria TV local.

O processo de criação é até mais rico que o resultado, pois no exercício da elaboração dos produtos, a troca de experiências e a reflexão gerada acerca dos problemas socioambientais e valores, entre os participantes nos grupos, enriquece muito e caracterizam importante momento de aprendizado e exercício da cidadania. Em pouco tempo, durante a Oficina, todos conseguiram criar um produto de educação, o que gerou grande motivação e auto-estima, sendo que vários participantes descobriram seu potencial. Esse processo permitiu perceber que todos são capazes de lançar um olhar crítico sobre sua realidade e comunicar, acessando meios de comunicação locais, e gerando, por sua vez, reflexão na sociedade.

Além dos grupos que desenvolveram os produtos de educação, houve um cujos participantes atuaram como observadores, acom-

panhando e reportando a forma que os grupos trabalharam, procurando gerar reflexões e extrair aprendizados a respeito das posturas e relacionamento humano no coletivo.

Por fim, para a avaliação do Módulo, complementarmente à utilizada pelo Programa, realizou-se um registro em tarjetas, no primeiro dia, a partir das seguintes perguntas orientadoras: i) Quais foram os principais aprendizados do dia? e ii) O que chamou mais atenção?. Além disso, foi feito também um registro escrito no último dia a partir de perguntas abertas: i) Quais foram os principais aprendizados nessa Oficina?; ii) Que iniciativas ou ações socioambientais você pretende colocar em prática? A avaliação processual (não somente no final, mas também durante o processo) é importante para sentir como as atividades estão desenrolando, qual é a resposta dos participantes, para poder repensar o programado e fazer ajustes se necessário.

Houve a participação de alguns convidados especiais, como representantes dos Coletivos Educadores, Coletivo Jovem, consultores do DEA/MMA e profissionais-parceiros, que deram suporte principalmente na atividade de educomunicação. A articulação com instituições da região foi fundamental para viabilizar, durante a Oficina, o desafio de criação de produtos de educomunicação, pois contamos com o apoio técnico de diversos parceiros profissionais, dentre eles, jornalistas, radialistas, técnicos de comunicação, operador de mesa-de-som, editor, repórter cinematográfico, webmaster, artistas, etc., que forneceram orientações durante o processo, a partir das demandas dos grupos. Envolver as instituições e pessoas do local, além de valorizar a “prata da casa”, abre uma possibilidade de estreitamento de relações para futuras parcerias entre os participantes e as instituições que nos apoiaram.

Ao possibilitar momentos interativos de reflexão crítica e práticas de educomunicação, evidenciar interconexões entre os temas dos diferentes módulos e fortalecer iniciativas já existentes, como os Coletivos Educadores, por exemplo, amplia-se a escala das ações de prevenção aos incêndios florestais e da adoção de práticas de produção sustentável sem o uso do fogo.

A Educação Ambiental, permanente, continuada, articulada e abrangendo a totalidade da população, dá visibilidade para as questões socioambientais,

sensibiliza e potencializa a capacidade de ação das pessoas como sujeitos atuantes na construção de sociedades sustentáveis.

A seguir, apresentam-se alguns comentários dos participantes com relação ao(s) principal(is) aprendizado(s) na Oficina: “Ninguém faz nada se não tiver vontade. Não tem tecnologia que dê jeito se a pessoa não quer”; “aprendi técnicas pedagógicas mais interativas (mão-dupla) e que o ensino não deve ser baseado em modelos pré-concebidos”; “nesta oficina aprendi que todos temos muito a aprender, mas também muito a ensinar com as experiências vividas”; “todo o módulo serviu para mim como uma “injeção de ânimo”, fortalecendo a confiança de que há desafios, mas é possível transformar a realidade, pensar diferente, agir diferente”; “trabalhar em grupo, conseguir executar um trabalho novo em pouco tempo (filmar), aprendi que a Educação Ambiental pode ser feita de várias formas e que a educação tem que começar primeiro com cada um de nós”. (colocar em Box)

A seguir, apresentam-se especificidades que ocorreram em cada Pólo:

Em **Juína - MT**, o Coletivo Educador tomou força a partir desse Módulo. Realizou-se uma prática de plantio consorciado diversificado e adensado na área do local do curso, lembrando que são com as nossas ações, e não só discurso, que faremos a diferença. Como resultado dos trabalhos dos grupos podemos citar *dois programas de rádio*, que foram veiculados em quatro emissoras de rádio locais, e foi realizada *reportagem para TV*, gravada na chácara do Sr. Helmut Canísio Raimann, que ganha sua renda familiar através de SAF's e uma grande diversidade de culturas, que foi veiculada em jornal local, sob orientação de um dos grupos; também foi elaborado um *texto impresso informativo*; uma proposta de *campanha de mobilização social* estruturada para tratar do tema lixo urbano; e um *audiovisual para tratar do tema água*. Nessa Oficina teve início a construção do Projeto Político-Pedagógico do Centro de Formação.

Em **Alta Floresta - MT**, houve a participação do Heitor Queiroz de Medeiros (consultor no Departamento de Educação Ambiental – DEA/MMA e professor na UNEMAT), Maria Elisa Corrêa (ICV), Augusto Pereira da Silva e William Gonçalves da

Silva (Ponto de Cultura de Lucas do Rio Verde) que deram apoio técnico à elaboração dos produtos de educomunicação. Os grupos criaram um *jornal informativo (Jornal da Vida)*, dois programas de rádio (*Grupo Rádio Portal da Amazônia e Rádio Floresta*), um vídeo (*Amazônia sem Fogo*), um roteiro para reportagem pela TV. Tanto a reportagem quanto os programas de rádio foram veiculados pelos meios de comunicação locais. O grupo dos observadores concluiu que: “Quem é um observador ativo na vida, pode aprender muita coisa, porém quem passa como mero espectador passivo na vida, se priva de oportunidades para enriquecer seu aprendizado, transformar opiniões formadas e modificar o seu modo de agir com o próximo e com a natureza”.

Nessa Oficina, teve início à discussão e elaboração da proposta do Projeto Político Pedagógico - PPP do Centro de Formação de Alta Floresta e início da construção dos Projetos de Ação Coletiva, utilizando-se o método de planejamento e visualização com tarjetas (Metaplan). A partir dessa Oficina, aderiu-se à adoção das canecas plásticas pelos participantes em substituição aos copos descartáveis. Com o intuito de deixar uma marca desse Módulo, foi feito um plantio em mandala, em frente ao Centro de Formação.

Em **Rio Branco - AC**, houve a presença de Francisco Costa, consultor do DEA/MMA, que falou sobre educomunicação. Os participantes presenciaram a sensação de falar ao microfone enquanto eram filmados. Como exemplo de um produto de educomunicação, foi apresentado o filme *Vídeo nas Aldeias*, que chamou atenção de várias pessoas. A apresentação do Coletivo Educador “Samaúma”, realizada por Cristina e Nei, mostrou que existem iniciativas acontecendo sobre educação ambiental na região, convidando os participantes do Programa a aproximarem e interagirem com quem está atuando no mesmo sentido. Foi feita uma rica reflexão sobre a música *Saga da Amazônia*. Para a atividade de educomunicação, o grupo contou com o apoio de Tânia e Lígia (SEAPROF) e Marcos, da Rádio Difusora, junto ao

grupo que elaborou o *programa de rádio Um grito pela Amazônia*. Cleiton, Ailton, da produtora Trilhambiental Comunicações, apoiaram, com seus conhecimentos e equipamentos o grupo que trabalhou o audiovisual. Também houve um grupo que elaborou um *blog* (<http://educadorambiental.blogspot.com/>), com o apoio do webmaster da Tilhambiental, Josué. O grupo que trabalhou o *roteiro para TV* teve a experiência de lidar com a grande mídia. A TV Aldeia veiculou uma reportagem sobre a Oficina. Como resultado dessa Oficina, a Rádio Difusora abriu as portas aos participantes do Programa Amazônia sem Fogo pra transmitir programas e spots. O grupo que trabalhou **texto** apresentou cartazes, folder e a letra de uma música *Evite o Uso do Fogo*, composta durante a Oficina, por Maria D’arc, e que todos cantaram

Em **Itaituba - PA**, o primeiro dia foi dedicado a aprofundar o diagnóstico a respeito da realidade local e refletir sobre as conseqüências das intervenções de cada um para a qualidade e sustentabilidade da vida, a partir de temas levantados pelos participantes, tais como: desmatamento e exploração irregular de madeira, uso de agroquímicos, educação no campo, mudanças culturais, uso dos recursos naturais, êxodo rural, dentre outros, que pode se resumir na avaliação de um participante: “A concepção e a assimilação do modo que cada um vê a realidade da nossa região



Oficina de educomunicação. Apoio da Rádio Cultura de Belém – PA

e as propostas para a melhoria das comunidades em prol do trabalhador rural e do ser humano". A etapa da educomunicação contou com a condução de Augusto Pereira da Silva, do Ponto de Cultura do STR de Lucas do Rio Verde, que aumentou o debate sobre os meios de comunicação, grande mídia e comunicação comunitária, antes que os grupos trabalhassem na criação de vários produtos: audiovisual em câmera portátil, filmado na Chácara Don Goyo, do participante Armando e outro audiovisual filmado nas dependências da Escola Agrotécnica, com depoimentos dos participantes da formação e professores; programa de rádio, produzido e editado em estúdio "próprio", ou seja, microfone e programas de edição, duas entrevistas na Rádio Comunitária local (Rádio Alternativa), texto para jornal do Fórum da BR-163 e todos foram brindados com a arte do repentista Roberto, presidente de comunidade no município de Aveiro, às margens do Tapajós (PA).

Em **Belém - PA**, dois grupos trabalharam com o tema rádio. Um deles elaborou um texto que foi veiculado pela radialista Rosa Moreira, da *Rádio Cultura*, que se mostrou totalmente aberta em apoiar o grupo e notícias relacionadas ao Programa. Os participantes do grupo tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento de uma rádio e perceber que podem ter acesso a esse importante meio de comunicação. O outro grupo se deparou com vários imprevistos ao procurar a *Rádio Comunitária* do Bairro do Tapanã, para desenvolver o trabalho. O resultado foi surpreendente, pois conheceram a realidade de uma rádio comunitária, sua importância e o grupo levou como convidada, para falar no momento da apresentação do grupo, Antônia Salgado, do movimento de mulheres e responsável pela rádio comunitária. Outro grupo trabalhou *texto impresso*, no formato de crônica, para veicular em jornal; um outro elaborou um **audiovisual** sobre incêndios florestais; o grupo de **criação poética** resolveu, por meio desta linguagem, falar do fogo, da água, do ar e da terra. Um sexto grupo, o dos **observadores**, que presenciou o trabalho dos demais, teceu considerações sobre a forma de trabalhar dos grupos. Agradecemos o apoio local de Amujacy, da ONG Argonautas e da Rede GTA, cujos contatos com parceiros foram fundamentais para que os grupos pudessem acessar as rádios. Nessa Oficina, houve ainda mais duas participações especiais: a de Gilson Dias, educador

popular que apresentou o Coletivo Jovem do Pará, e a do poeta Nicholas Behr, de Brasília, que contribuiu na construção de um poema coletivo e falou sobre sua experiência como viveirista.

Em **Santarém - PA**, o primeiro dia da Oficina aconteceu na Escola da Natureza, que ofereceu o espaço para o Centro de Formação do Programa. Depois desse módulo, todos os seguintes ocorreram nesse espaço. Nessa Oficina, procurou-se valorizar as iniciativas locais, com a participação de representantes de ONGs do Baixo Amazonas que apresentaram suas ações, como a Valéria, da UMTBAM; Assunta, do CEFTBAM; Dener, do Puraqué (que trabalha com inclusão digital e metareciclagem); Juscelino (Tinho), do PSA (Projeto Saúde e Alegria) e Muller, do GDA. Nas atividades de educomunicação, um grupo elaborou um *texto impresso*, sob a orientação da jornalista Fabienne Simenel (do PSA); um outro grupo, que trabalhou o *teatro* como linguagem, elaborou uma pequena esquete, e contou com o apoio de Mariane Nogueira, do grupo Arte Amazônica; um terceiro grupo, que desenvolveu um programa de *rádio* com o apoio do Juscelino, do PSA, o qual foi veiculado na Rádio Mocaronga; um quarto grupo, que trabalhou *radionovela* e *entrevista em rádio*, sob orientação da Paula, da Rádio Rural; um quinto grupo, que criou um *blog* (<http://fogojamais.blogspot.com/>), com texto e fotos postados, sob orientação de Dener e Muller. Durante esse módulo, foi realizada uma chuva de idéias sobre o Centro de Formação (o que seria e como funcionaria) e o início da elaboração dos Projetos de Ação Coletiva.

Em **Altamira - PA**, a Oficina ocorreu no espaço da recém-construída Escola Família Agrícola. Ao final do dia, dedicado à visão de mundo, concepções da Educação Ambiental e o papel do extensionista/multiplicador (na analogia com as parteiras, que estavam presentes), chamou a atenção dos participantes a forma de compartilhar conhecimentos, a discussão sobre a liberdade do indivíduo, a igualdade de direitos e a fraternidade na economia, a valorização do saber social, dentre outros.

A etapa da educomunicação foi muito especial, em grande parte devido à dedicação e compromisso do Grupo Tocaia, que também hospeda o Ponto de Cultura Tem Jeito Sim, uma vez que seus integrantes estiveram à frente da elaboração de peças de teatro com bonecos, teatro de rua, composição de paródia

musical, o Papo Show (apresentações de músicas com conteúdos que dialogam com os temas abordados seguidas de diálogo). E também, não menos importante, pela sua história de luta pela liberdade das Rádios Comunitárias na região, Domingos e sua equipe da Rádio Altamira montaram um estúdio completo na escola para gravação de programas radiofônicos pelos participantes. Enquanto isso, os grupos de observadores e de vídeo registravam cada passo dos recém-lançados “artistas”, compartilhando ao final suas impressões e enriquecendo essa comunidade de aprendizagem. Nos momentos coletivos, percebeu-se como o Programa tem se desdobrado em ações na região como a elaboração do Protocolo Municipal de Educação Ambiental e a replicação da metodologia de capacitação do Programa em 10 municípios da região, iniciativa sob coordenação da instituição executora local, a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP).

Módulo 3 – Metodologia participativa para a definição de políticas públicas: Protocolos Municipais – um instrumento de ação local na Amazônia

O módulo foi concebido a partir da experiência das fases anteriores do Programa, que usou como estratégia de mobilização e participação da socie-

dade a elaboração de pactos locais, então chamados Protocolos Municipais de Prevenção e Alternativas ao Uso do Fogo. Trazer o aprendizado de um trabalho de oito anos em vários municípios da Amazônia foi o desafio desse módulo.

O Protocolo é proposto como um grande guarda-chuva que acolhe intervenções que dizem respeito aos temas de todos os outros módulos, procurando organizar ações, servindo como um protocolo de intenções, de acordo com a experiência de cada um; seja um técnico, uma liderança. Permite, ainda, propor e acompanhar a efetivação das políticas públicas pela sociedade civil.

Nesse contexto, a proposta do módulo traz no seu bojo vários temas, em um processo de construção do conhecimento, de modo que, após os três dias de oficina, cada participante se sinta apto a intervir na sua realidade local, seja por meio da elaboração de protocolos ou dentro do espaço de atuação de cada um.

Dialogar a respeito das queimadas na Amazônia, dos prejuízos e benefícios do uso do fogo, é falar de um “modelo de desenvolvimento”, que vem sendo utilizado há muitos anos, na substituição da floresta pela agricultura e pecuária. Na maioria dos municípios da Amazônia, a realidade é muito parecida: primeiro a retirada da madeira de espécies nobres, depois a derrubada. O fogo, que é o instrumento de



Módulo de metodologia participativa para definição de políticas públicas. Centro de formação de Alta Floresta – MT.

limpeza mais barato e a introdução da pecuária, que já se apresenta como a principal atividade econômica em muitos estados da Amazônia brasileira, fruto de várias políticas públicas, ou ausência de políticas, em lugares onde poucas coisas conseguem chegar. Então, o módulo propõe repensar o “desenvolvimento”, quando aborda os impactos causados pelas queimadas, as técnicas alternativas ao uso do fogo na agricultura e a qualidade de vida das pessoas que vivem na Amazônia.

O diálogo e a troca de experiências no grupo foram instrumentos importantes na construção do aprendizado, considerando que, em cada pólo houve a participação de representantes de vários municípios, o resultado desta interação foi bem positivo, com depoimentos que foram marcantes, relacionados aos prejuízos que tiveram com o fogo e experiências de sucesso com técnicas sem o uso do fogo.

No momento inicial da oficina, foi feita a apresentação dos participantes para se conhecer as pessoas e as expectativas de cada um. Na seqüência, o primeiro tema tratou da questão das políticas públicas: o conceito, definição do problema, formulação da política. Nessa unidade, procurou-se trabalhar com as pessoas a partir das demandas, como cada um pode participar do processo de formulação e monitoramento de políticas públicas. Também foi feita uma apresentação das principais políticas públicas: programas federais, estaduais e municipais, com ênfase no desenvolvimento regional sustentável e que podem contribuir com as ações dos Protocolos Municipais. Foram convidados em todos os pólos, Secretários de Agricultura e de Meio Ambiente, tanto do governo municipal, como do governo estadual, para apresentarem os Programas que estão sendo implementados na região. Para concluir o tema, foi apresentado o vídeo TUDO AO MESMO TEMPO AGORA, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Democracia: O que isso tem a ver com você?, do projeto Brasil Sustentável e Democrático, com o objetivo de fazermos uma reflexão e repensar a nossa visão do mundo.

A segunda parte da oficina buscou responder a uma pergunta: porque se faz necessária a participação?, com o objetivo de sensibilizar os(as) educadores, quanto aos efeitos da ação do ser humano no planeta, principalmente no que diz respeito às

conseqüências do desmatamento e das queimadas. O segundo tema: Dinâmica do Fogo na Amazônia, foi trabalhado a partir de uma palestra feita com apresentação em data-show. Cabe aqui frisar que, após cada explanação, foi aberto o espaço para debates, permitindo a participação de todos no módulo e valorizando os saberes locais. Ainda no segundo tema, em alguns pólos foi feita a exibição do filme: Uma Verdade Inconveniente, de Al Gore. Como esse módulo não tem prática de campo, o filme foi uma ferramenta didática para promover reflexão e discussão de uma forma mais descontraída e atraente. Outra característica deste módulo é que incorpora a participação de representantes locais, pela importância de conhecer o que está acontecendo na região.

Foi tratado na seqüência, o terceiro tema do módulo: Competência Municipal para Regular o Uso do Fogo na Amazônia e a Gestão Ambiental, que tem uma relação importante com a elaboração de Protocolos Municipais. Quando falamos que o Protocolo é um instrumento de ação local, vem a pergunta: qual é a competência do município para atuar nas questões ambientais? O módulo busca, no âmbito da legislação ambiental, trabalhar dois pontos: (i) o sistema de competências dos entes federativos no âmbito da Constituição Federal; (ii) a normativa sobre o uso do fogo e a competência municipal. Foi grande o interesse dos participantes do curso quando se discutiu a estruturação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, a formação e a atuação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e o Código Florestal, que prevê uma série de medidas que condicionam o uso do fogo, em práticas agropastoris ou florestais mediante queima controlada. Essas questões que contribuem para a definição do conteúdo dos Protocolos, por exemplo, podem ser observadas nos que foram assinados. Dentre as ações propostas, está o compromisso de criar os Conselhos Municipais de Meio Ambiente nos municípios que ainda não têm.

Após percorrer esse caminho, chegou-se ao tema propriamente dito, com a palestra: Protocolos Municipais de Prevenção, Controle e Alternativas ao uso do Fogo, sendo que o nome do Protocolo é uma sugestão, mas fica em aberto para que cada município opte pelo nome que achar mais adequado, bem como a metodologia pode ser utilizada para

resolver outros problemas relevantes, como por exemplo, a recuperação de nascentes, etc. Essa apresentação teve o objetivo de trabalhar passo a passo a metodologia da elaboração do Protocolo: conceito, conteúdo, exemplos de compromissos, como funciona e a preparação do Protocolo.

Sempre que possível, foram apresentadas experiências sobre os Protocolos (onde já havia sido elaborado algum protocolo). Nos pólos de Juína, Alta Floresta e Rio Branco, foram ouvidos os depoimentos de agricultores que participaram do Programa, em suas fases anteriores, identificando-se a repercussão dos trabalhos desenvolvidos.

Por meio da experiência dos municípios que já tem protocolos, das ações que tiveram maiores resultados, pretendeu-se demonstrar a metodologia dos Protocolos. Podemos citar como referência desse trabalho, os municípios de Guarantã do Norte, que conseguiu chegar a uma redução de 83% nos focos de calor e manter resultados significativos, e Alta Floresta, que no ano de 2008, recebeu o prêmio do Governo do Estado, pela redução dos focos de calor, comparado ao ano anterior, sendo estes, os primeiros municípios que assinaram os Protocolos no Estado de Mato Grosso, no ano de 2000. Para fazer uma reflexão, foi apresentado o vídeo: Carta da Terra, na voz de Leonardo Boff.

O sexto tema do módulo, Instrumentos de Prevenção ao Fogo, apresentou três objetos importantes para tal fim: a formação de Brigadas Comunitárias (acordos ou Protocolos Comunitários, com a elaboração do regulamento de queima controlada), formação de Brigadas Municipais e formação de Brigadas Parques, possibilitando trabalhar o conceito e a função de cada tipo de brigada, a elaboração dos acordos de queima controlada, com menção às técnicas de precaução e manejo do fogo.

Vale ressaltar a importância dessa discussão, porque, em se tratando da Amazônia, combater um incêndio se torna uma missão quase impossível, então capacitar os agricultores e assentados e dar condições mínimas para se evitar que o fogo escape ao controle, em regiões que apresentam alto risco, pode contribuir muito com a redução dos prejuízos imensuráveis causados pelas queimadas. É nesse contexto que entra a educação ambiental, na maioria dos casos, por exemplo, eles sabem como fazer os

aceiros, mas ainda não compreenderam a importância de os fazer.

Finalizando a oficina, foi proposto o exercício de elaboração do documento do Protocolo na prática. Foram formados grupos de trabalho, a princípio por município. Cada grupo fez a sua discussão e definiram os compromissos. Foi um exercício interessante, porque foi uma oportunidade dos multiplicadores colocarem em prática o aprendizado do módulo, tendo sido possível, ainda, tirar algumas dúvidas que se apresentaram. Depois, cada turma apresentou o seu Protocolo, surpreendendo com a qualidade dos trabalhos elaborados.

Nesse Módulo também se falou a respeito dos Coletivos Educadores, proposta fomentada pelo Departamento de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, chamando a atenção para fazer uma sinergia entre os dois programas, sendo que ambos atuam na área de formação e capacitação de educadores(as) socioambientais. Em alguns pólos, conforme a disponibilidade de tempo, às vezes no período noturno, foi exibido o vídeo: Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade – Coletivos Educadores, que traz uma visão inovadora da educação ambiental.

A seguir apresentamos algumas especificidades que ocorreram em cada Pólo:

Em **Rio Branco – AC**, o módulo contou com a presença do Sr. Ubiracy Vasconcelos, então diretor técnico da SEAPROF, que apresentou os programas de desenvolvimento sustentável, que o Governo do Estado do Acre vem tornando política pública, com destaque ao programa de recuperação de solo com mucuna preta, trabalho resultante do Projeto de Recuperação de Solos iniciado pelo Programa da Cooperação Italiana no ano de 2003. Também foram realizadas outras palestras, como a de Ana Sales, representante da Secretaria Municipal de Agricultura – SAFRA e a do Cazuza, coordenador do PESACRE. Técnicos de campo contaram como os protocolos aconteceram no Acre. Por fim, foi abordado sobre o Coletivo Educador, sendo que algumas pessoas foram visitar o Coletivo Educador Samaúma, após o Módulo.

Em **Alta Floresta – MT**, o módulo contou com a participação dos colaboradores locais. Leocir José



Palestra de Ubiracy Vasconcelos, diretor técnico do SEAPROF. Centro de formação de Rio Branco – AC

Dellani, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, falou a respeito dos Programas de agricultura sustentável, desenvolvidos pela secretaria, e o técnico da Coordenação de Meio Ambiente fez uma palestra sobre a implantação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e a criação dos fundos municipais de meio ambiente.

Em **Juína – MT**, foi realizada uma avaliação dos Protocolos que foram assinados nos municípios daquele pólo nas fases anteriores do Programa. Na discussão do tema de gestão ambiental municipal, os multiplicadores que representam o Ministério Público, Ibama e o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Juína, resolveram criar o Fundo Municipal de Meio Ambiente para direcionar os recursos oriundos das multas de crimes ambientais, visando o apoio a projetos ambientais no município, e também foi trabalhado o fortalecimento do Projeto Coletivo Educador.

Em **São Félix do Araguaia – MT**, a experiência da ANSA, instituição parceira local, bem como a interação entre os Programas desenvolvidos no território do Araguaia, fortaleceram o debate de mobilização e preparação dos Protocolos Municipais.

No pólo de **Altamira – PA**, pelo histórico na militância ambiental de alguns multiplicadores, houve uma boa aceitação da proposta dos Protocolos, e pela primeira vez a turma se engajou em implantar ações integradas e utilizar a metodologia em outros projetos, como,

por exemplo, foi elaborado um Protocolo de Educação Ambiental.

Em **Belém – PA**, a Sra. Raimunda Monteiro, diretora do Instituto de Florestas do Pará – IDEFLOR, fez a abertura do módulo, juntamente com demais autoridades locais, valorizando o curso. Também houve a participação de técnicos da Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI, que apresentaram os principais Programas do Governo do Estado que dialogam com as ações dos Protocolos Municipais, interagindo com os multiplicadores do curso, na discussão das políticas públicas voltadas

para a agricultura sustentável no Estado.

No pólo de **Itaituba**, pode-se destacar a forte participação dos movimentos sociais, engajados com as questões socioambientais. Durante o módulo, foi elaborada uma moção aos candidatos a prefeito, denominada Carta de Itaituba, com a sugestão de incluir em seus Planos de Governo, ações que promovam o desenvolvimento sustentável, bem como a implementação do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Em **Santarém**, esse módulo possibilitou o conhecimento de que o poder público local (município) tem o poder e capacidade de atuar nas questões ambientais, bem como se conhecer e valorizar a oportunidade direta da sociedade civil participar da gestão ambiental.



Participação de Raimunda Monteiro, diretora do Instituto de Florestas do Pará – IDEFLOR. Centro de formação de Belém – PA

Módulo 4 – Prevenção e Combate ao Fogo

Essa unidade foi ministrada pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – Prevfogo/IBAMA, em parceria com o Corpo de Bombeiros do DF e tencionou estimular o uso de técnicas de cultivo alternativas ao uso do fogo, assim como o uso do fogo de maneira controlada como forma de prevenção aos incêndios florestais, em locais onde ainda se encontra resistência quanto ao não uso do fogo na agricultura.

A Oficina foi dividida em doze horas de aulas teóricas e doze horas de aulas práticas.

As aulas teóricas abordaram temas qual: o uso do fogo e seus impactos; a legislação aplicada ao tema fogo e necessidades para a solicitação de autorização de queima; noções de comportamento do fogo; técnicas para a queima controlada e estímulo ao uso de técnicas que não utilizem o fogo no cultivo, através de vídeos com depoimentos de agricultores que mudaram as suas formas de produção.

Observou-se que, em todos os pólos, no início do módulo, os participantes diziam que o fogo era prejudicial e que poucos, ou nenhum deles, utilizavam fogo atualmente em suas terras. Conforme a interação entre formadores e participantes se tornava mais próxima, iam aparecendo inúmeros relatos do uso do fogo pelos participantes ainda na época do módulo. Essa recusa inicial em assumir

o uso do fogo pode ter sido gerada pela presença do Ibama no módulo, o qual, muitas vezes, é visto apenas como órgão fiscalizador alheio à realidade da população local.

A presença do Corpo de Bombeiros facilitou aos multiplicadores perceberem que o trabalho a ser desenvolvido tinha um caráter educativo e não punitivo, deixando-os mais seguros para expor suas experiências.

As aulas práticas iniciavam mostrando a importância de se trabalhar coletivamente o uso do fogo, deixando claro que tanto na prevenção quanto no combate, não há segurança se não houver um número significativo de envolvidos, seja na abertura dos aceiros, na queima, no combate ou na vigilância depois da queima.

As aberturas de aceiros foram feitas sem uso de equipamentos motorizados, a fim de demonstrar que o custo da prevenção na queima controlada é acessível ao pequeno produtor e sempre menor do que os prejuízos causados pelos incêndios florestais. Porque se envolvem várias pessoas nessas práticas, foram trabalhadas noções de segurança no uso de ferramentas e na realização de queimas.

Nas aulas práticas, os multiplicadores puderam experimentar as diferentes técnicas de abertura de aceiros, como o método progressivo funcional e o método rotativo. As técnicas de queima utilizadas apresentadas foram as queimas frontal, retrocesso,



Módulo de prevenção e combate aos incêndios. Aula prática ministrada pelo Prevfogo/IBAMA e Corpo de Bombeiros

circular simples, circular com concentração de calor, por focos, por faixas, em U, e em L. Todas essas técnicas foram inicialmente explicadas durante a aula teórica, apresentando os pró e os contra de cada uma delas.

As técnicas de queima apresentam particularidades quanto à velocidade, a quantidade de combustível que será queimado, aos danos causados ao ambiente e a segurança.

A apresentação desses métodos, com suas vantagens e desvantagens, permitiram aos multiplicadores avaliarem quais as técnicas que mais se adaptam à sua realidade, causando menos danos ao terreno e permitindo atingir os objetivos da queima.

Ao fim da exibição, foi solicitado aos participantes que exercitassem o ataque à queima (apesar dessa ser controlada, por se tratar de uma atividade didática), para que estes pudessem aprender a usar os equipamentos de combate, principalmente abafadores e bombas-costais que, apesar de caros, podem ser improvisados pelos próprios agricultores em situações de necessidade.

Seguindo a rotina para a queima, todos os multiplicadores foram orientados como fazer, preparar o terreno (construção de aceiros), realizar a queima e por fim fazer a vigilância da área queimada e desmobilizar a equipe, avaliando se todos os materiais utilizados retornaram e em que condições se encontravam.

Essa parte faz interface com o Módulo 1, pois aborda a legislação sobre o uso do fogo, e também dialoga com os Módulos 3, 5, 6 e 7, pois a questão da queima controlada e dos cuidados para se evitar incêndios florestais certamente estarão presentes no protocolo, bem como as alternativas ao uso do fogo e como um incêndio florestal pode destruir plantações e outros investimentos.

O módulo finalizou com uma avaliação, quando os facilitadores e os multiplicadores apresentaram suas opiniões sobre a teoria e a prática do curso.

Para realizar queima de vegetação, é preciso fazer a Solicitação e obter a Autorização de Queima Controlada, que pode ser emitida pelo Ibama e/ou



Módulo de prevenção e combate aos incêndios

as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente (Sema), dependendo de cada Estado (art. 23 da Constituição). Por inúmeras dificuldades, como a obtenção de autorização dos proprietários para a realização da queima, os documentos de posse de terra, o período de proibição de queima ou a ausência emitente de Autorização nas proximidades do município onde foram realizados os módulos, por vezes as práticas ficaram ameaçadas de não acontecer. Porém, nenhuma prática foi cancelada pelos motivos acima citados.

Essa foi a principal dificuldade encontrada no módulo, uma vez que não existe uma diferenciação entre Autorização de Queima Controlada para a produção rural ou para atividades de capacitação, o que poderia agilizar a emissão desse documento. Essa é uma questão, sobre essa unidade, que precisa ser resolvida caso a metodologia do programa seja replicada.

Um aspecto interessante é que, nos Pólos onde o Programa já vinha acontecendo há alguns anos, a demanda por informação com relação à queima controlada era menor que a procura por informações sobre combate terrestre, diferentemente dos Pólos onde o Programa é recente e em região com muitos assentamentos, em que a demanda ainda é por técnicas de queima controlada, considerando que ainda se usa o fogo nos assentamentos.

A seguir apresentam-se especificidades que ocorreram em alguns dos Pólos:

Em **Rio Branco - AC**, houve a participação de Fernando Jorge Muniz, Analista Ambiental do Prevfogo- Ibama, para falar sobre a legislação pertinente ao tema de uso do fogo e de Waldirene – colaboradora do IMAC, falando sobre os procedimentos para a Solicitação de Autorização de Queima Controlada especificamente no Estado do Acre. Chamou a atenção do grupo a dinâmica para a utilização dos equipamentos. A TV Aldeia veiculou uma matéria sobre a Oficina.

Em **Alta Floresta - MT**, nesse módulo, foi criado o *GCIF's* – Grupo de Combate de Incêndios Florestais. Houve questionamento acerca da necessidade da prática, do tamanho da área de experimento da queima e também do momento para essa prática (pois o módulo foi em julho e é indicado que se realize a queima após a terceira chuva).

Em **Juína - MT**, não foi possível realizar a prática de queima controlada, mas houve uma simulação, momento no qual os participantes puderam travar conhecimento com os equipamentos e as técnicas adequadas para cada situação. Um diferencial na programação deste módulo, que chamou muito a atenção de todos, foram as técnicas de salvamento e primeiros-socorros utilizando recursos disponíveis,

ensinadas não apenas para os participantes do curso, mas também para os alunos do Centro Educativo para Jovens e Adultos – CEJA e do SENAI-Juína. Outro ponto alto foi a visita à Estação Ecológica (ESEC) de Iquê, unidade de conservação de proteção integral situada a 150 km de distância da cidade de Juína, onde a população só pode visitar em atividades de educação ambiental. Além da oportunidade de conhecer uma ESEC, houve um grande debate da problemática ambiental que a região enfrenta, em seus vários aspectos, o que foi salutar e altamente proveitoso. O Correio Noroeste veiculou uma matéria sobre o módulo e a visita à Estação Ecológica.

Em **Santarém - PA**, também não se conseguiu a licença. Conseguiram uma área e comunicaram ao Ibama. Choveu no dia da prática e não houve a queima.

Módulo 5 – Técnicas de Manejo Integral da Propriedade Rural para o Incremento da Economia Familiar

Para os agricultores, geralmente o fogo é um aliado para facilitar o preparo da área, fertilizar o solo (com as cinzas) e reduzir o inço das pastagens. Porém, o que parece ser benéfico, na verdade é bastante prejudicial, pois o fogo empobrece o solo,

contamina as águas com as cinzas, mata plantas e animais, polui a atmosfera, contribuindo para o aquecimento global e gerando problemas de saúde, causa danos econômicos, dentre outros malefícios. Esse módulo abordou a questão da produção sustentável sem o uso do fogo, a partir de uma visão agroecológica. A começar da realidade dos produtores rurais, na Oficina foram discutidas as possibilidades de se intensificar a produção agrícola, de forma sustentável, sem a necessidade de abrir novas áreas, utilizando os recursos existentes na própria propriedade, reforçando a importância da diversificação



*Módulo de técnicas de manejo integral da propriedade familiar.
Aula prática dos participantes do centro de formação de Alta Floresta – MT*

da produção e integração das atividades produtivas. Os métodos propostos podem ser adotados em qualquer propriedade. De uma forma aplicada, a Oficina focou as necessidades do dia-a-dia do produtor.

Para que a agricultura seja viável e uma área produtiva é preciso cuidar muito bem do solo. O controle de pragas e doenças pode ser obtido pela diversificação de plantas, rotação de culturas e, quando necessário, com o uso de produtos orgânicos, feitos na propriedade.

Este módulo foi organizado em seis partes principais:

1ª PARTE – Tema tratado: agrotóxico. Foram disponibilizadas informações acerca dos agrotóxicos e seus efeitos e conseqüências para os seres humanos (tipos de intoxicações). Essa abordagem teve o intuito de que todos pudessem ter noções de que tipos de prejuízos o ser humano e o meio ambiente podem sofrer quando se produz ou se consomem produtos com agrotóxicos.

2ª PARTE – Tema tratado: diferentes tipos de propriedades. Neste momento se fez menção das principais características da Propriedade de monocultura, da Propriedade diversificada e da Propriedade integrada com o objetivo de diferenciá-las e fazer a sensibilização da importância para os produtores rurais em praticar o sistema de integração de culturas dentro de sua propriedade; isso para garantir a sustentabilidade alimentar de sua família durante todo o ano, e com a venda do excedente da produção. Com a integração da propriedade se garante aumento da renda e a melhoria das condições de vida da família. Dessa maneira, reforça-se que é mais interessante que o agricultor não seja mais um simples produtor de insumos agropecuários, mas, sim, um empresário do campo.

3ª PARTE – Tema tratado: o solo. Nesta etapa, o que se busca é o entendimento das interações solo x planta, o processo de evolução, bem como de degradação do solo pela ação do ser humano, reforçando como fazer para que um solo melhore suas características biológicas e nutricionais para possibilitar a perpetuação de seu uso. Conceitos como produtividade, fertilidade, cadeia alimentar são discutidos. Procurou-se que os participantes criassem uma visão diferenciada do solo, vendo-o como parte integral do processo e não apenas como suporte para sustentação das culturas.

4ª PARTE – Tema tratado: as diferentes formas de produção de adubos orgânicos. Aqui o ponto chave é a transformação da matéria orgânica, as diferentes técnicas de produção de adubos orgânicos em uma propriedade rural, buscando a interação planta-animal em todos os contextos produtivos, com o intuito de aproveitar da melhor maneira possível todos os recursos que a propriedade dispõe para os processos produtivos. Desta forma, transforma-se os chamados resíduos da propriedade em recursos altamente eficazes no processo produtivo.

5ª PARTE – Tema tratado: produção de repelentes naturais para insetos, e biofertilizantes. Uma propriedade deve ter a maior quantidade possível de interação entre os sistemas de uso da terra, de modo a criar um equilíbrio do sistema produtivo, procurando introduzir a menor quantidade possível de insumos externos. Desta forma, é importante que se produzam vários tipos de culturas, para garantir a produtividade delas. Nesta etapa, são disponibilizados, aos participantes, ferramentas e tecnologias simples e de fácil execução para iniciar um processo produtivo sem a utilização de fogo e sem o uso de produtos externos à propriedade rural, buscando, com o passar do tempo, que haja realmente um equilíbrio das diferentes unidades produtivas.

6ª PARTE – Tema tratado: exemplos de atividades dentro de uma propriedade integrada. O princípio de tudo é que “Tudo o que estiver sendo cultivado e criado deve estar interligado” e desta forma o que se trabalha nesta etapa final do curso é exemplos de sistema de integração entre a criação de animais e produção de vegetais.

O que se busca nesta Oficina sobre propriedades integradas é que todos os sistemas produtivos sejam pensados e manejados, apoiados nos princípios da agroecologia, sem a utilização do fogo, e que haja uma interação contínua na sustentabilidade ambiental, social e econômica em todo o processo produtivo.

Foi destinado um terço do tempo da Oficina para atividades de campo em uma propriedade rural, próxima ao local do curso. A metodologia usada foi a de “aprender fazer fazendo”, assim, os participantes puderam preparar, na prática, alguns produtos alternativos, e também, em grupos, desenvolver propostas de integração da propriedade visitada, fazendo um desenho e apresentando suas

idéias e argumentos. A partir de uma caminhada pelo local, cada grupo planejou e propôs como intervir para transformá-lo em uma propriedade integrada. Durante as práticas, foram preparados 9 produtos alternativos para o controle de pragas e doenças, dentre eles: método de captura de microorganismos para preparo de EM local; produção de adubo orgânico com fermentação rápida (bokashi) e compostagem; adubo foliar natural; produção de repelente natural para insetos à base de pimenta malagueta, alho, cebola e sabão; produção de repelente natural para insetos e doenças dos cultivos à base de vinagre e bebida alcoólica; repelente para insetos à base de tabaco (fumo); protetor de cinza e cal; calda bordalesa.

Procurou-se dialogar com os outros Módulos do Programa, por exemplo, ao se comentar sobre o pastoreio racional Voisin, sistema Agroflorestal, silvipastoris, incorporação de leguminosas no processo produtivo e para produção de adubos orgânicos.

A seguir, apresentam-se especificidades que ocorreram em cada Pólo:

Em **Rio Branco – AC**, a Oficina teve início com o foco na importância da alimentação. Os produtos alternativos foram feitos na prática, sendo que os participantes chamaram a atenção para o bokashi e captura de microorganismos (para produção de EM local). Durante a aula teórica foram realizadas algumas dinâmicas que enriqueceram muito mais o conteúdo.

Em **Alta Floresta – MT**, aconteceu a realização das seguintes práticas: repelente de pimenta, captura de microorganismos, compostagem e bokashi, calda bordalesa, adubo foliar natural, e proposta de projeto de propriedade integrada. As práticas foram realizadas na Chácara Esteio, propriedade do Sr. Ércio Luedke, cuja receptividade foi grande e o grupo pode trocar experiências inclusive com o proprietário.

Em **Belém – PA**, a Oficina gerou o interesse da Secretária Municipal de Agricultura de Santa Isabel, e a possibilitou de implantar na comunidade quilombola o Projeto Horticultura Orgânica. A prática foi efetuada na sede da CEPLAC e os adubos orgânicos foram feitos com dejetos de sementes de algumas frutas que tinham passado por um processo de retirada do óleo para a produção de cosméticos. Alguns participantes manifestaram o interesse de continuar o trabalho de produção de adubos orgânicos na CEPLAC para aproveitar melhor os materiais disponíveis, que são de excelente qualidade.

Em **Itaituba – PA**, foi feita uma matéria jornalística sobre a atividade prática desse módulo, onde foi ao ar em um programa rural local. No encerramento do módulo os participantes se organizaram e fizeram uma coleta para compra do EM para iniciar as atividades de produção sem o uso de agrotóxico nas propriedades deles e de outros produtores da região.

Em **Juína – PA**, foi bastante proveitosa a parte prática, na qual houve a produção dos produtos orgânicos, orientada pelo formador considerado bastante dinâmico, divertido, claro e objetivo. Segundo os participantes, esse módulo deixou claro que é possível substituir produtos químicos por naturais e que produtos orgânicos podem ser mais baratos que os químicos e fáceis de se produzir, além de que, quanto maior a diversidade da propriedade e a integração entre os processos produtivos, maior é a qualidade da alimentação do produtor e de sua família, e também maior a garantia de renda em todos os meses do ano.

Em **Altamira – PA**, esse módulo teve grande repercussão, pois veio ao encontro da realidade e necessidade dos produtores dos municípios que participam deste pólo,



Aula prática de instalação de cerca elétrica para o manejo das pastagens, Fazenda Esteio – MT

inclusive foi implantada uma Unidade Demonstrativa (UD) de produção de adubos orgânicos na Escola Familiar Rural de Altamira, que além de propagar estas tecnologias para os alunos da escola, também atenderá aos produtores da região.

Em **Santarém – PA**, o interesse dos participantes foi tão grande quanto nos outros pólos. Um diferencial foi que a aula prática foi realizada dentro no campus da Universidade Federal do Pará, em Santarém, possibilitando uma certa repercussão também na universidade. O desenho de uma propriedade imaginária integrada chamou atenção, sendo que esta atividade estimulou os participantes a refletirem sobre o fato de que a maioria das atividades propostas poderia ser implementada nas propriedades deles ou nas onde os técnicos participantes realizam assistência.

Em **São Felix do Araguaia – MT**, a prática foi feita em uma propriedade rural onde o produtor demonstrou grande interesse de continuar criando aqueles produtos demonstrados no módulo, mesmo não sendo participante; além disso, deixou a propriedade à disposição para quem quiser acompanhar o processo da produção dos adubos orgânicos e fazer outras experiências produtivas ali. O conteúdo proposto no módulo foi muito bem-aceito, inclusive vários integrantes (grande parte produtores rurais e lideranças de vários assentamentos da região) manifestaram o desejo de iniciar as práticas de integração da propriedade imediatamente.

Módulo 6 – Recuperação de solo e sistemas agroflorestais (SAFs)

Esse módulo pretendeu demonstrar que existem alternativas de produção que aliam o atendimento à necessidade de segurança alimentar e renda da população com a conservação da floresta em pé e o uso da terra sem degradar, pelo contrário, mantendo ou até melhorando sua fertilidade. Nesse módulo, o objetivo não é capacitar tecnicamente em SAFs e manejo de solo, mesmo por que o tempo é



Aula prática de recuperação de solo e sistemas agroflorestais – MT

escasso para isso, mas sim fazer uma sensibilização, uma primeira abordagem e trazer alguns aspectos técnicos.

Dois focos foram escolhidos para caracterizar este módulo: o primeiro é a *importância da abordagem ao segmento da produção familiar* e o segundo a *questão da comercialização dos produtos oriundos da produção familiar*. No primeiro foco, está a escolha de difusão de técnicas comprovadamente seguras, simples e de baixo custo, mas vinculado ao tema da recuperação do solo com mucuna e no segundo foco está um dos maiores entraves para a produção sustentável na Região Amazônica: dificuldades de circulação e comercialização da produção agrícola familiar, mais vinculado ao tema SAF.

Recuperar solos de áreas já abertas e cultivar sistemas agroflorestais (SAF), são alternativas extremamente relevantes e estratégicas para reduzir incêndios florestais, pois, com essas práticas, terras improdutivas passam a ser produtivas, reduz-se a necessidade de abertura de novas áreas (o que geralmente, na Amazônia, significaria também queimar), e, nos SAF pode-se obter uma grande produção em uma pequena área. Além disso, sistemas agroflorestais são sistemas diversificados, que ao mesmo tempo em que produz alimentos e outras-matérias primas (látex, madeira, material para artesanato, plantas medicinais, etc), conserva-se o solo, a água e a biodiversidade de plantas e animais, apresenta baixo custo, com pouca ou mesmo nenhuma necessidade de recursos externos e acessível ao produtor familiar.

SAFs, em geral, são sistemas de produção mais sustentáveis, pois se baseiam nos princípios da floresta, ecossistema original da Amazônia, procurando replicar a estrutura e função da floresta, considerando as necessidades humanas. A diversidade de plantas gera maior equilíbrio ecológico, diminuindo problemas com pragas e doenças; e o grande número de espécies, com diferentes exigências, funções, e profundidades de raízes, bem como a produção de matéria orgânica mantém, ou até melhora, a fertilidade do solo. Com a produção escalonada no tempo, a família tem sempre alimentos disponíveis e renda distribuída no ano todo, sendo assim também com a mão-de-obra demandada.

A mecanização das áreas agrícolas, embora pareça ser uma alternativa interessante para a não utilização do fogo, não é adequada para a Amazônia, pois contribui para degradar o terreno, ao torná-lo desestruturado e pulverizado, expô-lo a chuvas intensas e insolação, trazer para a superfície as camadas mais profundas, que são mais ácidas e menos férteis, e por aumentar a degradação da matéria orgânica, reduzindo a vida do solo. Os sistemas agrícolas modernos, baseados na mecanização, monocultura e uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos não são sustentáveis, caracterizando-se de alto custo, alta degradação ambiental e arriscado para a agricultura familiar.

O uso de leguminosas é bastante incentivado para a recuperação de solos degradados, não como adubação verde, mas como cobertura morta, sem ser incorporada com mecanização.

Esse módulo foi fortemente amparado por experiências concretas vividas pelos participantes e outros agricultores na Amazônia; permitiu o debate sobre comercialização, a segurança alimentar e a realidade econômica na definição dos arranjos dos SAFs.

Procurou-se utilizar linguagem direta, simples, clara, ao alcance de todos e fomentar a integração geral, estimulando que os participantes apresentassem suas experiências (a comunicação de agricultor para agricultor proporciona mais credibilidade). Disponibilizar farto material fotográfico das experiências vivenciadas por produtores familiares do Acre passou muita confiança.

Sempre que possível, houve participação de colaboradores externos, o que promoveu reflexão e enriqueceu com pontos de vista diferentes.

Foram incorporados exemplos apresentados durante as oficinas nos diferentes pólos.

A Oficina teve início com uma abertura, quando foi feito o acordo de convivência e os participantes apresentaram suas expectativas e experiências (principalmente a dos agricultores). Nos relatos das expectativas, ficou evidente que os participantes buscam alternativas que possam colocar em prática, que seja aplicável em suas realidades. Foi incentivada a participação ativa do grupo, dando liberdade para que fizessem intervenções quando sentissem necessidade, podendo pedir maiores explicações.

A apostila confeccionada, com a finalidade de oferecer as informações mais relevantes e resumidas, foi utilizada para estudo durante a Oficina. Também se usou projeção em data-show, com muitas fotos de experiências de agricultores.

Em alguns pólos foi construída, durante a Oficina, a “linha do tempo”, desde a primeira manhã, com o objetivo de construir uma memória de toda a Oficina. Para isso, registros eram colocados de forma visível para todos, durante todo decorrer do módulo.

Procurou-se reforçar as interfaces com os outros módulos, por exemplo, o que aborda manejo de pastagem, com exemplos de recuperação de pastos degradados, incluindo o uso de leguminosas. Considerando que sistemas agroflorestais podem ser implantados em Termos de Ajuste de Conduta (TAC), a questão da legislação também apareceu.

Houve momentos para que os grupos elaborassem projetos de recuperação de áreas, tendo sido feitos vários.

Surgiram demandas por sementes de leguminosas e muitos participantes estavam decididos em experimentar as técnicas abordadas.

As atividades de campo apresentaram algumas dificuldades em função do tempo curto e por não se conhecer experiências no local, além do grande número de integrantes, dificultando a concentração nas visitas.

A seguir, apresentam-se especificidades que ocorreram em cada pólo:

Em **Rio Branco - AC**, o uso de leguminosas não é mais inovador, pois muitos agricultores já o adotavam; foi novidade a utilização da farinha de osso e desmistificação da mecanização com relação à manutenção da fertilidade do solo. O secretário

da SEAPROF, Nilton Cosson, fez uma apresentação a respeito da política pública de incentivo ao uso de leguminosas para a recuperação de áreas degradadas e SAFs. No Acre, houve relato de experiências feitas por agricultores que conduziram o processo em suas propriedades, mostrando que é viável e importante discutir levando em conta o contexto socioeconômico real. Ainda em Rio Branco, estabeleceu-se um longo debate sobre a necessidade de acompanhamento científico da evolução das mudanças dos solos trabalhados com a mucuna preta. Uma parte dos técnicos participantes da oficina defendeu a necessidade de se fazer este acompanhamento com precisão, incluindo análises de solo e avaliações com bases técnicas e científicas. O moderador defendeu a não tecnificação imediata do uso da mucuna por entender que isto implicará na criação de barreiras para os pequenos produtores, dificultando a adoção da prática. A grande vantagem, que tornou o uso da mucuna bastante difundida no Acre, foi justamente a simplicidade do processo, aliada à eficácia.

Em **Alta Floresta - MT**, foi realizada uma visita de campo à estação experimental Ariosto da Riva da CEPLAC. Além da aula prática, foi desenvolvida uma dinâmica, segundo os participantes, marcante, que foi a de amarrar o barbante somente com uma mão (primeiro com a mão esquerda e depois com a direita), demonstrando que cada desafio pode ser superado com a prática. Houve a participação do Sr. Rubens Marques Rondon Neto, engenheiro florestal, Professor e Doutor da UNEMAT, que acrescentou uma visão mais técnica ao módulo sobre SAFs. Também houve a participação do Sr. Fernando César Oliveira da Silva, engenheiro agrônomo da CEPLAC, na aula de campo, demonstrando, na prática, o que foi exposto pelo formador. Percebeu-se que não existe receita pronta para SAFs. A experiência apresentada de roça sem fogo no Acre chamou atenção. Ficou clara a importância de se usar as leguminosas para a recuperação de solos. Nesse módulo, retornou-se à elaboração dos projetos de ação coletiva (de cada microrregião). Foi feita a "linha do tempo", onde se registrou tudo o que foi trabalhado durante a Oficina e se explicitaram algumas avaliações.

Em **Juína - MT**, o módulo foi muito produtivo com relação à parte prática sobre SAF, pois foram visitadas duas propriedades que desenvolviam os sistemas consorciados com uso de galinhas, ovelhas,

abelhas e gado bovino. Foi possível também notar o grande interesse dos participantes com a metodologia de recuperação de solos degradados, através do uso da leguminosa mucuna preta.

Um turno da oficina, em sala, foi dedicado ao desenvolvimento de projetos coletivos, com ênfase para a tentativa de unificação da metodologia de elaboração dos projetos. Um grupo se articulou, em uma reunião do zoneamento em Aripuanã, para desenvolver um plano de recuperação de solos degradados. Muitos levaram sementes de mucuna e outras leguminosas para semear em suas propriedades. As propostas iniciadas com a orientação da coordenadora local do curso foram apresentadas pelos grupos interessados, uma a uma, e discutiram-se alguns passos futuros.

Em **Itaituba - PA**, foi realizada uma visita a um SAF e a uma área degradada na Escola Técnica de Trabalho e Produção de Itaituba. Na área agrícola da Escola, foi possível encontrar faixas de solos em avançado estado de danificação, principalmente pelo uso continuado de mecanização: no local foi feita uma prática de identificação de espécies vegetais indicadoras de solos degradados. Uma outra prática foi realizada em um SAF mal-implantado, em abandono. Graças a este exemplo, foi possível fixar melhor os alertas levantados durante as palestras em sala.

Foi feito um trabalho de grupo na área do Sr. Armando Miqueiro, no mesmo local onde foi implementada a UD de manejo sustentável de pastagem. Ali foi possível verificar a recuperação de solos através do manuseio intensivo das pastagens.

Em **Santarém - PA**, a prática de campo foi realizada em um pequeno SAF implantado e conduzido em uma pequena propriedade rural pertencente a um técnico do IBAMA local. O que houve de mais interessante na prática foi o relato do planejamento detalhado feito pelo proprietário, mostrando no campo as fases já implantadas e explicando aonde ele quer chegar no futuro. Por dificuldades apresentadas em relação à logística, não foi possível visitar uma área melhor estruturada.

As condições locais em Santarém não foram adequadas para a realização de oficinas, o que limitou muito as atividades, transformando o curso num longo seminário, com palestra e debate oral repetitivo. Mesmo sem a realização de trabalhos em grupo, dinâmicas e outras práticas, a avaliação apontou que

o resultado do módulo foi satisfatório pelo grande interesse que o tema “recuperação de solos com o uso de leguminosa” despertou no grupo.

A aplicação do módulo em São Félix do Araguaia - MT teve uma particularidade em relação aos demais: foi colocada em evidência a questão da comercialização de produtos da agricultura familiar, principalmente aqueles que podem ser explorados nos SAFs. A cidade é pequena, possui cerca de dez mil habitantes, e está isolada dos maiores mercados, tanto pela distância quanto pela qualidade das estradas e vias navegáveis. Este contexto permitiu uma maior reflexão e grande debate sobre a escolha das espécies a serem utilizadas nos possíveis SAFs.

A prática de campo foi realizada em uma área da ANSA, onde está sendo implantado um SAF com apoio de um viveiro de mudas agroflorestais. A área permitiu ao grupo observar vários aspectos de um sistema agroflorestal, com acompanhamento do responsável, que explicou todo o processo de planejamento e condução.

Em **São Félix do Araguaia**, foram realizados trabalhos de elaboração de projetos em grupos, voltados para as localidades de origem dos participantes.

Altamira - PA fica numa região onde a ação humana tem provocado importantes impactos sobre o meio ambiente. A atividade pecuária é expressiva na região. Nesse pólo, a oficina aconteceu na Casa Familiar Rural. Contou com a participação de produtores rurais de outras regiões, com relatos de experiências de produção sem o uso do fogo.

A prática de campo ficou limitada à área em torno do centro de formação onde existem quintais e pomares diversificados que permitiram uma breve demonstração sobre SAF. Foi realizada uma visita a uma área, cuja vegetação havia sido recentemente retirada, onde foi possível realizar uma prática sobre erosão e degradação de solos.

No Pólo de **Belém - PA**, a oficina transcorreu toda em sala. Além dos dois temas previstos, foi incluído um turno para planejamento dos Protocolos, com a participação também do formador José Virgílio Moura. Entendeu-se que poderia ser muito importante um reforço na metodologia das negociações dos protocolos, que já estavam sendo articulados em vários municípios.

O tema “recuperação de solos com o uso da leguminosa mucuna preta” despertou muito o interesse no grupo. Vários participantes declararam que iriam experimentar a técnica. Alguns técnicos, com larga experiência no Pará, questionaram a produção sem o apoio da mecanização e do uso de fertilizantes e agrotóxicos: “Não é possível alta produtividade sem o uso da técnica”. Este debate, que foi muito recorrente durante a oficina, permitiu a abordagem de vários aspectos relevantes, principalmente para a produção familiar.

Módulo 7 – Técnicas para manejo e melhoramento das pastagens

O fogo ainda é muito usado como alternativa para a limpeza de pastagens em algumas regiões do Brasil. Infelizmente, ainda existem pecuaristas e



O engenheiro-agrônomo, Jurandir Melado, ministrando o módulo de técnicas para manejo e melhoramento das pastagens – MT

agricultores que usam esta medida comodista que traz poucas e apenas aparentes vantagens e um grande número graves de desvantagens. Em regiões de fronteira agrícola, a mais terrível consequência do fogo usado nas pastagens é a passagem deste fogo para áreas de florestas por deficiência no controle das queimadas. Estima-se que cerca da metade dos incêndios florestais tenha origem em queimadas que fogem do controle.

O principal argumento que os pecuaristas usam para justificar esta prática é a necessidade de eliminar as sobras de pasto originadas pelo subpastoreio para, pretensamente, melhorar a pastagem com eliminação das partes mortas e a estimulação de uma rápida brotação que disponibilizaria alimentos para o gado em curto prazo, o que realmente ocorre, porém às custas da intensificação do processo de degradação. Com o uso do Manejo Sustentável de Pastagem, empregando o Pastoreio Voisin, esta justificativa não existe, pois uma das muitas consequências benéficas deste método é exatamente não permitir sobras de pastagens, tornando desnecessárias as queimadas.

Conhecendo as características do *Manejo Sustentável de Pastagens*, torna-se estratégico difundir essa prática dentre os criadores de gado na Amazônia, com a finalidade de reduzir o impacto dessa atividade, excluir o uso do fogo e aumentar a produtividade. É muito mais racional e econômico buscar uma maior produtividade das pastagens já formadas por meio desta técnica do que ampliar as pastagens, mantendo o manejo convencional.

Se hoje a pecuária é apontada como uma vilã no processo de aquecimento global, devido às queimadas e a liberação de metano pelos animais, outras principais causas que se somam a estas são o desmatamento para a expansão daquela atividade e a degradação das pastagens, transformando-as em verdadeiros espelhos refletores de calor para a atmosfera.

As tecnologias propostas têm o grande mérito tanto de reduzir a demanda por novos desflorestamentos, pela elevação da produção das pastagens já utilizadas, como de diminuir o efeito “refletor”, pela recuperação das pastagens deterioradas, modificando-as em Pastagens Ecológicas.

Esse módulo, ofertado em três dias, constou de palestras técnicas e da instalação em campo de um

sistema de cercas elétricas, procurando o máximo de aproximação com uma situação real, onde os participantes pudessem aprender na prática os procedimentos que possibilitam um bom manejo das pastagens. Foi demonstrado claramente o malefício do uso do fogo nos pastos, que, além de trazer sérios inconvenientes para a própria pastagem e o solo, é o que origina grande parte dos incêndios florestais em áreas de fronteira agrícola. Com a Pastagem Ecológica, o uso do fogo é totalmente descartado.

Na parte teórica, discutiu-se sobre as causas da baixa produtividade média das pastagens brasileiras e as condicionantes que as têm levado à degradação. Estas causas podem ser resumidas em uma só: o manuseio inadequado. Foi mostrado que o sistema de pastoreio contínuo, ainda usado de forma geral no Brasil, permite apenas 1/3 da produtividade potencial de uma pastagem e a conduz gradativamente à degradação. Também se aborda a criação de pequenos animais com o uso de cerca elétrica; recuperação de áreas degradadas; uso de leguminosas e arborização de pastagens. Durante a oficina são apresentados exemplos reais de sucesso na utilização das tecnologias.

Como alternativa ao pastoreio contínuo, foram detalhadas as normas do *Pastoreio Racional Voisin* (PRV) e da *Pastagem Ecológica*, tecnologias que têm a capacidade não só de elevar significativamente a produtividade das pastagens, quanto também de promover a recuperação natural das pastagens degradadas. Como o manejo racional das pastagens requer a sua divisão em um número adequado (elevado) de parcelas, também faz parte do conteúdo do módulo a técnica das cercas elétricas, que tem se revelado como a melhor alternativa para a divisão das pastagens, de forma eficiente, segura, econômica e ecológica.

A oficina deste módulo apresentou as bases do Pastoreio Rotativo Voisin, resumido em quatro leis: Repouso – Ocupação – Ajuda – Rendimento. Mostrou a tecnologia do PRV, os pontos importantes a serem seguidos e a tecnologia da cerca elétrica (saber o que fazer e como fazer), que viabiliza o manejo. O processo é uma alternativa viável para a recuperação de áreas de pastagem degradada e de mata ciliar, e incorpora os benefícios do *sistema silvipastoril*. Esse sistema viabiliza o aumento do número de cabeça de

gado por hectare, possibilitando o uso de uma área menor para uma produção maior.

Os Sistemas Silvipastoris, que são planos agro-florestais que incluem o pasto e animais herbívoros, são considerados a melhor forma de manter a sustentabilidade de uma pastagem, sob qualquer tipo de manejo. Por outro lado, o Sistema de *Pastoreio Racional Voisin* é também considerado o mais perfeito sistema de manejo de animais herbívoros a campo. Quando se maneja um sistema silvipastoril atendendo aos preceitos do Pastoreio Voisin e se procura também aumentar a *biodiversidade das forrageiras e das árvores*, obtém-se uma situação ideal que é a chamada Pastagem Ecológica.

A Pastagem Ecológica tem uma parceira muito poderosa, a *Natureza*, que trabalha a favor da vida, e trabalhará, portanto, a favor do empreendimento, gratuitamente e de forma incansável, 24 horas por dia, 365 dias por ano.

O alto grau de equilíbrio ecológico que pode ser alcançado com a Pastagem Ecológica ao longo do tempo facilita sobremaneira o controle natural das principais pragas do pasto e do gado, dispensando ou minimizando a necessidade dos tratamentos convencionais. A interação de todos estes fatores positivos torna a Pastagem Ecológica extremamente atraente para todos aqueles que pretendem voltar seus esforços para a *produção orgânica de carne ou leite*, que é hoje sem dúvida o ideal de produção, pois concilia, entre outras vantagens, produtos isentos de resíduos, com um menor custo de produção e a necessária proteção ao meio ambiente.

Com o Manejo Sustentável das Pastagens (Pastoreio Racional Voisin e Pastagem Ecológica) se tem uma melhor utilização para a produção de dois fatores fundamentais, quase sempre relegados ao esquecimento ou a um segundo plano na pecuária convencional, que são: a *energia solar*, que passa a ser melhor utilizada, adequando as pastagens para um máximo aproveitamento da fotossíntese; e a *biocenose ou "vida do solo"*, com seu poder de reciclar a matéria orgânica e o solo, disponibilizando nutrientes antes indisponíveis às plantas. Isto reflete numa maior eficiência produtiva do pasto e numa maior produtividade geral.

No manejo convencional, o usual é procurar soluções para os problemas; no Manejo Sustentável, o que se procura é evitar que os problemas surjam.

As árvores na pastagem têm um papel muito importante, pois além de amenizar os efeitos do excesso de insolação, do vento e da chuva, melhorando equilíbrio ecológico e o microclima, constituem verdadeiras "bombas de adubação", canalizando nutrientes das camadas mais profundas do solo para a superfície, por intermédio dos galhos e folhas. Tanto melhor se forem leguminosas, com capacidade de fixar o nitrogênio atmosférico. As raízes das árvores têm um efeito de descompactação e de fragmentação de rochas do solo, sendo também uma importante fonte de matéria orgânica, por ocasião da decomposição.

Podemos esperar com o Manejo Sustentável das Pastagens, entre outras, as seguintes vantagens:

- capacidade de lotação dos pastos até três vezes a média da região;
- recuperação de pastagens degradadas apenas com o manejo, sem necessidade de onerosas reformas convencionais;
- aumento do equilíbrio ecológico, facilitando o controle biológico ou natural das pragas do pasto e do gado;
- redução da mão-de-obra necessária para o manejo do gado e a manutenção da pastagem;
- aumento da mansidão do gado, facilitando o manejo na pastagem, no curral, no transporte e nos procedimentos pré-abate;
- redução dos gastos com medicamentos, defensivos e suplementos;
- aumento progressivo da fertilidade do solo, dispensando adubações com adubos altamente solúveis;
- possibilidade de se obter fonte de renda extra com a adoção do Sistema Voisin Silvipastoril (pastagens com árvores, que podem ser frutíferas ou espécies comerciais);
- redução progressiva dos custos de produção, pela economia de insumos e mão-de-obra;
- aumento da rentabilidade líquida da propriedade.

O princípio básico do Pastoreio Voisin é muito simples: o capim deve ser colhido (pastejado) no ponto certo do seu desenvolvimento (no final do período de crescimento máximo) e a colheita pelo animal deve ser feita no menor período de tempo possível. Após a colheita, o capim deve ser deixado em repouso para mais um ciclo de crescimento. Como

o capim é uma planta perene, este ciclo (pastoreio – repouso - pastoreio) pode se repetir diversas vezes durante o ano, numa média de 8 ciclos anuais.

O procedimento básico para atender aos princípios básicos do PRV é a divisão das pastagens em um número suficiente de piquetes, de forma a permitir que o capim seja sempre colhido no momento mais adequado. É conveniente que se tenha pelo menos 40 piquetes. Sendo que quanto mais piquetes houver, mais fácil será o gerenciamento do sistema. Aí entra em campo a tecnologia das *cercas elétricas*, que viabilizam técnica e economicamente a construção de tão grande número de piquetes.

Foram desenvolvidas, na Fazenda Ecológica⁽⁷⁾, alternativas práticas e caseiras para os principais elementos da cerca elétrica disponível no comércio, buscando reduzir o custo dos projetos, sem perda da qualidade. Assim, foram desenvolvidos equipamentos, ferramentas e elementos, como porteiros e chaves interruptoras, que, além da redução drástica do custo, acabaram se revelando mais eficientes que os modelos industrializados.

O curso foi concluído com uma prática em campo, onde os participantes se exercitaram na construção de um sistema de cercas elétricas, simulando uma situação real de um projeto de manejo racional de pastagem. Durante a atividade prática, alguns componentes da cerca elétrica foram confeccionados pelos próprios integrantes e foi observada a sua utilização. A prática foi realizada em condições reais de campo, possibilitando que *se aprenda a fazer, fazendo*, comprovando que a tecnologia proposta é de fácil reprodução.

O número elevado de participantes dificultou que todos pudessem participar ativamente da prática, como seria desejável. Esse aspecto merece ser contornado para o aprimoramento da formação.

Em cada pólo, durante a aula prática, realizada em situação real de campo, foi construída uma parte de um sistema completo, incluindo a instalação dos equipamentos e da cerca propriamente dita, com todos os seus elementos constituintes. Após o curso, esta construção permaneceu no local, como uma *Unidade Demonstrativa de Cerca elétrica padrão Fazenda Ecológica*. Em todos os pólos, o coordenador

local e o proprietário da área receberam instruções para a construção de novos piquetes, a fim de se obter um módulo de manuseio completo, que seria uma *UD de Manejo Sustentável de Pastagens* aberta à visitação.

Em **Rio Branco - AC**, houve a participação de Felipe Vaz, que fez uma palestra. A prática foi realizada na Escola da Floresta, que cedeu a área e recebeu apoio para a construção do projeto que será disponibilizado para tornar-se uma Unidade Demonstrativa.

Em **Itaituba - PA**, foi realizada uma visita à propriedade do Sr. Armando Miqueiro (participante do curso) e que já aplica os conceitos do Pastoreio Racional Voisin na produção leiteira há 18 anos no município. Com essa visita, os participantes tiveram oportunidade de ver *“in loco”* um sistema de piquetes em pleno funcionamento e ouvir o rico depoimento do Sr. Armando em favor do sistema implantado, que, apesar de não estar totalmente dentro dos melhores critérios técnicos, já apresenta resultados bastante positivos, com uma capacidade de lotação quatro vezes a média da região. Durante a prática, foi iniciada a implantação, em escala real, de um sistema de piquetes com cerca elétrica, na propriedade do Sr. João Paulo, também participante do curso. A área implantada funcionará como uma Unidade Demonstrativa (UD).

Em **Altamira - PA**, o sistema de cerca elétrica foi implantado na área do Sindicato Rural, na Escola Familiar Rural e deverá ser mantido como uma Unidade Demonstrativa para uso da escola e os cursos de agropecuária da região. Nesta prática, foi possível o teste real do sistema com gado cedido por um produtor vizinho.

Em **Belém - PA**, o curso foi realizado numa fazenda da FAEPA – Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, sendo que as instalações resultantes da prática ficaram como UD de Cerca Elétrica no local.

Em **Santarém - PA**, como nos outros pólos, a prática foi realizada numa propriedade rural, ficando as instalações resultantes disponíveis como UD.

Em **Alta Floresta - MT**, o curso prático foi realizado numa propriedade chamada Piscicultura Esteio, do Sr. Ércio, que participou ativamente das atividades.

(7) Fazenda Ecológica é a propriedade do formador técnico Eng. Agr. Jurandir Melado, onde desenvolve suas experiências em Pastagem Ecológica. A Fazenda Ecológica está disponível para visitação. Informações pelo e-mail: juramel@terra.com.br

Como resultado da prática, nesse local, foi instalada uma Unidade Demonstrativa de Manejo Sustentável de Pastagem.

Em **Juína - MT**, a prática foi realizada na fazenda do Sr. Julio Calça, que trabalha a bovinocultura de corte, em ciclo completo, nos moldes tradicionais, onde as instalações implantadas durante a prática deverão ser complementadas com apoio do Programa, resultando em mais uma UD de Manejo Sustentável de Pastagens.

Em **São Félix do Araguaia - MT**, o curso prático foi realizado na Chácara São José, do Sr. José Oliveira Luz e de sua esposa, Meire Abreu Vasconcelos, que se mostraram muito entusiasmados em dar continuidade às instalações montadas durante a prática.

Módulo 8 – Valor da Floresta e alternativas à utilização de resíduos florestais

Este módulo inicialmente chamava-se “técnicas de reciclagem de resíduos da madeira”. Procurou-se encarar o desafio de construir uma Oficina que não ensinasse simplesmente a fazer objetos de madeira, mas que despertasse uma visão crítica sobre o uso que, em geral, se faz das florestas brasileiras, em especial da Amazônia, instigando ao seu uso sustentável, com responsabilidade e criatividade. É no mínimo pouco inteligente, nos dias de hoje, que a floresta amazônica seja queimada para dar lugar às atividades de pecuária e agricultura ou para se transformar em carvão, como ocorre em larga escala no sul do Estado do Pará.

A floresta é fundamental para a vida do nosso planeta e, por consequência, para a nossa vida. Enquanto não se der valor à floresta, ela só será vista como um obstáculo ao desenvolvimento. A floresta nos fornece muitos produtos, desde frutos, castanha, látex, caça, madeira, material para artesanato, plantas medicinais, dentre outros, e desempenha papel fundamental na manutenção do clima, do ciclo da água, proteção do solo e conservação da biodiversidade. Todos esses benefícios da floresta, por desconhecimento ou desconexão cultural, não tem sido valorizados.

A Oficina tinha início com um vídeo que representa o olhar da árvore frente à destruição da sua espécie e de sua grande família, a floresta, pelo ser humano. Essa ferramenta audiovisual pretendeu

sensibilizar os participantes para o valor da floresta e ligá-la diretamente à madeira, pois hoje o senso comum não faz essa ligação com facilidade, e que tem como protagonista uma imensa Sumaúma (*Ceiba speciosa*).

Foi essa a principal abordagem desse módulo: valorizar a floresta para mantê-la em pé ou manejá-la de forma sustentável conforme determinam as leis voltadas para a atividade florestal de espécies nativas. A ação exploratória do ser humano tem destruído essa riqueza

A exploração das florestas tem sido presente na nossa história desde os tempos coloniais, haja vista que o primeiro produto de exportação do Brasil foi uma árvore, a *Caesalpinia echinata*, chamada popularmente de pau-brasil. O primeiro objeto a ser construído por outra cultura neste país foi um objeto de madeira – a cruz de Cristo.

Ainda nos diálogos com os participantes foi enfatizada a utilização dos recursos florestais, demonstrando a sua importância na construção do Brasil, pois até as primeiras décadas do século XX, o único recurso disponível que a possibilitava, era a madeira, se considerar que a primeira ponte de ferro construída em nosso País data de 1828 e que, somente em 1906, apareceu a possibilidade de se utilizar concreto, portanto, temos mais de 400 anos de construção do nosso país, baseado quase exclusivamente na madeira; e, enfatizando que o Brasil é um país florestal, foram levados ao conhecimento dos participantes os exemplos do que os nossos antepassados construíram com a madeira, entre outros, o tesouro florestal representado pelas igrejas barrocas do Nordeste é sem dúvida, o exemplo máximo, da utilização da madeira.

Ainda nessa linha de abordagem, foi mostrada a importância da madeira nos projetos arquitetônicos realizados por José Zanine Caldas, no design de Joaquim Tenreiro e Sérgio Rodrigues. Foram mostrados os objetos de arte de Franz Krajcberg, o artista brasileiro que se utilizou das árvores queimadas na denúncia do descontrole do fogo em nossas florestas.

Essa análise histórica passa também pela reflexão a respeito das políticas públicas voltadas para a Amazônia, que reforçou essa atitude exploratória com o lema “terras sem homens para homens sem terra”, baseadas na supressão da floresta, e a

substituição desta pelas atividades de pecuária e agricultura extensivas, utilizando-se o fogo como ferramenta principal para consolidar a posse da terra.

Neste módulo visou-se desconstruir a idéia de que para se chegar ao desenvolvimento é preciso destruir, queimar, e buscou-se construir a idéia de que é possível um desenvolvimento sustentável, com a floresta em pé, utilizando seus ricos recursos.

A indústria da madeira é ineficiente, produzindo mais resíduos que produtos finais. Uma recente pesquisa do Instituto para o Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) revelou que em cada metro cúbico de madeira maciça, apenas 35% são transformados em produto acabado, enquanto que 65% se tornam resíduo, que parte pode ser transformado em carvão, mas na maioria das vezes é desperdiçado, queimado e gerando fumaça.

Uma solução para responder a esse desperdício seria a criação de objetos com baixo custo, como móveis, utensílios domésticos, brinquedos e jogos educativos, aproveitando os resíduos da atividade madeireira, além de incorporar valor agregado à madeira por meio do design aplicado ao artesanato.

A partir da consistente experiência do formador (Virgílio) na região do entorno do lago de Tucuruí, durante as oficinas trabalhou-se esse exemplo real, chamando a atenção para o fato de que nessa região, onde, em 2006, havia 6 mil fornos de carvão, que consumiam 17 milhões de m³ de madeira para produzir o ferro-gusa (90% da produção é exportada), mas essas guserias tinham apenas 1,7 milhão de m³ produzidos a partir de madeira plantada... então, se perguntou: “Como poderiam demandar 17 milhões de m³?” A floresta vai sendo devorada graças à facilidade que a guseria oferece, desde instalar a carvoeira até buscar o carvão. É preciso pensar em outros usos para a floresta antes da produção do carvão. O carvão deve ser a última alternativa.

O vídeo apresentado sobre carvoaria subsidiou a discussão sobre o tema.

Completando a apresentação do caso de Tucuruí, foi mostrada a utilização de resíduos de madeira oriundos de serraria, cujo uso na região de Tucuruí, e em boa parte do Estado do Pará, era (e ainda é) o de serem simplesmente queimados em fornos domésticos cavados no chão, ou a céu aberto, no entorno das cidades. Virgílio apresentou seu trabalho, mostrando que conseguiu encontrar

uma finalidade para estes resíduos (que não servem para as carvoarias, pois têm medidas inferiores a 5 cm de largura) na construção de peças de mobiliário, e pequenos objetos de decoração. Durante as oficinas, além de exibição de belas peças feitas em madeira realizadas por ele, foi estimulado que os artesãos locais expusessem seus trabalhos e também se procurou fazer visitas a empreendimentos e iniciativas que transformam resíduos das árvores, raízes, galhos, cipós, cascas, sementes e madeira em objetos com alto valor agregado.

Também foram abordadas técnicas para se fazer objetos de madeira, utilizando-se de um vídeo de animação mostrando como alguns dos objetos apresentados pelo formador são construídos.

Foi trabalhada uma abordagem crítica da nossa sociedade, dos hábitos, valores e comportamentos, tendo



Aula prática de utilização de resíduos florestais dirigida aos participantes do centro de formação de Belém – PA

gerado reflexão, quebra de paradigmas, contribuindo para que se mudasse o olhar sobre a floresta, instigando e despertando os participantes a tomar frente na transformação da realidade. Essa leitura do mundo, questionadora, levou aos participantes a “enxergarem a realidade com outros olhos”, depoimento de muitos deles. Os multiplicadores chegaram ao final da oficina querendo se envolver em projetos de aproveitamento de resíduos de madeira.

Como exemplo concreto de um desdobramento desse módulo, os comunitários de Itaituba, liderados pelas participantes do Programa e integrantes do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade da Transamazônica, retomam o plano de manejo e decidem comercializar madeira manejada a preço justo.

Embora os líderes comunitários tenham incessantemente solicitado que houvesse uma atividade prática de confecção de objetos oriundos de resíduos de madeira, a impossibilidade resulta da dificuldade imposta pelas condições de alta periculosidade das marcenarias locais.

E sabendo que a arte toca as pessoas e desperta nelas emoções, principalmente a música, a oficina foi encerrada com a música de Pink Floyd, tocada por contrabaixo, piano, guitarra e violão acústico, para lembrar que esses instrumentos são todos feitos de madeira, permitindo concluir que “se você tirar a madeira, se acaba a famosa banda inglesa”.

A seguir, apresentam-se especificidades que ocorreram em cada Pólo:

Em **Belém - PA**, nesse módulo aconteceu a abertura do Programa Amazônia sem Fogo e todos os participantes tiveram a oportunidade de visitar a fábrica da Tramontina de confecção de utensílios domésticos e móveis; esta empresa é a única que se utiliza tecnologia de ponta na fabricação de produtos de madeira na Amazônia.

Em **Rio Branco - AC**, houve a participação das Cooperativas de Artesãos e visita ao pólo moveleiro. Surgiram oportunidades de negócios para os artesãos a partir desse módulo.

Em **Alta Floresta - MT**, além da apresentação dos objetos levados pelo formador, também foram apresentadas outras confecções de madeiras, como brinquedos pedagógicos da Escola de Marcenaria, trabalhos de marcenaria tradicional, briquetaria

(uso de serragem) e objetos confeccionados a partir de cipó.

Em **Juína - MT**, durante a realização deste módulo houve uma Mostra de Artesanato de Resíduos da Floresta, e um momento na oficina para a exposição dos artesãos em relação às técnicas que trabalham. A Silvia, de Juruena, que aproveita restos de madeira serrada das serrarias para fazer objetos de arte e redes; o Valfrido, de Juína, que utiliza restos de toras e raízes esquecidos nas pastagens para fazer móveis (o que poderia ser combustível de futuras queimadas); o Gilson, que utiliza resíduos de coco da Bahia, ouriços e cascas de castanha-do-Pará, além de fibras vegetais e espinhos para fazer objetos de arte, colares, bolsas, brincos e pulseiras; e os índios Rikbaktsa, que retiram da natureza a matéria-prima para fazerem ornamentos que traduzem sua cultura. Foi muito importante a valorização dos artesãos locais e os participantes poderem conhecer esses trabalhos.

Em **Santarém - PA**, foram mostradas experiências locais com relação à confecção de artesanatos, como das Oficinas Caboclas, INEA, Projeto Saúde e Alegria.

Em **Altamira e Itaituba - PA e São Félix do Araguaia - MT**, não houve nenhuma visita técnica, porém a participação de todos foi bastante expressiva. Nesses pólos, as visitas foram substituídas por vídeos animados dos métodos utilizados na construção das peças mostradas pelo formador na oficina.

Módulo 9 – Manejo florestal sustentável e gestão de florestas públicas

A região amazônica, por ser berço de uma floresta tropical de exuberante beleza, rica diversidade e grande potencial econômico, deve ser explorada de maneira sustentável, de modo que garanta o manejo da floresta, gerando benefícios econômicos e sociais. A atividade florestal é importante para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, porque alia geração de renda e emprego e conservação destes recursos florestais.

Infelizmente, ao longo dos anos, os recursos florestais estão sendo utilizados de maneira que não respeite a sustentabilidade da floresta, sendo que estes recursos estão sendo drasticamente exau-



Aula prática de manejo florestal sustentável ministrada pelos técnicos do Serviço Florestal Brasileiro – MT

ridos. Esta é a chamada “garimpagem florestal”, em que ocorre uma entrada na floresta sem qualquer planejamento, causando grande destruição, somente para extrair alguns poucos produtos. Isto é muito evidente com as espécies madeireiras: são exploradas as poucas espécies que possuem alto valor comercial, deixando para trás uma floresta destruída e com pequena capacidade de regeneração.

Em vista deste cenário, é fundamental desenvolver atividades de formação e difusão dos conceitos e técnicas de execução do *Manejo Florestal Sustentável* e plantios florestais. Assim, esse módulo teve os seguintes objetivos: conscientizar os participantes sobre a importância da floresta no contexto da agricultura familiar na Amazônia; orientar os participantes sobre novas possibilidades de trabalhar com os recursos florestais; e apresentar a nova gestão das florestas públicas no Brasil. Buscou-se apresentar o Manejo Florestal como atividade produtiva, incluindo os aspectos técnicos da execução de um Plano de Manejo e as técnicas de exploração de impacto reduzido. O enfoque principal desse módulo foi sobre o potencial do manejo florestal sustentável para auxi-

liar o desenvolvimento da Amazônia, mostrando que a floresta também fornece produtos que as famílias necessitam e gera renda. Foi bastante discutida a importância da floresta para o agricultor familiar.

Como estímulo à abordagem florestal, no início do módulo, a apresentação dos palestrantes foi feita de forma que cada participante refletisse sobre os recursos florestais, indicando, por exemplo, uma árvore que se identificava e o porquê desta escolha. Isto motivou a discussão sobre o valor das florestas no contexto da Amazônia. Inclusive, muitos participantes mencionaram sobre a escolha de não somente uma espécie florestal, mas da floresta toda, pois considerava que esta deve ser valorizada como um todo.

Em seguida, foram realizadas discussões teóricas e apresentações, no sentido de introduzir algumas técnicas de manejo florestal, algumas normas brasileiras referentes ao assunto, bem como políticas públicas anteriores e atuais sobre o tema. Além de apresentações com fotos utilizando-se data-show, durante a oficina ocorreram atividades em grupo que promovam o debate e intercâmbio de informa-

ções sobre Manejo Florestal e Gestão de Florestas Públicas.

Para que os participantes pudessem compreender melhor os aspectos técnicos apresentados, durante a oficina foram feitas visitas de campo a algum local onde se executa um Plano de Manejo Florestal ou se desenvolve uma atividade prática em Manejo Florestal. Além disto, procurou-se sempre enfatizar sobre o manuseio florestal comunitário, isto é, aquele que é praticado por povos e comunidades tradicionais na Amazônia.

A especificação dos conteúdos e a metodologia de trabalho foram definidas de acordo com a realidade local e o contexto do setor florestal na região, sendo que em alguns pólos se enfatizou a questão da concessão florestal em FLONAs (em Itaituba – PA, por exemplo) e em outros foi realçada a temática de manejo florestal comunitário (em Altamira – PA e Rio Branco – AC, por exemplo).

A temática foi abordada da seguinte forma: apresentação do que é Manejo Florestal Sustentável; quais seus benefícios econômicos, ambientais e sociais; técnicas operacionais (enfocando a exploração madeireira) e exploração de impacto reduzido; legislação referente ao tema; Plano de Manejo Florestal Sustentável; Manejo Florestal Comunitário; e a Gestão de Florestas Públicas.

Portanto, inicialmente foi abordado que o Manejo Florestal Sustentável é um conjunto de métodos de planejamento e técnicas operacionais, com o objetivo de administrar uma floresta, para que esta gere benefícios econômicos e sociais, respeitando e valorizando a sustentação da floresta.

Principalmente por reduzir o impacto da exploração florestal, o Manejo Florestal Sustentável traz uma série de benefícios: a) Continuidade da produção; b) Rentabilidade; c) Maior segurança nas operações florestais; d) Conformidade com a legislação; e) Oportunidades de mercado; f) Conservação florestal; g) Serviços ambientais.

Pode ser organizado em três etapas: atividades pré-exploratórias; atividades exploratórias e atividades pós-exploratórias.

As atividades pré-exploratórias são realizadas de um a dois anos antes da exploração florestal e inclui coleta de informações úteis à atividade de planejamento, com demarcação das áreas de preservação permanente; zoneamento da área

(áreas inacessíveis à exploração e áreas de exploração), indicando presença de cursos d'água, áreas com cipós, variações topográficas, etc). Ao final, possibilita a confecção de mapa detalhado da área de exploração e das árvores a serem exploradas. Ainda antes de iniciar a exploração propriamente dita, demarcam-se os talhões e se define quais talhões serão explorados em cada ano, organizando a seqüência de exploração.

Em seguida, é feito o Censo Florestal, que é o inventário de todas as espécies de valor comercial da área, muito importante para as atividades de planejamento no talhão e tratamentos silviculturais. No Censo Florestal, faz-se identificação de árvores; medição das identificadas (diâmetro a altura do peito – DAP, altura comercial, avaliação da qualidade do tronco e copa); numeração das árvores; mapeamento dessas árvores; detecção de oco; avaliação da direção de queda; avaliação de quantidade de iluminação; e seleção de árvores matrizes (para dispersão de sementes).

Planejam-se também as estradas principais e secundárias (levando-se em conta a topografia, áreas inacessíveis, áreas de preservação permanente – APPs, infra-estrutura da propriedade e volume de madeira disponível por hectare) e o Pátio de Estocagem (definindo a sua melhor localização do pátio, a partir da localização das árvores, com vistas a reduzir o impacto do arraste; e o seu tamanho, a partir do sistema de transporte das toras e do volume a ser transportado). Ainda como parte das atividades pré-exploratórias, tem-se o corte de todos os cipós que estão próximos às árvores a serem abatidas, pois, caso não sejam eliminados, podem ocasionar perigos aos trabalhadores no momento do abate.

A partir de todas estas informações prévias, elabora-se o Plano de Manejo Florestal Sustentável, que deve conter: a) Informações sobre a área e características da floresta (fauna, flora, topografia, solo, etc); b) Informações sobre as técnicas de exploração, a regeneração e o crescimento das espécies comerciais; c) Medidas de proteção às áreas de preservação permanente; d) Cronograma da exploração anual; e) Projeção dos custos e benefícios.

Depois de todo esse planejamento, iniciam-se as atividades exploratórias, que dizem respeito às técnicas de corte e abate das árvores e arraste de toras de dentro das florestas para áreas de estocagem.

Como parte também das técnicas do Manejo Florestal, as atividades pós-exploratórias ou práticas silviculturais têm o objetivo de garantir a continuidade da produção madeireira, como anelamento de algumas árvores, enriquecimento com mudas, medidas de proteção contra o fogo e o monitoramento da regeneração e crescimento da floresta, através do Inventário Florestal Contínuo (ou Parcelas Permanentes). Este último, trata-se de levantamento periódico das espécies em uma parcela, com o objetivo de monitorar o desenvolvimento da floresta.

Outro tema importante para o módulo foi sobre o **Manejo Florestal Comunitário**. As contribuições de comunidades tradicionais são de fundamental importância para a permanência da prática do manejo florestal na Amazônia. Com este foco, a unidade retomou alguns vídeos elaborados no âmbito do Programa de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia, o ProManejo, que contemplavam as experiências de comunidades que praticam Manejo Florestal Sustentável. Este tema promoveu ricos debates sobre o futuro dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia.

O último tema abordado foi sobre a **Lei de Gestão de Florestas Públicas**, e a nova gerência exercida por órgãos brasileiros nas florestas públicas de todo o País. O Serviço Florestal, como um dos órgãos gestores das florestas públicas brasileiras abriu espaços para os participantes tirarem dúvidas sobre as concessões florestais, tema atualmente bastante debatido na sociedade brasileira.

A seguir, apresentam-se especificidades que ocorreram em cada pólo:

Em **Rio Branco - AC**, houve a palestra sobre manejo florestal comunitário, proferida por um técnico do Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA-Acre) e também uma visita técnica ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Porto Dias, local em que hoje há uma experiência de Manejo Florestal Comunitário.

Em **Belém - PA**, houve a participação de Syglea Rejane Magalhães Lopes, do IDEFLOR, com a palestra sobre gestão de florestas públicas no Estado do Pará, possibilitando que os participantes tirassem dúvidas acerca da lei específica a ela. Aconteceu uma visita de campo, a uma área de manejo

em floresta secundária, desenvolvido da Embrapa Amazônia Oriental na região de Bragança/PA.

Em **Altamira - PA**, houve a participação do técnico do IFT (Instituto Floresta Tropical), Serginando Reis, que falou sobre as etapas do manejo florestal e técnicas de exploração de impacto reduzido, incluindo a atividade prática de realização de inventário florestal 100% (ou censo florestal). Também aconteceu uma palestra sobre manejo florestal comunitário, sua situação atual e perspectivas pelo consultor independente Tarcísio Feitosa.

Em **Itaituba - PA**, houve a visita técnica ao Projeto de Manejo Florestal Sustentável em área pública, contando com a presença do responsável técnico pela execução do Plano de Manejo Florestal. O assunto foi novidade para muitos integrantes e proporcionou um intenso debate sobre a temática da Gestão das Florestas Públicas e das Concessões Florestais.

Em **Santarém - PA**, os participantes visitaram o Projeto Ambé, uma das iniciativas de manejo florestal comunitário na região, e puderam conhecer a experiência da Cooperfloresta (Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários) na Floresta Nacional do Tapajós. Nesse módulo, para muitos dos participantes, foi a primeira oportunidade de conhecer a lei de gestão de florestas públicas.

Em **Juína - MT**, aconteceu a visita técnica ao Projeto de Manejo Florestal Sustentável em área privada, com a presença do responsável técnico pela execução do Manejo Florestal. Os participantes acharam interessante a explicação de como é realizado um inventário florestal.

No pólo de **Alta Floresta - MT**, foi realizada uma visita a uma área privada em que ocorre o Manejo Florestal. Os participantes visualizaram as principais atividades exploratórias de corte, abate e arraste de toras.

Em **São Félix do Araguaia - MT**, região de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, a discussão girou em torno da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em pequenas propriedades, além de uma explicação sobre a legislação ambiental que mais impacta os agricultores familiares daquela região. Foi o único pólo onde não houve uma visita técnica, porém, foi bastante rica a discussão sobre plantios florestais e reserva legal.

Módulo 10 – Avaliação, sistematização e consolidação do Programa Amazônia sem Fogo

Esse último módulo teve como objetivos: i) resgatar a memória de todas as atividades desenvolvidas durante a execução do Programa Amazônia sem Fogo, identificando os principais aprendizados; ii) levantar informações para esta publicação final acerca do programa; iii) coletar dados para alimentar os indicadores de avaliação do programa; iv) fazer os devidos encaminhamentos a respeito dos Projetos de Ação Coletiva, do Centro de Formação e dos Protocolos; v) realizar o encerramento formal do Curso de Formação dos Multiplicadores, com entrega dos certificados.

A sistematização de experiências, ao mesmo tempo em que documenta a memória de uma experiência vivida, pode ser uma excelente oportunidade de aprendizagem, na proporção que se propicia a reflexão acerca dos conhecimentos no processo vivido pelas pessoas envolvidas. Na perspectiva da educação popular, a sistematização de experiências deve ser feita por quem reconstrói as habilidades, ou seja, quem participou. A sistematização de experiências explicita a lógica vivida, procurando evidenciar por que aconteceu, o que podemos aprender com a experiência para então compartilhar o processo, além do resultado.

“Sistematização é a interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre-se ou explicita-se a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionam entre si e por que fizeram desse modo. Assim, aprendemos e tiramos lições da nossa própria prática”.

Oscar Jara

É importante incluir sistematização como ação dentro de um projeto, pois é altamente benéfico para os participantes e para a própria intervenção. Vai para além da prática, interpretando o que foi feito. É um objeto de pesquisa (para construção do conhecimento) e de transformação da realidade. Resgata-se o que se sabe, descobre-se o que não se sabia e revela-se o que já se sabia, mas não se sabia que sabia. Torna visíveis os saberes e proporciona novos saberes. Cada olhar, com cada trajetória de vida, traz uma interpretação pessoal e é isso que torna rico o processo de sistematização coletiva e participativa, agregando novos aprendizados. Nesse processo, possibilita-se passar do nível descritivo para o interpretativo; do fato para conclusões.

A sistematização realizada nessa perspectiva, contribui para a geração de conhecimento, auto-



Módulo final de sistematização das atividades desenvolvidas ao longo do programa Amazônia sem Fogo. Centro de formação de Belém – PA



Módulo final de sistematização das atividades desenvolvidas ao longo do programa Amazônia sem Fogo com a participação da prefeita de Alta Floresta, Maria Izaura. Centro de formação de Alta Floresta – MT

nomia, empoderamento, auto-estima, compreensão e melhoria da própria prática; o produto serve para extrair ensinamentos e compartilhar com outros grupos, servindo de referência e inspiração. É interessante também pensar o que se vai fazer com os resultados e como serão comunicados por meio de produtos de comunicação, com formato e linguagem adequados ao público.

A metodologia utilizada para a reconstrução da memória da trajetória vivenciada durante essa quarta fase do Programa (Amazônia sem Fogo), foi a “linha do tempo”. A partir de uma linha com os meses do ano, procurou-se recordar as atividades realizadas ao longo do tempo de execução do programa, que foram, em sua maioria, as Oficinas dos Módulos de formação. Nesse processo, refletiu-se a partir de algumas perguntas, como: o que aconteceu? O que foi importante? O que marcou mais? Que assuntos foram tratados? Como foram trabalhados os assuntos? Houve alguma prática? Como foi? Aconteceu algum fato surpreendente?

Em seguida, os participantes foram divididos em grupos para discutirem a fundo quatro eixos temáticos: i) módulos e atividades; ii) protocolos; iii) o valor da floresta e iv) interiorização nas instituições e políticas públicas, registrando-se o que foi discutido nos grupos. Cada subgrupo foi motivado para debater a partir das seguintes perguntas: o que eu coloquei em prática? Que desafios enfrentei e que oportunidades encontrei? Como superei os desafios?

Cada grupo apresentou então os resultados alcançados em os aprendizados, em plenária, agregando informações de todos.

Outra atividade para colher resultados foi a construção de um mapa onde se identificou os principais resultados (ações de intervenção dos multiplicadores) nos municípios abrangidos pelo pólo e se construiu um quadro com os municípios e as quantidades de técnicas de produção sem uso do fogo que foram adotadas.

Nessa Oficina os participantes também puderam contribuir, a partir de uma “chuva de idéias”, com propostas de assuntos para compor essa publicação.

Além disso, foram apresentadas as ações em andamento e providenciados os devidos encaminhamentos, principalmente com relação aos protocolos, projetos de ação coletiva e Centros de Formação (CF). Em relação a esse último assunto, foram elencadas as instituições parceiras; a estrutura disponível; as ações que o CF vai desenvolver; que atividades deverão acontecer para estruturar o CF e os recursos necessários.

O fechamento do Curso de Formação contou com a presença de autoridades, incluindo o Coordenador Geral do Programa da Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento pela Embaixada Italiana e representantes do Ministério do Meio Ambiente. Houve entrega dos diplomas e a confraternização entre todos.

Anexo 4

Iniciativas resultantes do Programa:

Foram inúmeras as ações de divulgação, conscientização, formação e aplicação dos aprendizados gerados a partir do Programa Amazônia sem Fogo.

A seguir, apresentam-se algumas atividades e ações desenvolvidas pelos multiplicadores nos respectivos pólos:

▼ Pólo Rio Branco / AC

ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO:

- Exposição de peças de Marcheteiros

ATIVIDADES PRÁTICAS:

- Vídeo sobre o Protocolo – Metodologia / Funcionalidade / Educação – realizado pela Associação Mapinguarí e Trilha Ambiental
- Implantação de Pastoreio Voisin por agricultor em Bujari – COOESA e Marcheteiro Individual
- Renovação de quatro Protocolos Municipais sobre o uso do fogo
- Envolvimento dos Coletivos Educadores nas atividades do curso sobre alternativas ao uso do fogo
- Implantação do projeto de recuperação de solo com mucuna preta no Estado de Rondônia
- Implantação de uma unidade demonstrativa de Pastoreio Voisin na Escola da Floresta
- Implantação de unidade de Pastoreio Voisin no Bujari, por pequenos produtores
- Vídeo sobre o Protocolo Municipal – Metodologia/Funcionalidade/Educação (Associação Mapinguarí e Trilha Ambiental)
- Espaço para divulgação das ações voltadas para a preservação ambiental, na Rádio Aldeia
- Exposição de peças de marcheteiros
- Convite para os marcheteiros da COOESA e da PAIOL participarem do evento Amazônia no Rio
- Vídeo sobre meio ambiente produzido pelos alunos do curso com participação da Trilha Ambiental

▼ Pólo Alta Floresta / MT

ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO:

- Orientação quanto ao manejo integrado de propriedade, diversificação da pequena propriedade; confecção de cerca elétrica e manejo ecológico de pastagem; confecção de adubo orgânico; recuperação de áreas degradadas (APP's, pastagens); SAFs; Preservação e Licenciamento Ambiental
- Foram realizadas palestras com alunos e produtores sobre os riscos dos incêndios florestais e alternativas ao uso do fogo, acesso a créditos, uso de agrotóxicos, legislação ambiental e material sobre agroecologia
- Distribuição de cartilhas e oficina de controles alternativos
- Orientação de não realizar queimadas nas pastagens
- Orientação e fabricação de adubo orgânico na utilização de hortaliças
- Conversas sobre a importância e necessidade de se manter a floresta em pé, apresentando técnicas alternativas como manejo, coleta de frutos e sementes, entre outros
- Transferência de técnicas de aproveitamento dos produtos da floresta
- Foi discutido com os vereadores da Câmara Municipal de Novo Mundo o que se aprendeu no curso
- Procurou-se compartilhar os conhecimentos adquiridos com os colegas das instituições as quais os multiplicadores representam

ATIVIDADES PRÁTICAS:

- Foram colocadas em prática algumas atividades vivenciadas durante os módulos, como por exemplo: implantação de recuperação de APP's, compostagem utilizando o EM, conscientização contra queimadas, construção de um Plano Nacional de Prevenção de Incêndios Florestais, construção de projeto aproveitando as metodologias repassadas pelo curso (criação

- de aves caipiras no sistema de cerca eletrificada e implantação do Sistema Voisin)
- Foi realizada uma oficina de criação de galinhas de forma alternativa
- Treinamento de Brigada Comunitária de prevenção e controle aos incêndios
- Recuperação de mata ciliar em perímetro urbano
- Criação de uma Unidade Demonstrativa do consórcio da mucuna preta com mandioca, milho e feijão
- Implantação do projeto Uma Nova Floresta em Terra Nova do Norte
- Levantamento de locais para a implantação de unidades demonstrativas com a mucuna preta na recuperação de solos degradados
- Implantação de uma Unidade Demonstrativa de recuperação da cultura do café com feijão-de-porco
- Foram colocadas em prática as técnicas de manejo integrado de propriedade e o uso de receitas alternativas orgânicas
- Implantação de 18 variedades de hortaliças utilizando sistema orgânico: adubação orgânica, técnicas de manejo, receita alternativas de combate e adubação, fabricação de calda bordalesa, orientação e explicação sobre queimadas, técnicas de manuseio de pastagens, orientações na recuperação de solos degradados
- Produção e uso de composto orgânico em hortas particulares
- Foi realizada uma Campanha de Prevenção e Combate ao Uso do Fogo em Terra Nova do Norte e Garantã do Norte
- Reflorestamento em áreas rurais degradadas em parceria com a Ecochachimbo e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Garantã do Norte
- Recuperação de áreas degradadas pelo garimpo com floresta nativa na busca da recuperação da fauna e da floresta em Terra Nova do Norte
- Coleta de sementes florestais e plantio de espécies nativas

- Trabalho de recuperação de nascentes
- Trabalho com biojóia
- Trabalhos artesanais com restos de madeira
- Reaproveitamento da serragem (maravalha) para a produção de adubo orgânico
- Foi colocado no Plano de Ação para 2009 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) ações de prevenção e combate ao fogo no entorno do Parque Estadual Cristalino
- Execução de práticas dos conhecimentos adquiridos nos módulos em parceria com os órgãos públicos, instituições locais e comunidades, por meio de realização de cursos; oficina de educação ambiental; realização de palestras sobre controle de prevenção de incêndios florestais; elaboração de projetos sobre recuperação de áreas degradadas, Recuperação de APPs; oficina de sensibilização, arborização e jardinagem escolar
- Construção do Plano Nacional contra queimadas

▼ Pólo Juína / MT

ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E PRÁTICAS:

- Sessão solene na Câmara Municipal de Juína em comemoração ao Dia Internacional do Meio Ambiente
- I Fórum Socioambiental de Juína
- Seminário para Pequenos Produtores Rurais sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico – Aripuanã
- I Seminário Jurídico do Noroeste de Mato Grosso – Direito de Propriedade: do absolutismo ao social ambientalismo
- Encontro Para a Dignidade do Trabalhador
- 1º Encontro e Protocolo Indígena e da Juventude pelo Meio Ambiente da Região Noroeste Mato-grossense
- II Fórum Socioambiental e Protocolo do Noroeste de Mato Grosso
- Visita do IBAMA às comunidades de lideranças comunitárias do Programa Amazônia Sem Fogo, com propósito informativo

▼ Pólo São Félix do Araguaia / MT

ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO:

- Reunião territorial em São Félix
- Elaboração de protocolos municipais para a diminuição expressiva em todos os municípios, com os agentes municipais.
- Utilização do material para a realização de palestras;
- Utilização dos meios de comunicação para divulgar o Programa Amazônia Sem Fogo e sensibilizar a comunidade

ATIVIDADES PRÁTICAS:

- Foram colocadas em prática 13 unidades de manejo ecológico de pastagens; 9 iniciativas de recuperação de solos e SAF; 5 iniciativas de manejo integrado da propriedade; 4 iniciativas voltadas ao aproveitamento de resíduos de madeira ou valorização da floresta; 32 ações de prevenção e combate aos incêndios florestais; e 47 ações de educomunicação
- Intercâmbio de Sementes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vila Rica
- Comercialização e exposição de produtos da agricultura familiar da Associação Família Casadão de São Félix do Araguaia
- Fiscalização (informal) das queimadas pelos multiplicadores na região
- Cerca Elétrica: 5 cercas implantadas em Vila Rica, para a criação de porco, galinha, carneiro e vaca leiteira; 1 cerca implantada em Novo Santo Antônio.
- Implantação de 7 ha de mucuna preta para adubação e incorporação ao solo, em Vila Rica
- Implantação de 15 ha de mucuna preta e feijão guandu, na Gleba Dom Pedro, São Félix do Araguaia
- Redução nos gastos com produtos químicos
- Aumento da produção
- Recuperação do solo
- Minimização do impacto ambiental.
- Diminuição no número de queimadas em 2% em Vila Rica
- Assinatura de Protocolos Municipais
- Formação de Brigadas Municipais

- Integração de participantes do programa a rede de sementes: geração de renda, incentivo à iniciativa de recuperação de áreas degradada e manutenção da biodiversidade.
- Em alguns municípios do pólo, houve incremento da economia familiar e melhoria da qualidade da alimentação por meio da exploração extrativista de frutas
- Em Porto Alegre do Norte, houve participação de multiplicadores na rede de sementes
- Produtor de São José do Xingu realiza colheita de sementes de espécies nativas e faz mudas, que são repassadas a um preço acessível para as pessoas interessadas a recuperar áreas degradadas
- Reflorestamento em algumas áreas do município de São José do Xingu
- Agricultor de Novo Santo Antônio colhe frutas nativas (murici, pequi e bacaba) para uso e comercialização
- Multiplicadores atuam na conscientização e recuperação de uma nascente recentemente degradada, e realizam plantio de árvores frutíferas em área degradada
- Temos utilizado no desenvolvimento de atividade de educação ambiental dentro do Prevfogo, as informações disponibilizadas nos módulos sobre legislação ambiental e políticas públicas, o controle do fogo e o uso de alternativas ao uso do fogo em Unidades de Conservação e em áreas agrícolas

▼ Pólo Altamira / PA

ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO:

- Produtores de Medicilândia foram informados sobre as técnicas apresentadas no Programa
- Foi realizada palestra sobre integração da propriedade em Brasil Novo
- Aconteceu um encontro com as comunidades em Brasil Novo para apresentação dos temas abordados nos módulos
- Realizou-se articulação de produtores de cacau orgânico para repasse de técnicas de adubação orgânica

- Aconteceu orientação a agricultores do Brasil Novo sobre o uso de leguminosas na produção de grãos
- Em Placas/PA, houve divulgação do Programa durante a Conferência de Meio Ambiente
- Os temas tratados nos Módulos são freqüentemente veiculadas em programa de rádio do STR na FM Comunitária 95.1, em Brasil Novo, todos os sábados
- Os temas dos módulos também têm sido abordados nas Casas Familiares Rurais, que utilizam a pedagogia da alternância. Tem sido feita, por exemplo, uma Ação Educativa junto aos jovens da Casa Familiar Rural e para suas famílias durante as visitas, colocando a importância de manter a floresta em pé, como ter aproveitamento destas áreas como fonte de recursos, aproveitando todos os seus potenciais
- Divulgação do Programa através da imprensa local, conferências e seminários
- Articulação com várias entidades governamentais e ONGs, buscando parcerias para fortalecer a Ação da Associação do PA, a fim de viabilizar o Plano de Manejo
- Potencialização da política de uso de leguminosas, técnica que o STR já vinha trabalhando no Brasil Novo. O curso fortaleceu a institucionalização dessa prática.

ATIVIDADES PRÁTICAS:

- Foram colocadas em prática 14 unidades de manejo ecológico de pastagens; 101 iniciativas de recuperação de solos e SAF; 69 iniciativas de manejo integrado da propriedade (incluindo fabricação de bokashi, adubo natural e defensivo natural); 8 iniciativas voltadas ao aproveitamento de resíduos de madeira ou valorização da floresta; 59 ações de prevenção e combate aos incêndios florestais; e 191 ações de educação
- Foi realizada a reedição do Programa em 9 municípios
- Produção de repelentes naturais e adubos orgânicos pela Casa Familiar Rural e comunidades com orientação da Emater, de acordo com as orientações do Módulo 5

- Implantação de horta orgânica na Casa Familiar Rural de Vitória do Xingu
- Plantio de mucuna preta na Casa Familiar Rural de Brasil Novo
- Plantio de mucuna junto com pimenta-do-reino em Vitória do Xingu, com resultados satisfatórios
- Implantação do sistema de pastoreio Voisin em Brasil Novo
- Incorporação do manejo ecológico de pastagem e uso de cerca elétrica como iniciativas individuais
- Aplicação de técnicas de controle de incêndio florestal em Brasil Novo pelos alunos da Casa Familiar Rural
- Distribuição de sementes de leguminosa para produtores em Brasil Novo
- Agricultores em Senador José Porfírio usam técnicas de controle de queimadas
- Aquisição de 8 kits para cerca elétrica pela Semagri em Brasil Novo
- Recuperação de mata ciliar em Brasil Novo com suporte do Programa
- Implantação de 18 unidades de produção de mandioca na gleba Assurini usando técnicas aprendidas no Programa
- Controle de erosão com plantio de açaí em beira de igarapé em Senador José Porfírio
- Implantação de cerca elétrica em Brasil Novo
- Implantação de horta orgânica em Brasil Novo, baseada nas orientações do Módulo 5
- Implantação de um viveiro de mudas de essências florestais
- Aplicação das técnicas para preparo de substrato para produção de mudas no viveiro da Associação dos Madeireiros de Altamira
- Aquisição de 80 litros de EM para Produtores de Brasil Novo (Pólo Altamira)
- Implantação de técnicas de avicultura em Anapu com base no Módulo 5
- Criação de pequenos animais com cerca elétrica
- Distribuição de sementes de leguminosas para os agricultores em alguns municípios

- Aquisição de kits para cerca elétrica
- Recuperação de áreas degradadas com leguminosa e implantação de essências florestais juntamente com frutíferas
- Projeto elaborado para o CNPq para recuperação de matas ciliares do Igarapé Ambé, como unidade demonstrativa, com interiorização desse tema pelo campus da UFPA por iniciativa de uma multiplicadora

▼ Pólo Itaituba / PA

ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO:

- Foram colocadas em prática aproximadamente 7 unidades de manejo ecológico de pastagens (incluindo implantação de cerca elétrica, consórcio de forrageiras, sistema silvipastoril, controle de invasoras); 33 iniciativas de recuperação de solos (uso de leguminosas e recuperação de matas ciliares) e SAF (viveiros); 29 iniciativas de manejo integrado da propriedade (incluindo fabricação de bokashi, adubo natural e defensivo natural); uma iniciativa voltada ao aproveitamento de resíduos de madeira; 25 ações de prevenção e combate aos incêndios florestais.
- Conscientização da população para a redução dos impactos ambientais
- Repasse das tecnologias aprendidas (em Rurópolis, houve repasse para agricultores e comunidades sobre implantação de hortas e lavoura sem degradar o ambiente; no Km 30, foi ensinado a agricultores da região as técnicas para se implantar hortas orgânicas; em Placas ensinou-se a plantadores de tomate sobre defensivos ecológicos; na Vicinal 35, houve capacitação para pequenos agricultores sobre compostagem e uso de defensivos orgânicos)
- O Instituto Chico Mendes planeja trabalhar módulos e técnicas junto à comunidades no entorno da Floresta Nacional de Itaituba 1 através dos grupos de trabalhos formados por núcleos do seu conselho consultivo
- O STTR e outras entidades têm realizado palestras nas comunidades sobre alternativa ao uso do fogo e estão articulando com o gestor

municipal a possibilidade de apoio à continuidade do Programa Amazônia sem fogo no município

- As rádios comunitárias vêm fortalecendo a divulgação dos conteúdos do curso, através de programas voltados para a preservação e produção auto-sustentável da agricultura familiar
- O IPAM tem levado o aprendizado do curso para os projetos que desenvolvem na BR-163.
- A Emater realiza visitas e intercâmbios e palestras aconselhando agricultores e produtores através de técnicas do Programa Amazônia sem Fogo
- A Sagri tem incentivado a introdução de mucuna em propriedades e tem trabalhado a educação/conscientização de roça sem fogo
- O Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável da BR-163 tem fomentado a discussão sobre manejo integral da propriedade e legislação ambiental, visando elaboração de projetos

ATIVIDADES PRÁTICAS:

- Comunidade São Francisco passou a utilizar urina de vaca como biofertilizante e o EM (microorganismos efetivos) ao invés de agrotóxicos
- Comunitários de Itaituba, liderados pelas participantes do Programa e integrantes do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade da Transamazônica, retomaram o plano de manejo e decidiram comercializar madeira manejada a preço justo
- Produção e transmissão diária do programa intitulado Momento Ecológico na rádio Campo Verde FM: objetivo de informar e conscientizar os ouvintes acerca das questões ambientais daquela região
- Produção de documentários exibidos em curta metragem, vinculado em emissora local
- Produção e transmissão de programa radiofônico, debatendo o tema Ecopedagogia, tendo como entrevistados os alunos do curso
- Agricultores fazem defensivos orgânicos em Aveiro

- Mobilização da comunidade da 2ª vicinal, para aproveitamento dos resíduos de madeira do projeto comunitário
- Fórum da BR-163 dispõe de área demonstrativa e tem feito doação de sementes de mucuna

▼ Pólo Santarém / PA

ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO:

- Os multiplicadores têm discutido e difundido as informações abordadas durante o curso junto às comunidades a que têm acesso
- Informações com o intuito de educação ambiental, a respeito de legislação, prevenção e controle de queimada, tem sido socializadas por meio da rádio comunitária (RC-FM-LAGO)
- Abertura de espaços nos municípios para debates a respeito dos problemas ambientais
- Incentivo às marcenarias para o aproveitamento de madeira morta
- Divulgação dos aprendizados do curso em rádio comunitária
- Educomunicação com alunos, focando em preservação ambiental, SAFs e hortas escolares e comunitárias
- Parceria com a SECTUMA para esclarecimento em relação à emissão de autorizações de queimadas no município de Belterra
- No município de Juriti, houve mobilização dos movimentos sociais e do poder público para a criação de um conselho voltado para as questões ambientais e principalmente às alternativas ao uso do fogo na Amazônia
- Coluna em jornal do município de Alenquer
- Divulgação dos aprendizados do programa em feiras estudantis em Alenquer
- No município de Almerim, propôs-se a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; também se discutiu a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente
- Articulação com o prefeito de Prainha para a implantação da Secretaria de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Meio Ambiente
- Divulgação dos temas tratados nos módulos nas rádios comunitárias (em Aveiro no programa Emater em foco; em Oriximiná e Prainha)

ATIVIDADES PRÁTICAS:

- Foram colocadas em prática aproximadamente 8 unidades de manejo ecológico de pastagens; 132 iniciativas de recuperação de solos e SAF; 284 iniciativas de manejo integrado da propriedade (incluindo fabricação de bokashi, adubo natural e defensivo natural); 9 iniciativas voltadas ao aproveitamento de resíduos de madeira ou valorização da floresta; 22 ações de prevenção e combate aos incêndios florestais; e 150 ações de educomunicação
- Muitos participantes adotaram as técnicas abordadas no programa, como a produção de bokashi, composto orgânico, adubo foliar orgânico e defensivos naturais
- Unidades demonstrativas com leguminosas foram implantadas
- Foram adotadas as técnicas de recuperação de pastagens e áreas degradadas com o uso de leguminosas (mucuna e puerária)
- Alguns multiplicadores passaram a adotar o manejo rotacionado de pastagem
- Implantação de SAFs
- Implantação de unidades demonstrativas com leguminosas e SAFs
- Adoção da técnica de manejo integral da propriedade rural
- Incorporação da apicultura como mais uma atividade no sistema de integração da propriedade
- Meliponicultura (criação de abelhas nativas – sem ferrão) como atividade alternativa ao uso do fogo
- Plantio de feijão e melância em área de várzea sem queima
- Realização de queima controlada
- Implantação de roça e de outras culturas sem queima sob orientação da Emater, Sagri, Embrapa e STR
- Produção de bokashi, EM e utilização de inseticidas alternativos na horticultura – Casa Familiar Rural
- Distribuição de mudas
- Implantação de hortas escolares e comunitárias

▼ Pólo Belém / PA

ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO:

- Multiplicação do aprendizado junto a comunidades, sindicatos e cooperativas, com repasse dos conteúdos e práticas realizadas durante o ano pelo Programa, inclusão na mídia local (rádios na Capital e Interior), da realização dos cursos mensais.

ATIVIDADES PRÁTICAS:

- Aprovação de um Projeto de aproveitamento de resíduos madeireiros em Belém, elaborado por um participante do Programa
- Implantação de experiências-piloto em algumas propriedades
- Adoção de Práticas agro-sustentáveis
- Prevenção e combate à prática de incêndios florestais criminosos
- Implantação de unidades demonstrativas
- Consolidação de áreas de conservação
- Adoção da produção de defensivos naturais, repelentes, bocachi, composto orgânico
- Adoção do sistema Voisin

- Realização da prática de recuperação de solos degradados com o uso da adubação verde ou adubação morta
- Repasse eficaz dos ensinamentos do Programa para as Comunidades Locais, por parte dos multiplicadores (sistema de alternância)
- Produção da semente da mucuna preta para incrementar o mercado local e fonte de renda extra

Podemos também citar, como resultado, a utilização do material didático utilizado no módulo 1, de Legislação Ambiental, no curso de Agronomia da Universidade Federal do Pará e também em trabalho de conclusão de curso (TCC) de graduação em Biologia pela Universidade Federal do Pará. Além disso, ainda relacionado ao Módulo 1, podemos citar a apresentação de do Programa no Congresso Internacional de Direito Ambiental em SP, incluindo o artigo: "O direito ambiental como instrumento mitigador das queimadas na Amazônia brasileira e das mudanças climáticas decorrentes do aumento das emissões de gases do efeito estufa" (Autores: João Paulo Miranda/ Roberto Bianchi/ Katia Gobatti/ Carlos Gondim).



Participantes do centro de formação de Belém recebem a visita do Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do Ministério do Meio Ambiente, Egon Krakhecke e do diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Guilherme

Anexo 5

Projetos de Ação Coletiva

Durante alguns módulos foi estimulado a elaboração, em grupos, de projetos de Ação Coletiva de modo a estimular que os multiplicadores buscassem aplicar os conhecimentos adquiridos. Assim, de forma coletiva, o aprendizado poderia ser consolidado e os multiplicadores poderiam exercer sua função.

Do ponto de vista pedagógico, a atividade de elaboração desses projetos de Ação Coletiva, a serem construídos pelos próprios multiplicadores, tinha como objetivos: i) ser uma oportunidade de gerar projetos de ação coletiva de natureza socioambiental com vistas à sustentabilidade, ao término dos módulos; ii) gerar demandas concretas, contextualizadas e legitimadas pela base, para o Centro de Formação; iii) viabilizar ações que promovam transformações da realidade local a partir do financiamento de projetos; iv) fortalecer o Coletivo Educador, caso já exista ou venha a existir na região, tornando-o atuante e com oportunidade de aperfeiçoamento constante; v) ser um instrumento de avaliação continuada da aprendizagem dos multiplicadores; vi) ser uma oportunidade para se aprender a elaborar projetos (aprender fazendo).

A proposta era de que, o projeto fosse construído aos poucos, incluindo os novos aprendizados proporcionados módulo a módulo, assim, a cada encontro, o projeto de ação coletiva poderia ser revisto e modificado.

A seguir, apresentam-se as propostas de projetos de ação coletiva elaboradas pelos multiplicadores nos respectivos pólos, tendo já sido executados ou não:

▼ Pólo Alta Floresta – MT

1. Oficina de Sensibilização Ambiental - Arborização e Jardinagem Escolar na Escola Municipal Geny Silverio Dalarincy – município de Alta Floresta, desenvolvida pelos participantes do município de Alta Floresta (realizada no dia 20 de novembro de 2008).

2. Recuperação da Cultura de Café com Uso de feijão-de-porco na comunidade Santa Terezinha – município de Nova Monte Verde. O objetivo é produzir feijão a partir do plantio adensado e uso de

cobertura morta, a fim de evitar ervas daninhas e uso de herbicidas, possibilitar incorporação de nitrogênio no solo e melhorar a infiltração de água no solo. Esse projeto será desenvolvido pelos multiplicadores dos municípios de Apiacás, Nova Bandeirantes e Nova Monte Verde.

3. Viveiro Educador na Comunidade Escolar – municípios de Carlinda e Paranaíta. O objetivo é recuperar APPs com produção de mudas de espécies florestais e sensibilização dos produtores.

4. Projeto de Horta Alternativa na Comunidade Escolar – municípios de Colíder, Itaúba e Nova Santa Helena. O objetivo é produzir hortaliças a partir de uma horta com 16 canteiros para plantio de espécies olerícolas utilizando compostagem.

5. Recuperação de Área Degradada com o Uso da Mucuna na Comunidade Castanhal – município de Garantã do Norte. O objetivo é produzir milho, feijão e pasto a partir de recuperação das áreas com mucuna preta.

6. Recuperação da Nascente do Córrego Novo Horizonte no Bairro Parque do Lago – município de Garantã do Norte. O objetivo é recuperar a nascente do córrego Novo Horizonte e sensibilizar a comunidade do bairro e escolar para cuidarem do córrego. Para tanto, a área deverá ser delimitada e isolada, os cursos d'água devem ser desassoreados, deve-se retirar os resíduos sólidos e promover o reflorestamento com árvores nativas. Esse projeto será desenvolvido pelos multiplicadores dos municípios de Garantã do Norte e Novo Mundo.

7. Recuperação de Área Degradada com o Uso da Mucuna em 3 Comunidades Rurais – município de Peixoto de Azevedo. O objetivo é produzir arroz e milho a partir de recuperação de áreas com o uso da mucuna preta. Esse projeto será desenvolvido pelos participantes dos municípios de Matupá, Nova Canaã do Norte, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

▼ Pólo Juína

1. Mobilização para a realização da Sessão Solene na Câmara Municipal de Juína em comemoração ao Dia Internacional do Meio Ambiente. Com

o objetivo de comemorar o Dia Internacional do Meio Ambiente e sensibilizar a sociedade juinense da responsabilidade que também tem para com acessibilidade das gerações futuras a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O evento foi realizado no dia 5 de junho de 2008, tendo a apresentação de trabalhos ambientais realizados na região com o intuito de demonstrar a possibilidade de um desenvolvimento sustentável.

2. Mobilização para a realização do I Fórum Socioambiental de Juína: *Os limites e possibilidades da sustentabilidade*. O evento foi realizado nos dias 19 e 20 de agosto de 2008, no período noturno, no decorrer do Módulo 8 – Técnicas de Trabalho em Madeira, concomitantemente à realização de uma *Mostra de Artesanatos de Resíduos da Floresta*.

3. Mobilização para a realização do 1º Encontro e Protocolo Indígena e da Juventude pelo Meio Ambiente da Região Noroeste Mato-grossense. Esse encontro teve o objetivo de possibilitar a discussão entre diversas etnias indígenas e a juventude do noroeste mato-grossense sobre a problemática socioambiental que transpassa as fronteiras da civilização dita ocidental e que afeta também os povos originários da Floresta Amazônica.

4. Desenvolvimento do Protocolo Indígena e da Juventude pelo Meio Ambiente e Uso Racional do Fogo. O evento foi realizado nos dias 6, 7 e 8 de março de 2009.

5. Mobilização para a realização do II Fórum Socioambiental e Protocolo do Noroeste de Mato Grosso. Objetivo: possibilitar o acesso à informação e a discussão dos cidadãos que habitam os municípios e etnias indígenas situados no noroeste do Estado de Mato Grosso sobre a problemática socioambiental que os afetam ou possam afetar, seja em área urbana, rural ou em terras protegidas. O evento foi realizado nos dias 26 e 27 de março de 2009.

6. Constituição e fortalecimento do Coletivo Educador do Vale do Juruena. Objetivo: consolidar o Coletivo Educador do Vale do Juruena, participando da organização de eventos de formação como desdobramento do Programa Amazônia sem Fogo, tornando-se conhecido e reconhecido no decorrer da execução dos eventos que realizou em 2008 e 2009.

▼ Pólo São Félix do Araguaia – MT

1. Frutas Nativas, coleta e beneficiamento. Objetivo: realizar a exploração extrativista de frutas nativas que surge como uma alternativa para a melhoria da renda familiar e a qualidade de vidas das famílias rurais do município de São Félix do Araguaia.

2. Projeto Água Viva. Objetivo: realizar a recuperação e reflorestamento da nascente da mina de água que abastece a cidade de Serra Nova Dourada.

3. Projeto Vida Nova. Objetivo: recuperar as espécies vegetais nativas que estão em extinção na região do município de Novo Santo Antônio.

4. O meio ambiente que queremos. Objetivo: fazer um trabalho de conscientização com os moradores do setor Vila Alta, com implantação de recipientes para depósito de lixo domésticos, estimulando a reciclagem do lixo e difundindo os conhecimentos para o desenvolvimento sustentável e legislação Ambiental no município de São Félix do Araguaia.

5. Comunidades desenvolvendo sua auto-sustentabilidade. Objetivo: possibilitar de maneira consistente e duradoura a subsistência do pequeno produtor rural, no município de Santa Terezinha, incluindo o diagnóstico do mercado para a sua inserção de maneira sustentável.

6. Horta Comunitária Escolar. Objetivo: enriquecer a qualidade da merenda escolar da Escola Ruy Ramos, do assentamento PA Ipê, no município de Vila Rica.

7. Horta Comunitária. Objetivo: a melhoria da alimentação das famílias participantes e venda do excedente para melhoria da renda familiar, no município de Cana Brava do Norte.

8. Recuperação de áreas de Preservação Permanente e Educação Ambiental. Objetivo: apoiar e fortalecer iniciativas de recuperação de APP nas áreas onde a Associação Terra Viva tem atuado e discutir nas comunidades a problemática ambiental nos municípios de Porto Alegre do Norte, Confresa, Cana Brava e São José do Xingu.

9. Horta Comunitária. Objetivo: melhorar a merenda nas escolas e nas creches municipais de São José do Xingu.

10. Oficinas de Sensibilização. Objetivo: sensibilizar e informar as comunidades do Pólo de São Félix do Araguaia sobre as questões ambientais relacionadas à temática fogo.

▼ Pólo Altamira – PA

1. Projeto Verde Vida. Objetivos: Produção de mudas de árvores nativas (mogno, cedro, jenipapo, andiroba, tatajuba, copaíba, bacuri, açai, buriti, cajá, castanha-do-Pará, bacaba, tatarubá, murici, ipê roxo, ipê branco, ipê amarelo, jatobá, seringueira, para-pará, mouracatiaria, marupá, ingá, pequi, pataúá, etc.), em viveiro, a serem distribuídas para agricultores(as) para uso em SAFs e recuperação de matas ciliares; e contribuir com a segurança alimentar e para o equilíbrio climático.

▼ Pólo Itaituba – PA

1. Projeto de Educação Ambiental em Rurópolis. Objetivo: realizar um seminário para auxiliar na proposta de criação dos Coletivos Educadores na

região. Está hoje no Fundo Dema, para aprovação e financiamento. Parceiros: – SINTEPP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará) e Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163.

▼ Pólo Santarém – PA

Nesse pólo não se dedicou tempo suficiente para o amadurecimento das propostas. Os projetos começaram a ser pensados durante o Módulo 2. Abaixo seguem algumas idéias propostas elaboradas pelos multiplicadores:

1. Implantação de sistemas agrossilvopastoris e sistemas agroflorestais, incluindo utilização de leguminosas, para a recuperação de reservas legais e APPs e promover segurança alimentar.

2. Promover a sustentabilidade socioeconômica e ambiental por meio de fomento às cadeias produ-



*Aula prática de produção de repelentes naturais e biofertilizantes.
Módulo de manejo integral da propriedade rural – PA*

tivas na agricultura familiar e da capacitação de agricultores para a adoção de sistemas agroecológicos, visando à eliminação de queimada, o enriquecimento do solo e maior produtividade.

3. Difundir conhecimentos relacionados a práticas sustentáveis e contribuir para a formação da população local, sistematizando e disseminando informações acerca das experiências existentes a partir da elaboração de materiais informativos e cursos.

4. Implantar unidades demonstrativas relativas às práticas de alternativas ao uso do fogo trabalhadas pelo Programa Amazônia sem Fogo.

5. Implementar formação continuada nas escolas e universidades envolvendo professores e alunos sobre controle de incêndios florestais e técnicas alternativas ao uso do fogo.

6. Produzir material para a divulgação das técnicas alternativas ao uso do fogo.

7. Realizar pesquisa sobre os impactos ambientais da adoção de técnicas alternativas ao uso do fogo.

▼ Pólo Belém – PA

1. Implantação de Unidades Demonstrativas de recuperação de terras degradadas e encapoeiradas visando à ampliação de áreas para plantio voltado para as culturas de feijão, arroz, milho e macaxeira, objetivando a segurança alimentar, através de práticas alternativas ao uso do fogo.

2. Implantação de hortas orgânicas com produção de adubo orgânico, junto às comunidades Genipau-Açu e São Francisco dos Gonzagas, no município de Bragança; comunidade Ajo, no município de Cametá; comunidade Corema, no município de Salinópolis; comunidade Arapuá, no município de Garrafão do Norte; comunidades Rio Grande, Maracajá, Maranhão e Amapá, no município de Vigia.

3. Projeto Educacional Olimpíada Infante-Juvenil da Sustentabilidade a ser desenvolvido por uma multiplicadora em parceria com a rede municipal de ensino no município de Vigia.

4. Implantação de UD's de Recuperação de Solos Degradados e UD's de Produção de Adubos Orgânicos durante a elaboração dos Protocolos.

▼ Pólo Rio Branco – AC

1. Amazônia sem fogo no rádio. Objetivo: Divulgar na Rádio Difusora Acreana, prioritariamente, ações realizadas por agricultores e extensionistas envolvidos no Curso de formação sobre as alternativas ao uso do fogo no desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

2. Valorizando os recursos locais. Objetivo: incentivar a produção de adubos orgânicos, utilizando produtos, subprodutos e resíduos da propriedade e a integração das atividades agropecuárias na propriedade junto a agricultores familiares de Bujari (Pólo Dom Moacir) e Senador Guimard (P.A. Limeira)

3. Fortalecimento da cadeia produtiva do amendoim – AMENDOACRE em Senador Guimard (P.A. Limeira e PAD Peixoto); Capixaba (Zaqueu Machado) e Plácido de Castro (P.A. Triunfo). Objetivo: Demonstrar a viabilidade de uma produção de amendoim em larga escala, utilizando insumos orgânicos.

4. Educação Ambiental e Boas Práticas com comunidades urbanas e rurais de Bujari e Plácido de Castro. Objetivo: Sensibilizar Comunidades rurais e urbanas, através das ações de Educação Ambiental como formação de um banco de sementes, instalação de viveiros e produção de mudas na comunidade do P.A. Espinhara – Bujari.

5. Culturas consorciadas para o incremento da renda de pequenos produtores do município de Capixaba. Objetivos: Incrementar renda a partir de comercialização de produtos oriundos de consórcios agroflorestais.

6. Agricultura sem fogo. Objetivo: Recuperação de áreas alteradas de produtores familiares de Porto Acre (P.A. Tocantins e P. A. Caquetá) com o uso da mucuna.

7. Colhendo Qualidade. Objetivos: Melhorar a qualidade da produção de hortaliças aplicando E.M. e utilizado Bokashi no Pólo Agroflorestal Ilson Pio da Silva, em Epitaciolândia.

8. Educação ambiental no Fórum de Mulheres do território do Alto Acre e Capixaba. Objetivos: Sensibilizar o público do fórum de mulheres do território do Alto Acre e Capixaba sobre as alternativas ao uso do fogo.

Anexo 6

Instituições parceiras locais

▼ Pólo São Félix do Araguaia – MT

INTERNACIONAL:

Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S.

FEDERAIS:

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo/IBAMA)
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

REGIONAL:

Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção - ANSA
Prelazia de São Félix do Araguaia
Associação Iny Mahadu – Comunidade Indígena Karajá

MUNICIPAIS:

Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte
Prefeitura Municipal de Luciara
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte
Prefeitura Municipal de Querência
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia
Prefeitura Municipal de Vila Rica

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha
Câmara Municipal de Vereadores de Serra Nova Dourada
Sindicatos
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vila Rica
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Félix do Araguaia

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Confresa
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Querência

ONG'S

Associação dos Moradores do Setor Vila Alta de São Félix do Araguaia
Associação de Agricultores Familiares de Bom Jesus - Vila Rica
Associação de Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Assistência Social Mata Viva – AMAVA/ Santa Terezinha.
Colônia de Pescadores Z7 – S. Félix do Araguaia
Instituto de Promoção Educacional Social Ruralista do Vale do Araguaia - IPROVALE / São Félix do Araguaia

EMPRESAS PRIVADAS

Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – EMPAER/ Escritório Local de Querência
Empresa Aroeira

INSTITUIÇÕES E ENTIDADES QUE COLABORARAM DIRETAMENTE NOS MÓDULOS:

Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção - ANSA
Ministério Público de São Félix do Araguaia
Território da Cidadania do Baixo Araguaia
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vila Rica
Sr. Juciliano Rovani Budrys – Artista Plástico
Chácara Sr. do Bonfim – Proprietário Sr. Mineiro (Claudinei Salemus)
Associação Cultural Tapirapé – Porto Alegre do Norte
Associação Família Casadão – São Félix do Araguaia
Associação Estrela da Paz – Querência
Associação dos Feirantes de São Félix do Araguaia
Associação Santa Clara – Santa Cruz do Xingu
Associação Arte Nossa – São Félix do Araguaia

▼ Pólo Juína – MT

INTERNACIONAL:

Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S.
Programa Petrobras Ambiental – Projeto de Adversários a Parceiros: União dos Povos da Floresta para a Proteção dos Formadores do Rio Aripuanã e Juruena (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã)

FEDERAIS:

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo/IBAMA)
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)

ESTADUAIS:

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER)
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Defesa Civil de Mato Grosso
Estação Ecológica de Iquê
Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso (OAB/MT)
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA)
Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)
Movimento Panamby
Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC)
Coletivo Jovem MT

MUNICIPAIS:

Prefeitura Municipal de Juína
Prefeitura Municipal de Castanheira
Prefeitura Municipal de Juruena
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

ONG'S:

Associação Agro-Sócio-Ambiental (AASA)
Associação do Povo Indígena Rikbaktsa (ASIRIK)
Associação Amigos da Amazônia Viva (AAAV)
Associação Transcultural Evangélica (ATE)
Associação Rural Juinense Organizada de Ajuda Mútua (AJOPAM)

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

Câmara Municipal de Juína

ENTIDADES RELIGIOSAS:

Diocese de Juína

CONSELHOS / FÓRUMS MUNICIPAIS:

Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Juína (COMDEMA – Juína)
Fórum Lixo e Cidadania de Juína

MOVIMENTOS SOCIAIS:

CPT - Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juína
Coletivo Jovem Intelectual pelo Meio Ambiente – Juína (CJIMA-Juína)
Coletivo Jovem Juína
Coletivo Jovem Fontanillas
Coletivo Educador do Vale do Juruena (atualmente mais conhecido como Comissão Organizadora do Fórum Socioambiental)

INSTITUIÇÕES DE ENSINO:

Faculdade de Geografia da AJES
Profissionais, proprietários e empresas que colaboraram diretamente na execução dos módulos, dos eventos advindos dos projetos de ações coletivas e dos protocolos:
TV Nazaré de Juína
Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Juína
Proprietário Sr. Helmut Canísio Raimann
Engenheira Florestal Sra. Noemi da Maia Veronese
Engenheiro Florestal Sr. Valdomiro Vitoreti
Proprietários Dr. Gilson Ferreira Guimarães e Dra. Selma Pinto de Arruda Guimarães
Proprietário Sr. Julio Wanderlei Calça
Artesão de Juína Sr. Valfrido Fernandes de Lima
Artesã de Juína Sra. Maria Ferreira de Sousa
Artesão de Juína Sr. Gilson Esposito
Artesã de Juruena Sra. Silvia Basseggio

Povo Indígena Rikbaktsa
Casa do Artesão de Juína
Correio do Noroeste
Proprietário Sr. Rubi Jordão Krindges
Proprietário Sr. Dirceu Dezan
Hospital São Geraldo
Hospital Municipal de Juína
Café Juína
Amazon Editora
Gráfica Fama
Fox Internet

▼ Pólo Alta Floresta – MT

INTERNACIONAL:

Direção Geral da Cooperação Italiana ao
Desenvolvimento -D.G.C.S.

FEDERAIS:

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos
Incêndios Florestais (PrevFogo/IBAMA)
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Comissão Executiva do Plano da Lavoura
Cacaueira (CEPLAC)

ESTADUAIS:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
(EMPAER)
Universidade do Estado de Mato Grosso
(UNEMAT)
Federação Nac. dos Trab. e Trabalhadoras na
Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF/MT)
Federação dos Trabalhadores na Agricultura no
Estado de Mato Grosso (FETAGRI/MT)

MUNICIPAIS:

Prefeitura Municipal de Alta Floresta
Prefeitura Municipal de Apiacás
Prefeitura Municipal de Carlinda
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte
Prefeitura Municipal de Novo Monte Verde
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

ONGs:

Instituto Floresta de Pesquisa e
Desenvolvimento Sustentável (IFPDS)
Sociedade Civil para o Desenvolvimento

Socioambiental e Cultural - Sociedade Formigas
Instituto Brasileiro de Integração
Socioambiental (IBISA)
Associação dos Amigos do Vale Rio do Teles
Pires
Instituto de Ecologia e Pesquisa do Complexo
Serra do Cachimbo - Ecocachimbo

SINDICATOS:

Sindicato das Indústrias de Móveis do Norte de
Mato Grosso (SIMENORTE)
Sindicato Rural de Alta Floresta
Sindicato Rural de Apiacás
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova
Monte Verde
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaúba
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova
Bandeirantes
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranaíta
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Peixoto
de Azevedo
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova
Canaã do Norte
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras
Rurais de Matupá
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras
Rurais de Guarantã do Norte
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura
Familiar (SINFRAF/AF)

AGENDA 21:

Agenda 21 Local - Alta Floresta
Agenda 21 Local - Carlinda
Agenda 21 Local - Terra Nova do Norte

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

Câmara Municipal de Vereadores de Novo
Mundo

MOVIMENTOS SOCIAIS:

CPT - Comissão Pastoral da Terra de Alta Floresta

INSTITUIÇÕES QUE COLABORARAM DIRETAMENTE NOS MÓDULOS:

Chácara Esteio – Proprietário Sr. Ércio Luedke
Conselho Exec. de Ações da Agricultura Familiar
(CEAAF) – Território Portal da Amazônia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do
Rio Verde (STRLRV)
Ministério Público de Alta Floresta
Secretário Municipal de Agricultura e Meio

Ambiente de Alta Floresta
Conselho Municipal de Desenvol. e Meio Ambiente de Alta Floresta (COMDEMA/AF)
Instituto Centro de Vida (ICV)
Ponto de Cultura de Lucas do Rio Verde – MT
Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA)
Univ. do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)
INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização Ltda.
7ª Companhia Independente de Bombeiros Militar – Quartel de Alta Floresta
Madeira 2 Irmãos – Proprietário Sr. Ivo Francisco Keppel
Ateliê de Marchetaria de Elemento do Mato – Proprietários: Sra. Verani Alvez de Souza Nabarrete e Sr. Roberson Souza Nabarrete
Pre-Serve – Ind. e Com. de Briquetes Ltda. – Proprietários: Dra. Maria Eugênia e José Marcos Marcenaria Sumaúma – Proprietária Sra. Marília da Riva
Referência Consultoria Ambiental – Proprietário: Mauro Gilberto Santi Sagin (Eng. Florestal)
Fazenda Beira Rio - Sr. João Seiki Enokawa
Sind. dos Serv. Púb. Municipais de Alta Floresta – SISPUMAF - Sr. Humberto Barbosa Ferreira

▼ Polo Altamira Pará

INTERNACIONAL:

Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S.

FEDERAIS:

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo/IBAMA)
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará – Quartel de Altamira-PA

ESTADUAIS:

Secretaria de Estado de Agricultura-PA (SAGRI)
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Universidade Federal do Pará (UFPA)
Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado Pará (FETAGRI)
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará – Quartel de Altamira-PA

MUNICIPAIS:

Prefeitura Municipal de Altamira-PA
Prefeitura Municipal de Pacajá-Pa
Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio-PA
Prefeitura Municipal de Brasil Novo
Prefeitura Municipal de Anapu

ONGs:

Fundação Tocaia

SINDICATOS:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasil Novo
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador José Porfírio
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Móz
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medicilândia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pacajá

ASSOCIAÇÕES:

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Campo e Cidade de Placas- PA
Associação da Indústria Madeireira de Altamira-PA
Associação da Casa Familiar Rural de Altamira
Associação da Casa Familiar Rural de Brasil Novo
Associação da Casa Familiar Rural de Medicilândia

▼ Pólo Itaituba – PA

INTERNACIONAL:

Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S.

FEDERAIS:

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo/IBAMA)

ESTADUAIS:

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR)

MUNICIPAIS:

Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente de Itaituba

SINDICATOS:

Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STTR)
Sindicatos dos Produtores

MOVIMENTOS SOCIAIS:

Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163

▼ **Pólo Santarém – PA**

INTERNACIONAL:

Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S.

FEDERAIS:

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Serviço Florestal Brasileiro
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo/IBAMA)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

ESTADUAIS:

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR)
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)
Secretaria da Agricultura (SAGRI)
Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará (Fetagri)

ONG:

Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM)
Municipais:
Escola da Floresta
Secretaria de Educação
Colônia de Pescadores de Santarém
STM
Projeto de Inclusão Digital Puraquê
Saúde Alegria

Inéia
Rádio Rural da Amazônia
Ceapac
GDA
TV Tapajós
TV Guarany

▼ **Pólo Belém – PA**

INTERNACIONAL:

Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S.

FEDERAIS:

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo/IBAMA)
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)
Corpo de Bombeiros Federal

ESTADUAIS:

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (IDEFLOR)
Secretaria de Agricultura (SAGRI)
Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA)
Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)
Ministério Público do Estado do Pará
Corpo de Bombeiros Estadual
Secretaria de Estado e Cultura (Rádio Cultura)

MUNICIPAIS:

Prefeitura Municipal de Santa Isabel
Prefeitura Municipal de Marabá

ONGS

FASE: Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
ARGONAUTAS
Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)

▼ **Pólo Rio Branco – AC**

INTERNACIONAL:

Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S.

FEDERAIS:

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Serviço Florestal Brasileiro
Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo/IBAMA)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Universidade Federal do Acre (UFAC)

ESTADUAIS:

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre (IDAF/AC)
Secretaria de Estado de Floresta (SEF)
Secretaria de Planejamento (SEPLAN)
Secretaria de Estado de Agricultura e Produção Familiar (SEAPROF)
Secretaria de Estado de Agropecuária (SEAP)
Instituto de Terras do Acre (ITERACRE)
Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)
Sindicato dos Extrativistas, Trab. Rurais e Assemelhados do Estado do Acre (SINPASA)

Secretaria de Estado de Saúde (SESACRE)
Ministério Público Estadual
Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA)
Secretaria de Agricultura e Floresta (SAFRA)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Instituto de Educação Profissional Dom Moacyr Grechi
Corpo de Bombeiros
Federação de Agricultura
Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre (FETACRE)
Instituição de direito privado paraestatal
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR – AC)

MUNICIPAIS:

Câmara Municipal de Vereadores
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMEIA
Prefeitura de Rio Branco
Ong
CTA



Se tornaram parceiros do programa Amazônia sem Fogo, instituições municipais, estaduais e governamentais, lideranças políticas e associações que interagem com as comunidades rurais

Anexo 7

Participantes de cada Pólo, e seus respectivos municípios, instituições e perfis

▼ Rio Branco – AC

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
1	Agostinho Messias Abegão	Porto Acre	SEAPROF	Gerente
2	Airton do Espírito Santo	Bujari		Liderança
3	Antônio José Passamani	Plácido de Castro	STR	Presidente
4	Camila Celuta Maia Pedroza	Bujari	SEAPROF	Extensionista
5	Cristina de Almeida Lima	Rio Branco	UFAC	Estudante
6	Diogo de Lima Sobreira	Bujari	SEAPROF	Extensionista
7	Edna Maria Guimarães Maia	Rio Branco	IMAC	Consultora na área de prevenção, controle e alternativas
8	Elaine da Silva	Epitaciolândia	SEAPROF	Extensionista
9	Elizângela Cavalcante Barbosa	Plácido de Castro	SEAPROF	Gerente do escritório de Campinas
10	Ezaque Saraiva do Nascimento	Rio Branco	CTA	Assessor técnico a comunidades extrativistas em manejo florestal
11	Fábio Rufino de Oliveira	Bujari		Liderança
12	Fernando Jorge Muniz Pereira	Brasília/DF	IBAMA	Analista Ambiental
13	Francisca da Silva Torres	Bujari	SEAPROF	Extensionista
14	Francisca Élide Carvalho da Silva	Porto Acre		Liderança
15	Francisco Batista dos Reis	Capixaba	COOPERBEM	Presidente / Liderança
16	Francisco Martins Ferreira	Bujari		Liderança
17	Francisco Raimundo Freire Cabral	Bujari		Liderança
18	Giorgenes Martins de Souza	Brasília/DF	IBAMA	Analista Ambiental
19	Hélio Guedes Vasconcelos da Silva	Rio Branco	CTA	Técnico em Educação e Saúde e Formação de Agentes Florestais
20	Irene Ferro da Silva	Rio Branco	UFAC	Estudante
21	Ivan Nilton Silva de Carvalho	Porto Acre	SEAPROF	Extensionista
22	Jarbas de Freitas Oliveira	Senador Guiomard	SEAPROF	Extensionista
23	Joelma da Silva Paes	Rio Branco	IDAF	Assessoria Técnica
24	Jonas Ferreira da Silva	Capixaba		Liderança
25	José Paes Verus	Capixaba		Liderança
26	Josicleide Aquino da Silva	Rio Branco	ESCOLA DA FLORESTA	Estudante
27	Lázara Marcelino de Souza	Rio Branco	Rede Acreana de Homens e Mulheres	Consultora na área de articulação, mobilização e seminários com grupo de mulheres trabalhadoras
28	Leda Ferreira da Silva	Rio Branco	GTA	Assessora Técnica
29	Luiz Severino Saraiva de Queiroz	Bujari		Liderança
30	Manoel da Rocha Neto	Transaccreana	SEAPROF	Técnico em Desenvolvimento Agrícola

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
31	Marcela Marrane Dalman Bernardes	Rio Branco		Liderança
32	Marcos Alberto Azevedo de Assis	Rio Branco	UFAC	Estudante
33	Marcus Aurélio Peres de Freitas	Plácido de Castro	SEAPROF	Gerente
34	Maria D'Arc do Nascimento	Bujari		Liderança
35	Maria Lúcia do Nascimento	Bujari		Liderança
36	Maria Vanderlei de Lima Souza	Bujari	SEAPROF	Extensionista
37	Marineiva Menezes da Silva	Bujari	SEAPROF	Extensionista
38	Marquiano Sabóia dos Santos	Assis Brasil		Liderança
39	Oder José da Costa Gurgel	Rio Branco	IDAF	Engenheiro-Agrônomo
40	Pedro Arruda Campos	Rio Branco	IDAF	Engenheiro-Agrônomo
41	Ricardo Alencar Nepomuceno	Bujari		Liderança
42	Rita de Cácia Freire Cabral	Bujari		Liderança
43	Solange Lins Ribeiro de Matos	Rio Branco	SESCOOP	Gerente de Educação
44	Thiago da Silva Vieira	Rio Branco	SAFRA	Extensionista
45	Veralúcia Marques Carvalho	Porto Velho	COOTRARON	Assessora Técnica
46	Wemerson dos Santos Luz	Porto Acre		Liderança
47	Wylles de Souza Alencar	Bujari	SEAPROF	Estagiário

Técnicos (T): 31

Lideranças Comunitárias (LC): 16

Mulheres: 20

Homens: 27

▼ Juína – MT

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
1	Adilso Fortunatti	Juína	EMPAER	Téc. Agrícola Extensionista Rural
2	Adriana Ventura Bueno	Juína	AAAV & Coletivo Jovem	membro
3	Agenilda Aparecida Santos	Juína	IBAMA	Engenheira-Florestal / Analista Ambiental
4	Ailton dos Santos	Cotriguaçu	PA Juruena – Associação União	Agricultor / Presidente
5	Alessandro Cesar Prudente Domingues	Juína	Secretaria de Vigilância Sanitária	Médico Veterinário
6	Altair Antonio Dalmasso	Juína	Comunidade Boa Esperança / Proambiente	Agricultor / Agente
7	Astrogildo Machado de Araújo	Juína	PA Iracema / Associação Comunitária Nossa Sra. da Guia / Proambiente	Agricultor / Conselheiro fiscal
8	Bráz de Lima Sobrinho	Juína	AJOPAM	Presidente
9	Carla Figueiredo Moreira	Juína	AAAV & Coletivo Jovem	membro
10	Cesar Augusto Chiroso Horie	Juína	ICMBio	Biólogo / Analista Ambiental
11	César Alves de Almeida	Fontanillas	Comunidade Fontanillas	Agricultor
12	Clayton Pacheco Dutra	Juína	Comunidade Nova Jerusalém	Técnico Agrícola / Apicultor

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
13	Cleiton Silvestrim	Juína	AAAV & Coletivo Jovem	membro
14	Crislei Antunes Schuster	Juína	Barroso / Comunidade Sta. M ^a . Bertilia	Agricultora
15	Dariane Schütz	Cotriguaçu	Sec. Agricultura	Médica Veterinária / Funcionária Pública
16	David Dassow	Juína	Comunidade Nossa Sra. Salete Proambiente	Agricultor / Agente
17	Dionisio Damiani	Juína	Fórum Juína	Perito – Eng. Agrônomo
18	Donizete Alves Coelho	Juína	Coopropam	Presidente
19	Dorcina Rosa de Oliveira	Juína	AJOPAM	Funcionária
20	Edemilson Ferreira Alves	Juína	Comunidade S. Lucas / Escola Est. Rural Antonio Fco. Lisboa	Agricultor / Funcionário Público
21	Eder Luiz Weber	Juína	Proambiente	Técnico Agropecuário / Técnico
22	Eister Alves de Souza	Juína	PA Iracema III / Proambiente	Agricultora / Agente
23	Elaine Anjos Lobato	Fontanillas	Comunidade Fontanillas	Professora
24	Elzira Salete Bergamin Lima	Juína	Depto. Cultura	Assessora
25	Emanuel Ferreira Lima	Fontanillas	Comunidade Fontanillas	Agricultor
26	Fabiana Bolsoni Beiral	Tangará da Serra	UNEMAT	Estudante Biologia
27	Fernanda Alcântara de Pádua	Juína	-	Téc. Agroindústria - Autônoma
28	Fernanda Bolsoni Beiral	Juína	-	Bacharel Direito
29	Flávio Antônio Moreira de Matos	Juína	Secret.. Infra-Estrutura Juína	Marceneiro / Funcionário público
30	Flávio Ododo	Brasnorte	Rikbaktsa – Aldeia União	-
31	Gelson Domingos Condack	Castanheira	PA Vale do Seringal – 4 ^o Assentam.	Agricultor e Professor
32	Geraldo Alves Nogueira	Juína	Com. S. Pedro / AJOPAM / Proambiente	Agricultor / Tesoureiro / Agente
33	Helmut Canísio Raimann	Juína	Com. N. Jerusalém / Proambiente	Agricultor / Agente
34	Ilse Claudino	Juruena	AASA / Sec. Agricultura	Conselheira Fiscal / Funcionária Pública – Gestora Ambiental / Administradora de Empresas e Espec. Educ. Ambiental
35	Ildamir Teixeira de Faria	Juína	Secretaria de Agricultura	Técnico Agrícola / Pedagogo / Funcionário Público
36	Ilhosmar Elvis Tsaibata Tse Tsioca	Brasnorte	Rikbaktsa – Aldeia Curva	-
37	João Benedito da Silva	Castanheira	PA Vale do Seringal – 3 ^o Assentam.	Agricultor
38	João Vitor Scaff Gonçalves	Juína	IBAMA	Analista Ambiental / Eng. Florestal
39	Jocelita Giordani Tozzi	Juína	IBAMA	Analista Ambiental

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
40	José Nestor Cruz	Juína	Com. Menino Jesus / Proambiente	Agricultor / Agente
41	Josivaldo Waizami Rikbaktsa	Brasnorte	Rikbaktsa – Aldeia Pé de Mutum	-
42	Juraci Fernandes Miranda	Castanheira	EMPAER	Extensionista Rural / Téc. Agrícola
43	Leandro Souza de Almeida	Juína	AAAV	Presidente
44	Liliane Fernanda Gardim Xavier	Juína	AAAV & Coletivo Jovem	membro
45	Luceni Ferreira Santana	Juína	Ministério Público	Oficial de Diligência
46	Luiz Alves Freitas	Castanheira	PA Vale Seringal / 3º Assentam. / APROLEC	Agricultor / Tesoureiro
47	Luiz Gonzaga Evangelista	Castanheira	Com. Nossa Sra. Aparecida / CPT	Agricultor / membro
48	Luiz Gustavo Gonçalves	Juína	ICMBio	Analista Ambiental
49	Luiz Jacob de Souza	Juína	Mineradora	Segurança
50	Luiz Mariano Dias	Juína	Proambiente	Téc. Agropecuário / técnico
51	Luiz Vieira do Nascimento	Cotriguaçu	PA Nova Cotriguaçu/ APPRNE	Agricultor / Presidente
52	Marcos Antônio Couto Campos	Juína	INDEA	Funcionário Público
53	Maria Aparecida Guebara Fernandes	Juína	Barroso / Comunidade Sta. Mª. Bertilia / Proambiente	Agricultora / Agente
54	Marta Perim	Terra Roxa	Comunidade Terra Roxa / Proambiente	Agricultora / Agente
55	Nélson Casusa de Souza	Fontanillas	Comunidade Fontanillas	Agricultor
56	Reginaldo Ademir Bungui	Juína	SEMA	Funcionário Público
57	Renata Magro	Castanheira	CPT	Agente pastoral / Irmã Religiosa
58	Robervaldo Soares dos Santos	Juína	Proambiente	Coordenador
59	Rony Peterson Gonçalves da Silva	Juína	PA Boa Esperança / Proambiente	Agricultor / Agente
60	Sandro Brandalize	Castanheira	Secretaria Agricultura	Funcionário Público
61	Sueli Gançalves Farias	Juína		Artesã / Autônoma
62	Thiago Rodrigo da Costa Moraes Brandão	Tangará da Serra	UNEMAT	Estudante Agronomia
63	Valter da Silva Oliveira	Juína	Proambiente	Téc. Zootecnia / Técnico
64	Vanderlei Gonçalves de Urzedo	Juína	Com. S. Paulino / Assoc. Bom Sucesso	Agricultor / Presidente
65	Vitorino José Hang	Juína	Paróquia Sto. Agostinho	Pároco / Padre
66	Zildomar Fantucci	Juína	Com. Nossa Sra. Saúde / Ass. Esperança Nova / ASC / AJOPAM / Proambiente	Agricultor / Secretário / Tesoureiro / Vice- Coordenador / Agente

Técnicos (T): 38

Lideranças Comunitárias (LC): 28

Mulheres: 19

Homens: 47

▼ Alta Floresta – MT

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
1	Adilson Arcelino Albrecht	Novo Mundo	STRNM	Agricultor Familiar.
2	Adilson Luis Lippi	Matupá	STTRSMATUPÁ	Agricultor Familiar.
3	Adison Nascimento de Soares	Colíder	EMPAER	Técnico em Agropecuária/Extensão Rural.
4	Adorício Ferreira dos Santos	Guarantã do Norte	Sec. Agricultura	Técnico em Agropecuária, atua em Assistência Técnica a Projetos (PRONAF, FCO e custeios agrícola e pecuário).
5	Adriano Faustino dos Santos	Itaúba	STRSITAÚBA	Agricultor Familiar.
6	Ailton Alves	Nova Santa Helena	EMPAER	Engenheiro Agrônomo/Extensão Rural.
7	Aline Olívia Paglioco Nava	Alta Floresta	Agenda 21 Local	Acadêmica de Eng. Florestal/Monitora.
8	Altamir Feliciano Pereira	Alta Floresta	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Técnico Agrícola/Extensão Rural.
9	Amâncio Antunes Marques	Guarantã do Norte	EMPAER	Técnico em Agropecuária/Extensão Rural.
10	Andréia Melz Rhoden	Alta Floresta	Coord. de Meio Ambiente	Bióloga/Fiscal de Meio Ambiente.
11	Angélica Finamore Gomes	Alta Floresta	Coord. de Meio Ambiente	Bióloga/Coordenadora da Coord. de Meio Ambiente.
12	Antonio Alves dos Reis	Nova Monte Verde	Sec. Agricultura	Engenheiro Agrônomo/ Assistência Técnica em Apicultura e Agricultura.
13	Cícero Pereira do Nascimento	Peixoto de Azevedo	EMPAER	Técnico em Agropecuária/Extensão Rural.
14	Cláudia R.Oliveira Freire	Carlinda	EMPAER	Engenheira Agrônoma/Extensão Rural.
15	Cleberon Santos Ribas	Nova Monte Verde	EMPAER	Engenheiro Agrônomo/Extensão Rural.
16	Daniele Costa	Alta Floresta	IFPDS	Acadêmica de Agronomia/Estagiária.
17	Elza de Quadros Massarelli	Alta Floresta	IBISA	Bióloga/Colaboradora do IBISA.
18	Erica Marcieli Furlan de Pedri de Campos	Carlinda	Sec. Agricultura	Bióloga/Coordenadora da Agenda 21 Local e Plano Diretor Participativo de Carlinda.
19	Evace James de Araujo	Alta Floresta	SINFRAF/MT	Agricultor Familiar.
20	Evaldo Esteigenberger	Alta Floresta	EMPAER	Técnico Agrícola e Biólogo/Extensão Rural.
21	Fabiola de Carli	Alta Floresta	SIMENORTE	Advogada/Assessora Jurídica.
22	Fernanda Carlini	Alta Floresta	UNEMAT	Acadêmica de Eng. Florestal/Estagiária.
23	Flávio Lima Borges	Peixoto de Azevedo	Sec. Agricultura	Biólogo/Secretário de Agricultura.
24	Gelcir Luiz de Souza Pinto	Terra Nova do Norte	Sec. Agricultura	Engenheiro Agrônomo/ Assistência Técnica aos Agricultores Familiares.

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
25	Genésio Camilo de Carvalho	Nova Canaã do Norte	STRSNCN	Agricultor Familiar.
26	Gil Martins da Cruz	Paranaíta	STRPTA	Agricultor Familiar.
27	Irene Miranda Andrade	Colíder	EMPAER	Engenheira Florestal/Extensão Rural.
28	Isaías Ribeiro de Oliveira	Nova Canaã do Norte	EMPAER	Técnico Agrícola/Extensão Rural.
29	Ivonete Salette Jacques	Carlinda	Sec. Agricultura	Engenheira Florestal/Atua na Secretaria de Agricultura de Carlinda.
30	Joazil Tadeu Dias Ferreira	Alta Floresta	EMPAER	Engenheiro Agrônomo /Coordenador Regional da EMPAER.
31	José Ferreira de França	Guarantã do Norte	IFPDS	Biólogo/Atividades de Educação Ambiental.
32	José Roberio Rodrigues da Silva	Alta Floresta	IFPDS	Acadêmico de Agronomia/Estagiário.
33	Josi Cristina Paião Pedroso	Guarantã do Norte	STTRSGTÃ	Agricultora Familiar/Secretária do STTRSGTÃ.
34	Jucemar Luiz Moreno	Nova Bandeirantes	EMPAER	Técnico em Agropecuária/Extensão Rural.
35	Lara Steil	Brasília	PrevFogo/IBAMA	Bióloga/ Coordenação do Núcleo de Interagências e Controle de Queimadas do Prevfogo – IBAMA.
36	Lourdes Dickmann	Paranaíta	EMPAER	Eng. Agrônoma/Extensão Rural.
37	Luciana Regina Egewarth Swiderski	Alta Floresta	IFPDS	Bióloga e Especialista em Educação Ambiental/Articuladora Micro-Territorial do Projeto Coletivos Educadores para o Território Portal da Amazônia.
38	Luiz Henrique Araújo Carvalho	Peixoto de Azevedo	EMPAER	Engenheiro Agrônomo/Extensão Rural.
39	Marcos Roberto Bernardi	Apiacás	Sindicato Rural de Apiacás	Ensino Médio/ Agropecuária e Manejo Florestal.
40	Maria Elizete Pinheiro	Terra Nova do Norte	Agenda 21 Local	Ensino Médio/Coordenadora da Agenda 21 Local.
41	Martinho Philippsen	Novo Mundo	SEMA	Ensino Médio/Gerente do Parque Cristalino
42	Oswaldo Henrique Sanches	Terra Nova do Norte	EMPAER	Engenheiro Agrônomo/Extensão Rural.
43	Roberto Royer	Peixoto de Azevedo	STTRS	Engenheiro Agrônomo/ Assistência Técnica aos Agricultores Familiares.
44	Rodrigo Alves da Silva	Alta Floresta	Amigos do Vale do Rio Teles Pires	Agricultor Familiar.
45	Sebastião Roberto Soares	Novo Mundo	Câmara Municipal	Agricultor Familiar e Vereador.
46	Sérgio de Carvalho Soares	Nova Monte Verde	STRSNMV	Agricultor Familiar.
47	Silvio de Souza Lopes	Nova Bandeirantes	STRSNB	Agricultor Familiar.
48	Sirlei Aparecida da Silva	Matupá	EMPAER	Engenheira Agrônoma/Extensão Rural.

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
49	Solângele Marli Horn	Apiacás	Sec. Ação Social	Pedagoga/Atua na Secretaria Municipal de Ação Social e Educação.
50	Valdenice Alves Gonçalves	Alta Floresta	Sociedade Formigas	Bióloga/Ambientalista e Técnica em Metodologias Participativas (Agenda 21 e ZEE).
51	Valdir Aparecido Seze	Alta Floresta	CPT	Agricultor Familiar.
52	Wagner Antonio do Nascimento	Itaúba	EMPAER	Técnico em Agropecuária/Extensão Rural.

Técnicos (T): 40

Lideranças Comunitárias (LC): 12

Mulheres: 19

Homens: 33

▼ São Félix do Araguaia – MT

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
1	Alberto Fernandes Aguiar	Novo Santo Antonio	Comunidade	Lid. comunitária
2	Alcides Pereira da Silva	Novo Santo Antonio	Associação Mata Azul	Lid. comunitária
3	Alcione Lourdes dos Santos Aidar	Canabrava do Norte	Secretaria de Agricultura	Secretária/Técnica
4	Altair Luiz Gonçalves	Barra do Garças	IBAMA	Técnico
5	Aparecida A. de Castro Ribeiro	São Félix do Araguaia	Associação Família Casadão	Lid. comunitária
6	Aparecida Barbosa da Silva	Confresa	Sind. dos Trabalhadores Rurais	Lid. comunitária
7	Arlindo José Barbosa Filho	Alto Boa Vista	Secretaria de Agricultura	Secretário/Técnico
8	Benones Costa dos Santos	Novo Santo Antonio	Pequenos Produtores Rurais de Novo Santo Antonio	Lid. comunitária
9	Cleber Cardoso Silva	São Félix do Araguaia	Iprovale	Lid. comunitária
10	Deorandes Thomaz Duarte	São Félix do Araguaia	Associação Família Casadão	Lid. comunitária
11	Edivaldo de Souza Melo	Santa Cruz do Xingu	Associação Santa Clara	Lid. comunitária
12	Edno Bezerra Lima	Serra Nova Dourada	Associação P.A. Macife	Lid. comunitária
13	Eleandro Mariani Ribeiro	Querência	Sind. dos Trabalhadores Rurais	Lid. comunitária
14	Eliene Pereira Abreu Maximo	Alto Boa Vista	Comunidade P.A. Mãe Maria	Lid. comunitária
15	Elson Farias de Sousa	Serra Nova Dourada	Comunidade P.A. Macife	Lid. comunitária
16	Emanoel Martins da Silveira	São José do Xingu	Associação PPR SJX	Lid. comunitária
17	Geroni Tavares de Souza	Canabrava do Norte	Associação P.R. P.A. Manah	Lid. comunitária
18	Gerson Alves dos Santos	São Félix do Araguaia	Prefeitura/ANSA/CIAT	Técnico
19	Gilberto Ribeiro Alencar	Luciara	Secretaria Turismo e Cultura	Secretário/Técnico
20	Gilmar Barrura de Almeida	São Félix do Araguaia	Prefeitura	Técnico
21	Heleno Sebastião de Souza	São Félix do Araguaia	IPROVALE – P.A. D.Pedro	Lid. comunitária
22	Ivalderina Barbosa da Silva	São Félix do Araguaia	Prefeitura/GESTAR	Técnica
23	Ivanir Antonio Gallo	Vila Rica	Sind. Trabalhadores Rurais	Lid. comunitária
24	João Luiz da Silva Milhomem	São Félix do Araguaia	Prefeitura	Lid. comunitária
25	João Miranda da Silva	São José do Xingu	Prefeitura	Lid. comunitária
26	Jocélio Ribeiro de Brito	Serra Nova Dourada	Associação PPR Gleba Nova União – Macife I	Lid. comunitária

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
27	Jorcelina Ferreira da Conceição	São Félix do Araguaia	ANSA / GESTAR	Técnico
28	José Carlos Alves de Abreu	São Félix do Araguaia	Comunidade	Lid. comunitária
29	Josemi Souza Ramos	Canabrava do Norte	Associação Tatuibi	Lid. comunitária
30	Joventino Borges Pereira	Canabrava do Norte	Secretaria Agricultura	Técnico
31	Luciana Silva dos Santos	Luciara	Associação Sta. Clara	Lid. comunitária
32	Manoel Sebastião de Sousa	São Félix do Araguaia	IPROVALE – P.A. Dom Pedro	Lid. comunitária
33	Marcílio da Silva	São Félix do Araguaia	Colônia Z7 - Pescadores	Lid. comunitária
34	Maria das Graças Rezende Alves	São Félix do Araguaia	Colônia Z7 - Pescadores	Lid. comunitária
35	Marlon Silva R. Pinto	Serra Nova Dourada	Associação Bordolândia	Lid. comunitária
36	Matuzalém Pereira L. Milhomem	São Félix do Araguaia	Associação ABVA	Lid. comunitária
37	Mauro José da Silva	São Félix do Araguaia	Associação Irmãos Unidos	Lid. comunitária
38	Michelina Siwela Karaja	São Félix do Araguaia	Ass. de Mulheres Indígenas	Lid. comunitária
39	Nilva Batista da Silva	Brasília	IBAMA / PREVFOGO	Técnica
40	Pedro Teixeira Noletto	Novo Santo Antonio	Comunidade	Lid. comunitária
41	Raquel Fernandes Tavares Coelho	São Félix do Araguaia	Prefeitura / Agente de Saúde	Técnica
42	Reinaldo Moraes da Silva	Confresa	Empresa Aroeira	Técnico
43	Robson Edicarlos Silva	Vila Rica	Associação P.A. Ipê	Lid. comunitária
44	Rodrigo Magno de Aquino Moyses	Confresa	Empresa Aroeira	Técnico
45	Rosa Mônica C. de Ferreira	São Félix do Araguaia	Associação Irmãos Unidos - P.A. D.Pedro	Lid. comunitária
46	Sabrina Rodrigues Silva	Brasília	IBAMA / PREVFOGO	Técnica
47	Samuel Yriwana Karajá	São Félix do Araguaia	Iny Mahadu	Técnico
48	Sandro de Castro Martins	Querência	EMPAER	Técnico
49	Taiguara dos Santos Pereira	Porto Alegre do Norte	Prefeitura / Agente Ambiental	Técnico
50	Terezinha Bela Firmino	Novo Santo Antonio	Comunidade	Lid. comunitária
51	Thais Rezende Reindel	São Félix do Araguaia	Colônia Z7 - Pescadores	Lid. comunitária
52	Uelliton Lopes Cardoso	Querência	Associação Estrela da Paz – P.A. Brasil Novo	Lid. comunitária
53	Valdiva de Oliveira e Silva	Confresa	Associação Novo Paraíso	Lid. comunitária
54	Vera Lúcia Salvador Araújo	São Félix do Araguaia	Associação dos Feirantes – P.A. D.Pedro	Lid. comunitária

Técnicos (T): 17

Lideranças Comunitárias (LC): 37

Mulheres: 17

Homens: 37

▼ Altamira – PA

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
1	Adauto Ferreira Gomes	Senador José Porfírio		Agricultor
2	Alessandra Lima Moura	Altamira	Sec. de Meio Ambiente	Técnico
3	Amanda Estefânia Ferreira	Altamira	UFPA	Estudante (Técnico)
4	Ana Alice Plens dos Santos	Vitória do Xingu		Lid. comunitária
5	Antonio Jose da Silva	Senador José Porfírio	Agricultor	Lid. comunitária
6	Antônio José Gomes da Silva	Altamira	Sec. de Agricultura	Técnico

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
7	Antonio José Pereira de Sousa	Pacajá		Lid. comunitária
8	Antonio Nunes de Almeida	Senador José Porfírio	Agricultor	Lid. comunitária
9	Ary Haroldo Cavalcante	Altamira	Ass. de Madeireiros	Madeireiro
10	Braz Teixeira da Silva	Brasil Novo	Ass. de Assentamento	Lid. comun./Agricultor
11	Domingos de Souza Neto	Altamira	CEPLAC	Técnico
12	Edimilson Sousa Oliveira	Pacajá	IPAM	Técnico
13	Elder Rodrigo Suk	Brasil Novo	STTR de Brasil Novo -	Lid. comunitária
14	Enivaldo Andrade Pereira	Medicilândia	STTR	Lid. comunitária
15	Evaldo Galvino Moreira			Técnico
16	Fernando José Teodoro	Vitória do Xingu	Agricultor	Lid. comunitária
17	Fernando Rocca de Araújo	Brasil Novo	Sec. de Agricultura	Secretário (técnico)
18	Galdino Xavier de Paula Filho		IPAM	Lid. comunitária
19	George Souza Guzzo	Anapu		Lid. comunitária
20	Georger da Silva Nascimento	Vitória do Xingu	EMATER	Técnico
21	Giseli do Socorro Pompeu	Medicilândia	EMATER	Técnico
22	Gladson José Xavier de Paula	Altamira	UFPA	Estudante (técnico)
23	Gracinete M de Oliveira Brito	Altamira	FVPP	Técnico
24	Ismael Dias de Moraes	Brasil Novo	CEPLAC	Técnico
25	João Bernardes de Sousa	Porto de Móz	Casa Familiar Rural Brasil	Lid. comunitária
26	João Carlos Ferreira Vaz	Medicilândia	Casa Familiar Rural	Lid. comunitária
27	João da Silva Araújo	Brasil Novo	STTR de Brasil Novo -	Lid. comunitária
28	José Benedito Sanches Matos	Porto de Móz	STTR	Lid. comunitária
29	Jose Roberto Prates	Altamira	Fundação Tocaia	Técnico
30	Lindomar Andrade da Silva			Lid. comunitária
31	Lucimar dos Anjos Delfino	Altamira	FVPP	Técnico
32	Manoel Pena	Vitória do Xingu		Lid. comunitária
33	Marcelo Neves Pereira	Brasil Novo	Secretaria de Agricultura	Técnico
34	Maria Aparecida Brandão	Altamira	FVPP	Técnico
35	Maria do Amparo Leite	Placas	Movimento de Mulheres	Lid. comunitária
36	Maria Odete Rios Nunes	Brasil Novo	Casa Familiar Rural Brasil Novo	Lid. comunitária
37	Maria Saloma de Oliveira	Senador José Porfírio	Sec. de Meio Ambiente	Secretaria (técnica)
38	Marilua Áurea Barbosa	Altamira	Fundação Tocaia	Técnica
39	Mayson Peterson P. Umbuzeiro.	Altamira	Sec de Meio Ambiente	Técnico
40	Paulo do Carmo Rodrigues	Porto de Móz	Casa Familiar Rural	Lid. comunitária
41	Raimundo Pereira B. Neto	Altamira	Sec. de Meio Ambiente	Técnico
42	Reinaldo da Silva Lemos	Altamira	Casa Familiar Rural	Lid. comunitária
43	Valdir Santana	Altamira	STTR	Lid. comunitária
44	Vanderlei Ribas Pereira	Brasil Novo	EMATER	Técnico
45	Wilson Leonardo Rodrigues	Brasil Novo	EMATER	Técnico
46	Wilson Martins da Silva			Técnico

Técnicos (T): 23

Lideranças Comunitárias (LC): 22

Patronal (P): 1

Mulheres: 11

Homens: 35

▼ Itaituba – PA

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
1	Adão Gonçalves de Araújo	Itaituba		Lid. comunitária
2	Ailton Burmann	Placas	Paróquia	Lid. comunitária
3	Amando Adhemar Nunes Miqueiro	Itaituba		Produtor Rural
4	Ana Claudia Siviero	Trairão	Ceplac	Técnico
5	Audirene Pereira da Silva	Itaituba	MMCC BR-163 - Transamazônica	Lid. comunitária
6	Cássia Araújo Farias	Itaituba	ETPI	Técnico
7	Claudinor Silva Oliveira	Itaituba	Comunidade São Francisco km 35	Lid. comunitária
8	Edivan Carvalho	Itaituba	IPAM	Técnico
9	Edna Oliveira Padilha	Itaituba	STTR	Lid. comunitária
10	Egídio Alves Sampaio	Rurópolis	Paróquia	Lid. comunitária
11	Fagner Soares de Lima	Rurópolis	Pastoral	Lid. comunitária
12	Francielli Konser	Itaituba	ETPI	Técnico
13	Francisco Neto dos Santos Oliveira	Trairão		Lid. comunitária
14	Geraldo Biesek	Aveiro	Santa Maria do Guajará	Lid. comunitária
15	Geraldo Lira de Oliveira	Itaituba	Ass. Nova Aliança	Lid. comunitária
16	Jesielita Roma Gouveia	Itaituba	MMCC	Lid. comunitária
17	João Paulo Meister	Itaituba	SAGRI	Técnico
18	José Jocenildo P. de Castro	Itaituba	Ass. Nova Aliança	Lid. comunitária
19	Jurandir Alves da Silva	Itaituba	Ass. Rádio Comunitária	Lid. comunitária
20	Marcos Sima de Moraes	Itaituba	CEPLAC	Técnico
21	Maria Elza Ezequiel de Abreu	Itaituba	STTR	Lid. comunitária
22	Maria Madalena Andrade Oliveira	Itaituba	STTR – Comunidade Nova Olinda	Lid. comunitária
23	Maurício Alves Ferreira	Itaituba	SIPRI	Técnico
24	Nelson Faustino Alves Filho	Aveiro	APMACOVR	Lid. comunitária
25	Orlinda Ferreira de Miranda	Itaituba	CTPI	Técnico
26	Paulo Edenilson Froés Lemos	Trairão	CEPLAC	Técnico
27	Relionan Pimentel Leal	Itaituba	Emater - PA	Técnico
28	Ricardo Jerozolimski	Itaituba	Ibama	Técnico
29	Roberto Costa Veloso	Aveiro	APMACOVR	Lid. comunitária
30	Rosilene Choua Silva	Itaituba	STTR/ACAFRI	Lid. comunitária
31	Ruberval Veloso Campos	Itaituba		Lid. comunitária
32	Ruth Souza da Conceição	Itaituba	Fórum Br-163	Técnico
33	Silvanira Ferreira de Sylos	Itaituba	ETPI	Técnico
34	Vera Lúcia Guizoni	Itaituba	MMCC BR-163 Transamazônica	Lid. comunitária
35	Veridiano Pereira de Castro	Itaituba	Ass. Nova Aliança	Lid. comunitária
36	Wellisom Schumann	Itaituba	Ibama	Técnico

Técnicos (T): 14

Lideranças Comunitárias (LC): 21

Patronal (P): 1

Mulheres: 13

Homens: 23

▼ Santarém – PA

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
1	Adailson Pereira da Mota	Santarém	STTR	Lid. comunitária
2	Agostinho Campos Castro	Belterra	Sec. Meio Amb. de Belterra	Técnico
3	Amarílio Coutinho Fernandes	ICMBIO	PREV FOGO	Técnico
4	Antonio José Barros Oliveira	Almeirim	CEFT-BAM	Técnico/ Lid. Comunit.
5	Antonio dos Santos Gonçalves	Oriximiná	STTR	Lid. comunitária
6	Brainer William Cruz dos Santos	Santarém	UFPA	Estudante
7	Brenda Rúbia Gonçalves de Souza	Santarém	CURUPIRA/ CEFT-BAM	Técnico
8	Cícero Bezerra dos Santos	Curuá	STTR	Lid. comunitária
9	Claudionor Carvalho Sales	Monte Alegre	STTR	Lid. comunitária
10	Delfem Manoel Oliveira Ferreira	Prainha	STTR	Lid. comunitária
11	Edivaldo Batista de Sousa	Santarém	CEAPAC	Técnico
12	Eduardo Nelson Conceição Rocha	Terra Santa	STTR	Lid. comunitária
13	Eliene Nogueira da Silva	Santarém	GESTAR /CEFT-BAM	Técnico
14	Eracildo Oliveira Maia	Alenquer	STTR	Lid. comunitária
15	Ezequias Borges Xavier	Belterra	Sec. de Agricultura	Técnico
16	Fabício Ribeiro de Castro	Maranhão	PREV FOGO	Técnico
17	Frederico Drumond Martins	ICMBIO	PREVFOGO	Técnico
18	Haroldo Siqueira	Aveiro	EMATER	Técnico
19	Helder Sarmento de Freitas	Juruti	EMATER	Técnico
20	Heraldo Gabler	Santarém	SAGRI	Técnico
21	Jamila Daniele Arnous Freitas	Santarém	UFPA	Estudante
22	Janalice dos Santos Batista	Prainha	CEFT-BAM	Técnico
23	Javé da Silva Pereira	Almeirim	STTR	Lid. comunitária
24	Josafá Silva de Souza	Juruti	Sec. Meio Amb. de Juruti	Técnico
25	Jurandir de Vasconcelos Batista	Prainha	EMATER	Técnico
26	João Figueira Batista	Santarém	SAGRI	Técnico
27	Leuzabeth Assunção Silva	Santarém	IPAM	Técnico
28	Luiz Kinji Ikegami	Alenquer	EMATER	Técnico
29	Luzia de Oliveira Fati	Santarém	ISAM	Técnico
30	Manoel Jorge dos Santos Oliveira	Belterra	STTR	Lid. comunitária
31	Marcelo Santos Melo	Santarém	Projeto Floresta em Pé IBAMA	Técnico
32	Maria Irlanda de Almeida	Belterra	STTR	Lid. comunitária
33	Maria José Ferreira Alves	Santarém	CEFT-BAM	Técnico
34	Maria Renilda Silva Sousa	Santarém	MOPEBAM	Técnico
35	Milene Vasconcelos Silva	Belterra	EMATER	Técnico
36	Milton Nunes da Costa	Curuá	EMATER	Técnico
37	Nelson Pompeu Ribeiro da Conceição	Almeirim	EMATER	Técnico
38	Oberdan Muller Moraes da Flores	Santarém	GDA	Técnico
39	Simone de Castro Rodrigues	Santarém	AMUPAA	Lid. comunitária
40	Takao Suzuki	Santarém	INCRA	Técnico

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
41	Tangrienne Carvalho Nemer	Santarém	EMATER	Técnico
42	Valmira Xavier Pereira	Juruti	STTR	Lid. comunitária
43	Viviane Daufemback	Santarém	IBAMA	Técnico

Técnicos (T): 30

Lideranças Comunitárias (LC): 13

Mulheres: 14

Homens: 29

▼ Belém – PA

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
1	Adilson Antônio Nemer	Santa Isabel	Secretaria de Agricultura	Técnico
2	Adriana Alice da Silveira Ribeiro	Belém	Secom/ Prefeitura	Técnico
3	Anderson de Nascimento Coimbra	Salinópolis	Agricultor Indicado Pela Fanep	Lid. comunitária
4	Antônio Jorge Passos Balderramas	Belém	Ibama/Prevfogo	Técnico
5	Breno Pinto Rayol	Belém	Adepará	Técnico
6	Bruno de Souza Sodré	Belém	Iara - Ufra	Técnico
7	Carlos Nazareno dos Santos	Tracuateua	Agricultor Indicado pela Fanep	Lid. comunitária
8	Cecília Hernandez Ochoa Coutinho	Belém	Sema-Gepaf	Técnico
9	Dhne Maria Pereira da Silva	Tracuateua	Ong	Lid. comunitária
10	Edna Cristina Oliveira Sarmento	Belém	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam	Técnico
11	Elder Luis Dias Serra	Cachoeira do Arari	Fetagri	Lid. comunitária
12	Eliane Mendes Leão	Vigia	Agricultor da Ass. Agrop. de Vigia	Lid. comunitária
13	Elizabete Gomes Ferreira	Maracanã	STR Maracanã	Lid. comunitária
14	Érika Ikemoto	Belém	Instituto Chico Mendes/ Flona Caxiuanã	Técnico
15	Flávia Saltini Leite	Brasília - DF	Ibama/ Prevfogo Sede	Técnico
16	Florisvaldo Freitas Martins	Igarapé Mirim	Fetagri	Lid. comunitária
17	Geraldo Souza Costa	Belém	Ceplac	Técnico
18	Gerson Guimarães Campos	Belém	STR Local	Lid. comunitária
19	Gilberto Antônio Ibiapina	Ananindeua	Fundação Cultural	Técnico
20	Helena Ferreira da Cruz.	Cametá	Fetagri	Lid. comunitária
21	Ieda Maria Bentes Machado Rivera	Belém	Secom/ Prefeitura	Técnico
22	João de Oliveira Coutinho – Dandão	Garrafão do Norte	Proj Manejo de Capoeira – Embrapa	Lid. comunitária
23	José Amilton Reis de Carvalho	Santarém Novo	Ass. de Pequenos Agricultores de Santo Antonio	Lid. comunitária
24	José Lailson Ribeiro dos Santos	Bragança	Proj. Manejo de Capoeira – Embrapa	Lid. comunitária
25	Jurandir Santa Brígida Sales	Maracanã	STR Maracanã	Lid. comunitária
26	Klebson Loair Lásaro Mansos Bentes	Belém	Comando Geral CBM/ Pará	Técnico

Nº	Nome	Município	Instituição	Perfil
27	Leonice Carvalho de Oliveira	Belterra	STR Belterra	Lid. comunitária
28	Luciano Melo Braga	Igarapé-Açu	Tipitamba –Embrapa	Lid. comunitária
29	Mariana Senra de Oliveira.	Brasília - DF	Ibama/ Prevfogo Sede	Técnico
30	Marli Maria Mattos	Belém	Embrapa – Manejo de Floresta Secundária	Técnico
31	Mauricildo Lopes Soares	Vigia	Agricultor da Ass. Agrop. de Vigia	Lid. comunitária
32	Milena Pimentel de Brito	Santarém Novo	Ass. dos Produtores Rurais do Livramento	Lid. comunitária
33	Olacir Martins de Jesus		Fetagri	Lid. comunitária
34	Paula Vanessa da Silva e Silva	Belém	Embrapa Projeto Manejo de Floresta Secundária	Técnico
35	Renato Jabur Bittar	Brasília - DF	Ibama/ Prevfogo Sede	Técnico
36	Rodrigo Rafael Souza de Oliveira	Belém	Ipam	Técnico
37	Rodrigo Rafael Souza de Oliveira	Belém	Ipam	Técnico
38	Rossano Marchetti Ramos.	Brasília - DF	Ibama/ Prevfogo Sede	Técnico
39	Rudá Galileu Silva Lima	Benevides	Fetagri	Lid. comunitária

Técnicos (T): 20

Lideranças Comunitárias (LC): 19

Mulheres: 15

Homens: 24

▼ Coordenadores do Programa

Nº	Nome	Instituição	Sede
1	Carcus Santos	GESTAR / Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente - Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º. Andar, sala 738 Brasília - DF
2	Roberto Bianchi	Diretor do Programa de formação técnica sobre as alternativas ao uso do fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica Embaixada da Itália - Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento -D.G.C.S.	Setor de Embaixadas Sul Quadra 807 Brasília - DF

▼ Coordenadores Locais e respectivas Instituições Parceiras

Nº	Nome	Pólo	Instituições parceiras
1	Antônio Tadeu Escame e Jorcelina Conceição	São Felix do Araguaia – MT	Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção – ANSA Av. Dr. José Fragelli, 1.050 – Vila Nova 78.670-000 – São Félix do Araguaia – MT
2	Arthur Costa	Belém – PA	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal 66055-080 – Belém – PA

Nº	Nome	Pólo	Instituições parceiras
3	João Gerdal Paiva Diniz Júnior	Itaituba – PA	Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 Rod. Transamazônica, Km 30 – Distrito Campo Verde / Cx.p.: 32 68.181-970 – Itaituba – PA
4	Katia Gobatti Calça	Juína – MT	Associação Agro-sócio-ambiental (AASA) Av. Arapongas, 105 – Módulo 04 78.320-000 – Juína – MT
5	Márcia Nascimento Castro	Altamira – PA	Fundação Viver, Produzir e Preservar R. Anchieta, 2.092 – Centro 68.371-190 – Altamira – PA
6	Marcos Roberto Tiso	Alta Floresta – MT	Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (IFPDS) Av. Ariosto da Riva, nº 3.413 - Centro 78580-000 – Alta Floresta – MT
7	Roberta Soares Borges	Rio Branco – AC	Patcha Mama / Associação Mapinguari Conjunto Solar II, Quadra 12, casa 04. Vila Ivonete 69914-500 – Rio Branco – AC
8	Sandra Ferreira	Santarém – PA	Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas – CEFT/BAM Trav. Raimundo Fona, 608 – Liberdade 68.040-260 – Santarém – PA

▼ Formadores técnicos

Nº	Nome	Pólo em que atuou	Município	Instituições
Módulo 1				
1	João Paulo Rocha de Miranda	Em todos os Pólos e Módulo 10 em Juína	Juína – MT	AASA
Módulo 2				
2	Fabiana Mongeli Peneireiro	Rio Branco, Juína, Alta Floresta, Santarém, Belém	Brasília - DF	Departamento de Educação Ambiental/ MMA e GESTAR/MMA
3	Júlio Almeida	Itaituba, Altamira, Juína, Santarém, Belém	Brasília - DF	Departamento de Educação Ambiental do MMA
Módulo 3				
4	Marília Carnhelutti	Em todos os Pólos e Módulo 10 em Alta Floresta	Alta Floresta – MT	Instituto Floresta
Módulo 4				
5	Amarílio Coutinho Fernandes	Santarém	Belém – PA	ICMBio - PA
6	Augusto Avelino de Araújo Lima	Alta Floresta, Altamira, Santarém; São Félix do Araguaia	Goiânia - GO	PREVFOGO - IBAMA
7	Cab. BM Marcos Antonio Ferreira da Costa	(coordenação)	Brasília - DF	Corpo de Bombeiros – Brasília - DF
8	Fabiola Siqueira de Lacerda	(coordenação)	Brasília - DF	PREVFOGO - IBAMA
9	Fabrcio Ribeiro de Castro	Belém, Juína	Maranhão	Prevfogo – IBAMA - MA
10	Frederico Drummond Martins	Santarém		ICMBio – PA

Nº	Nome	Pólo em que atuou	Município	Instituições
11	Gabriel Cardoso Borges	Alta Floresta, São Félix do Araguaia	Goiânia - GO	PREVFOGO - IBAMA
12	Gabriel Constantino Zacharias	Belém, Itaituba, Juína, Rio Branco; São Félix do Araguaia	Brasília - DF	PREVFOGO - IBAMA
13	Ivanildo Barbosa de Farias	Altamira, Itaituba	Maranhão	PREVFOGO - IBAMA
14	Lara Steil	Santarém	Brasília - DF	PREVFOGO - IBAMA
15	Marcus Cantuário Salim	Belém	Brasília - DF	ICMBio - DF
16	Ten. BM Fabiano Luis de Medeiros		Brasília - DF	Corpo de Bombeiros – Brasília - DF
17	Ten. Coronel Jodir Cezar Menezes		Brasília - DF	Corpo de Bombeiros – Brasília - DF
18	Ten. Coronel Marco Aurélio Vieira		Brasília - DF	Corpo de Bombeiros – Brasília - DF
19	1ª Tenente Maria Luisa Spinelli Parla Tedeschi		Brasília - DF	Corpo de Bombeiros – Brasília - DF
Módulo 5				
20	Júlio César Santin	Em todos os Pólos e Módulo 10 em Altamira	Guarantã do Norte - MT	Consultor autônomo
Módulo 6				
21	Clovis Brasileiro Franco	Em todos os Pólos e Módulo 10 em Rio Branco	Rio Branco - AC	Patcha Mama
Módulo 7				
22	Jurandir Melado	Em todos os Pólos	Guarapari - ES	Instituto Floresta
Módulo 8				
23	José Virgílio de Oliveira Moura	Em todos os Pólos e Módulo 10 em Belém	Belém - PA	Rede de Proteção ao Homem da Amazônia - MAHIRA
Módulo 9				
24	Cristina Galvão	São Félix e Módulo 10 em Santarém	Brasília - DF	Serviço Florestal Brasileiro – CENAFLO
25	Fernando Ludke	Santarém, Belém e Itaituba	Santarém – PA	Serviço Florestal Brasileiro
26	Jefferson Amaro	Rio Branco e Altamira	Porto Velho – RO	Serviço Florestal Brasileiro
27	Karla Oliveira	Em todos os Pólos e Módulo 10 em Itaituba	Brasília - DF	Serviço Florestal Brasileiro
28	Márcia Muchagata	Santarém	Brasília – DF	Serviço Florestal Brasileiro
29	Maurício Sacramento	Juína e Alta Floresta		Serviço Florestal Brasileiro
30	Serginando Reis	Altamira		Instituto Floresta Tropical
31	Tarcísio Feitosa	Altamira	Altamira – PA	Consultor GTZ

REPENTE

elaborado pelo multiplicador
Roberto Costa Veloso,
do município de Aveiro – PA:



Refrão: parabéns pra todo mundo que até hoje ficou no Amazônia sem fogo, todos somos vencedor

Dia 10 saí de casa, num carro velho quebrado, quando cheguei na escola, o curso tinha começado, cheio de papel na parede, tava eu com fome e com sede, no tema todo rodado...

Isso é o mês de dezembro, o tema é recordação de fevereiro pra cá, só revendo explicação, de tudo que foi falado, fiquei muito emocionado, quase choro de emoção...

Me lembro do Jurandir, bacana, cheio de piada, trabalhei que quase morro, cantei pra rapaziada, depois quase me lasquei, na hora que eu peguei na cerca eletrizada...

Clóvis e Virgílio Moura, Santin e MMA, quatro módulos bacanas, e eu não posso reclamar, eu tive muito sucesso, e na escola progresso, e comecei multiplicar...

Quando chegou o mês de julho, olha o que eu vou contar, era só homem no programa, já tava pra enjoar, vei a Karla Oliveira, linda amiga e companheira, nem vi o tempo passar...

O Prevfogo em agosto nos ensinou com cuidado, como se apaga fogo, pra não ser prejudicado, não sei se muda amanhã, mas até hoje o Edivan está com o fogo apagado...

Em setembro, a Marília trouxe muita alegria falou sobre protocolos, coisa que eu não sabia, depois fui atropelado, fiquei muito machucado, e acordei no outro dia...

Em novembro, o João Paulo foi que veio para cá, legislação era o tema, para a gente estudar, eu cheio de inspiração, fiz uma bela canção, mas não deu pra cantar...

Se for viajar de Rico, não espalhe por aí, se o Adão ficar sabendo, caça meio de escapular, pensando por um instante, com seu peso de gigante, o boeing pode cair...

Antes que eu termine novamente, vou lembrar, esse curso foi bacana, nós vamos multiplicar, pois dá um prazer profundo, eu quero ver todo mundo produzindo sem queimar...

Esses dias com vocês, pode crer que foi legal, aqui deixo meus desejos a todo esse pessoal, homens, mulheres e crianças, um Ano-Novo de esperança, e um grande Feliz Natal...

Refrão: parabéns pra todo mundo que até hoje ficou no Amazônia sem fogo, todos somos vencedor

MÚSICAS

Antônio dos Santos Gonçalves,

*Comunidade: Tapixaua; Orixaminaua;
Médio Trombetas I – PA*



Voa passarinho voa
Vê o horizonte
Bem daí

Da mata tira teu canto
E do sonho um espanto
Pra esse povo ouvir
2X

Diz o quanto padece
Enquanto essa jornada cresce
Teu sonho já acabou
Palavras foi o que restou
(refrão)

Chora o uirapuru
Nananananana.....

Diz o quanto padece
Enquanto essa jornada cresce
Teu sonho já acabou
A mata a madeireira levou
(refrão)

Chora o uirapuru
Nananananana



Do meio da mata se ouve um grito ô, ô...
Foi a macacada que se espantou...
Sabiá não canta neste conflito, ô, ô...
E o que se ouve é o ronco do trator.

E a bicharada que corre ligeiro
Foi comemorando porque escapou
Aquela selva sua casa em primeiro
Foi derrubada pelo invasor

E agora? Se veste em movimento
O homem comemora e os bichos lamentam

E a surucua chora querendo voar
E a onça pintada se escondeu na queimada
Não estava onde está
Tem jabuti correndo sofrendo querendo encontrar
um lugar

Maria D'Arc,

*composta durante o Módulo de
Educação Ambiental*



EVITE O USO DO FOGO

Refrão:

Grita no rádio,
Grita na televisão,
Que educação ambiental
Vai formar o cidadão

E anuncia sem temer perseguição
Que a gente cresce e aprende
Com a comunicação

Se você não acredita
Se não quer acreditar
Pode ser que no futuro
Você dela vai falar

E vai falar nas Escolas, Igrejas e Bar
Que a Amazônia destruída
Não podemos aproveitar

Grita no rádio,
Grita na televisão,
Que educação ambiental
Vai formar o cidadão

E anuncia sem temer perseguição
Que a gente cresce e aprende
Com a comunicação

Vem aqui seu jornalista
Vem aqui fotografar
Vai ali levar notícia
Que o povo quer falar

E vai falar
Tudo que gente aprendeu
Que sem o uso do fogo
A floresta floresceu

Grita no rádio,
Grita na televisão,
Que educação ambiental
Vai formar o cidadão

E anuncia sem temer perseguição
Que a gente cresce e aprende
Com a comunicação

INTEGRANTES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO



Alta Floresta



Itaituba



Altamira



Belém



Santarém



Juína



Rio Branco



Santarém



Alta Floresta



Itaituba



São Felix

EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA





Adão Costa Silva, Ana Paula dos Santos Souza, Antônio Carlos Cruz, Antônio Tadeu Escame, Arthur Costa, Augusto Avelino de Araújo Lima, Carcius Azevedo dos Santos, Clóvis Brasileiro Franco, Cristina Galvão, Fabiana Mongeli Peneireiro, Fabíola Siqueira de Lacerda, João Gerdal Paiva Diniz Júnior, João Paulo Rocha Miranda, Jodir Cesar Menezes, Jonair Mongin, Jorcelina Conceição, José Virgílio de Oliveira Moura, Júlio César Almeida, Júlio César Santin, Jurandir Melado, Karla Oliveira, Kátia Gobatti Calça, Lara Steil, Márcia Nascimento Castro, Marco Aurélio Vieira, Marcos Roberto Tiso, Maria Bortolin, Marília Carnhelutti, Marita Luitgards, Roberta Soares Borges, Roberto Bianchi, Sandra Ferreira, Tadeu Escame, Venilson José Taveira da Silva, Vito Fusaro, Vladimir Fusaro.



LINHA DO TEMPO – principais eventos durante o Programa Amazônia sem Fogo

NOVEMBRO-2007

1a. reunião com Formadores Técnicos em Brasília

DEZEMBRO-2007

2a. reunião com Formadores Técnicos em Brasília
Assinatura do convênio entre Embaixada Italiana e Instituições Coordenadoras Locais

JANEIRO-2008

3a. reunião com Formadores Técnicos em Brasília
Mobilização e convite das entidades participantes dos cursos.

FEVEREIRO-2008

Módulo 8 em Belém (abertura do programa)
Módulo 9 em Santarém
Módulo 5 em Altamira
Módulo 7 em Itaituba
Módulo 3 em Alta Floresta
Módulo 1 em Juína

MARÇO-2008

Módulo 9 em Belém
Módulo 6 em Santarém
Módulo 7 em Altamira
Módulo 6 em Itaituba
Módulo 5 em Alta Floresta
Módulo 2 em Juína
Módulo 1 em São Félix do Araguaia
Módulo 3 em Rio Branco

ABRIL-2008

Módulo 7 em Santarém
Módulo 1 em Altamira
Módulo 8 em Itaituba
Módulo 2 em Alta Floresta
Módulo 3 em Juína
Módulo 3 em São Félix do Araguaia
Módulo 9 em Rio Branco
Seminário do Programa Amazônia sem Fogo em Brasília
1ª Oficina Pedagógica e de Avaliação em Brasília

MAIO-2008

Módulo 5 em Santarém
Módulo 6 em Altamira
Módulo 5 em Itaituba
Módulo 1 em Alta Floresta
Módulo 9 em Juína
Módulo 7 em São Felix do Araguaia
Reunião territorial em São Félix do Araguaia
Módulo 2 em Rio Branco

JUNHO-2008

Módulo 3 em Belém
Módulo 8 em Santarém
Módulo 9 em Altamira
Módulo 2 em Itaituba
Módulo 6 em Alta Floresta
Módulo 5 em Juína
Audiência com governo estadual e legislativo em Juína - ZEE / MT
Audiência na Câmara Municipal em Juína no dia do meio ambiente
Lançamento da Campanha Contra Uso Irracional do Fogo – São Félix do Araguaia
Módulo 1 em Rio Branco
Seminário do Programa Amazônia sem Fogo em Cacoal
2ª Oficina Pedagógica e de Avaliação em Brasília
Apresentação projeto no Congresso Internacional de Direito Ambiental em SP
Reunião em Campo Grande para Acordo trilateral Itália / Bolívia / Brasil

JULHO-2008

Módulo 2 em Belém
Módulo 2 em Santarém
Módulo 3 em Altamira
Módulo 9 em Itaituba
Módulo 4 em Alta Floresta
Módulo 4 em São Félix do Araguaia
Módulo 8 em São Félix do Araguaia
Módulo 5 em Rio Branco

AGOSTO-2008

Módulo 7 em Belém
Módulo 1 em Santarém
Módulo 4 em Altamira ???
Módulo 4 em Itaituba
Módulo 8 em Alta Floresta
Módulo 8 em Juína
Módulo 6 em Rio Branco
3ª Oficina Pedagógica e de Avaliação em Brasília

SETEMBRO-2008

Módulo 1 em Belém
Módulo 4 em Belém
Módulo 4 em Santarém
Módulo 2 em Altamira
Módulo 3 em Itaituba
Módulo 7 em Alta Floresta
Módulo 6 em Juína
Módulo 7 em Juína
Módulo 6 em São Félix do Araguaia
Módulo 4 em Rio Branco
Módulo 8 em Rio Branco

OUTUBRO-2008

Módulo 5 em Belém
Módulo 3 em Santarém
Módulo 8 em Altamira
Módulo 9 em Alta Floresta
Módulo 4 em Juína
Módulo 7 em Rio Branco

NOVEMBRO-2008

Módulo 6 em Belém
Módulo 9 em São Félix do Araguaia
Módulo 10 em Santarém
Módulo 10 em Altamira
Módulo 1 em Itaituba
Módulo 10 em Rio Branco
Seminário do Programa Amazônia sem Fogo em Marabá
4ª Oficina Pedagógica e de Avaliação em Marabá



Desenvolvimento do percurso formativo: linha do tempo

DEZEMBRO-2008

Módulo 5 em São Félix do Araguaia
Módulo 10 em Belém
Módulo 10 em Itaituba
Módulo 10 em Alta Floresta
Módulo 10 em Juína
Módulo 10 em São Félix do Araguaia

MARÇO-2009

Renovação de Protocolos

PROGRAMA AMAZÔNIA SEM FOGO

Edição

Embaixada da Itália – Brasília

Direção Geral da Cooperação Italiana ao Desenvolvimento – D.G.C.S.

Coordenação Editorial

Roberto Bianchi

Produção de textos

Fabiana Mongeli Peneireiro

Supervisão

Carcus Azevedo dos Santos; Marita Luitgards, Roberto Bianchi

Apoio de Redação e Revisão

Antônio Tadeu Escame, Arthur Costa, Carcius Azevedo dos Santos; Roberto Bianchi; Clóvis Brasileiro Franco, Cristina Galvão, Fabíola Siqueira de Lacerda, Gabriel Constantino Zacharias, João Gerdal Paiva Diniz Júnior, João Paulo Rocha Miranda, Jorcelina Conceição, José Virgílio de Oliveira Moura, Julio César Almeida, Julio César Santin, Jurandir Melado, Karla Oliveira, Kátia Gobatti Calça, Lara Steil, Márcia Nascimento Castro, Marcos Roberto Tiso, Marília Carnhelutti, Roberta Soares Borges, Sandra Ferreira.

Projeto gráfico: Roberto Bianchi

Editoração: Licurgo S. Botelho

Revisão: Herbert de Jesus Santos

Mapas: Júlio Linhares

Fotografias: Arquivo fotográfico do Programa de Formação Técnica Sobre as Alternativas ao Uso do Fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica

Foto da capa: Parque do Cristalino – MT, detalhe de raiz e folhas

Impressão: Gráfica Rafaela

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Bianchi, R. Programa de formação técnica sobre as alternativas ao uso do fogo no processo de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica – proposta de financiamento. Maio de 2007, 33p. (arquivo digital).

Bianchi, R. (org.) Programa de prevenção e controle dos incêndios na floresta amazônica. Brasília: Embaixada da Itália, 2006, 119p.

Nepstad, D.C., Moreira, A.G., Alencar, A.A. Floresta em Chamas: origens, impactos e prevenção do fogo na Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Brasília, Brasil. 1999, 202p.

Petrone, V.; Smeraldi, R.; Veríssimo, A.; Guimarães, S.H., Melado, J., Irigaray, C.T.H. A Amazônia encontrando soluções. Brasília: Embaixada da Itália. 2ª Edição. 2006. 270p.

Relatório de Consultoria: Documento técnico contendo a proposta pedagógica do Curso de Formação Técnica sobre alternativas ao Uso do Fogo no Processo de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica e documento técnico descritivo-analítico do Curso de Formação Técnica sobre Alternativas de Uso do Fogo no Processo de Desenvolvimento Sustentável na Região Amazônica. FAO / Gestar – MMA / julho 2008.

Seminário O fogo no meio rural e a proteção dos sítios do patrimônio mundial natural no Brasil: alternativas, implicações sócio-econômicas, preservação da biodiversidade e mudanças climáticas. Brasília: Ibama, UNESCO, 2008. 112p.

Além dos Relatórios das Oficinas Pedagógicas e de Avaliação; e os Relatórios do Módulo 10 nos 8 Pólos.



**Programa de formação técnica sobre as
alternativas ao uso do fogo no processo de
desenvolvimento sustentável da Região Amazônica**